

# Relatório sobre a Execução do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011



## BACIAS PCJ 2016



FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATO DE GESTÃO Nº 003/ANA/2011 - EXERCÍCIO 2016

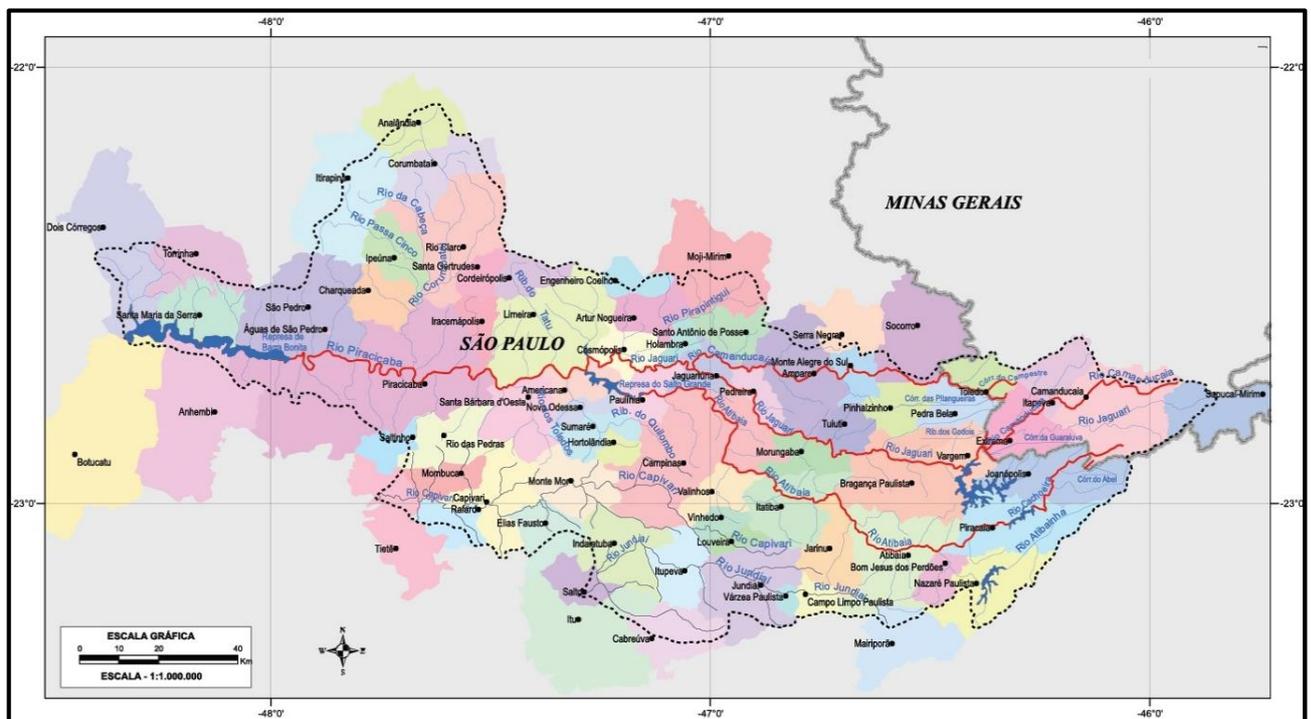


# RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 003/ANA/2011 - BACIAS PCJ - EXERCÍCIO 2016

## Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

Criada e instalada conforme as Leis Estaduais (SP), nº 7.663/1991 e nº 10.020/1998. Entidade Delegatária das funções de Agência de Água sob o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011.

Mapa 1 - Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PCJ) - Divisão Política e Dominalidade dos Rios.



Fonte: Agência Nacional de Águas - ANA



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

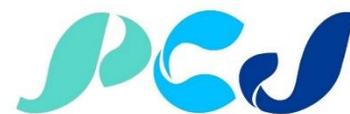
<http://www2.ana.gov.br/Paginas/default.aspx>

Realização:



COMITÊS PCJ

<http://www.comitespcj.org.br>



Agência das Bacias PCJ

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/index.php>

Piracicaba, janeiro de 2017

## INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS



### FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ Agência das Bacias PCJ

#### **Diretoria Presidencial**

Sérgio Razera

#### **Diretoria Administrativa e Financeira**

Ivens de Oliveira

#### **Diretoria Técnica**

Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi

#### **Assessoria de Comunicação**

Ivanise Pachane Milanez

#### **Auxiliar Administrativo**

Juliana Prado Guilmo

#### **Auxiliar Técnico**

Fábio de Faria Coca

#### **Coordenação Administrativa**

Eduardo Massuh Cury

#### **Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos**

Vanessa Cristina Bortolazzo Longato

#### **Coordenação Financeira**

Tony Douglas Segatto

#### **Coordenação de Gestão**

Kátia Rossi Gotardi Piccin

#### **Coordenação de Projetos**

Elaine Franco de Campos

#### **Coordenação de Sistema de Informações**

Eduardo Cuoco Léo

#### **Analista Administrativo**

Laís Maria Spinelli

#### **Analista de Informática**

Alexandre Henrique Bicudo da Silva

#### **Analistas Técnicos**

Leonardo Lucas Baumgratz

Maria Eugenia Martins

#### **Colaboração dos Estagiários**

Bárbara Ronceiro

Carla Cecatti

Juliano Boscariol

Luiz Paulo Bento Pontes

Murilo Cesar Prates

Thais Aparecida Manoel

#### **Colaboradores de Gerenciadoras**

Aline de Fátima Rocha Meneses

Anderson Assis Nogueira

Andréa Palhardi Bombonatti

Bruna Caroline Juliani

Bruna Eveline Domingos Petrini

Claudia Maria Coleoni

Daniele Porto Benatti

Kaique Duarte Barretto

Karla Romão

Marina Peres Barbosa

Ronnie Carlos Peguim

Sheron Agnez da Silva

Tatiane Cury Abe

Thiago Furlan Penatti

# INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS



COMITÊS PCJ

## COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRAFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ COMITÊS PCJ

### PRESIDÊNCIA

#### **Presidente CBH-PCJ e Presidente PCJ FEDERAL**

Gabriel Ferrato dos Santos  
Prefeitura Municipal de Piracicaba (SP)

#### **Presidente do CBH-PJ e 1º Vice-Presidente PCJ FEDERAL**

Jefferson Benedito Rennó  
Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim (MG)

#### **Vice-Presidente CBH-PCJ e 2º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL**

Marco Antonio dos Santos - Assemae

#### **Vice-Presidente CBH-PJ**

José Maria do Couto - Sinmec (MG)

#### **3º Vice-Presidente PCJ FEDERAL**

Oswaldo Garcia  
Ministério da Integração

### SECRETARIA EXECUTIVA

#### **Secretário Executivo CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ**

Leonildo Ednilson Urbano - SSRH (SP)

#### **Secretária Executiva Adjunta CBH-PCJ**

Caroline Túbero Bacchin – DAEE

Sebastião Vainer Bosquilia - DAEE

(a partir de junho de 2016 até a presente data)

Representante do Departamento de Aguas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE)

#### **Secretário Executivo Adjunto CBH-PJ**

Maria de Fátima Cerqueira Silva  
Prefeitura Municipal de Toledo (MG)

### NOSSA MISSÃO

Executar ações para a implantação das políticas de recursos hídricos dos Comitês PCJ fornecendo suporte técnico, administrativo e gestão financeira.

### NOSSA VISÃO DE FUTURO – HORIZONTE ATÉ 2035

Ser reconhecida pela sociedade por sua eficiência e eficácia na construção de soluções para as políticas de recursos hídricos, contribuindo para melhoria da qualidade de vida.

#### Nossos Atributos da Visão de Futuro

A Agência das Bacias PCJ aspira, até 2035, alcançar os seguintes desafios:

**Conquistar** o reconhecimento da sociedade pelos benefícios gerados com a implantação das políticas de recursos hídricos.

**Consolidar-se** como modelo de Agência de Bacias Hidrográficas pelas práticas de suporte à gestão dos recursos hídricos.

**Facilitar** a comunicação, o relacionamento e o processo de cooperação entre os diversos atores dos Comitês das Bacias PCJ.

**Tornar-se** uma marca de credibilidade quando associada ao adequado suporte à gestão dos recursos hídricos.

**Alcançar** alto grau de excelência em gestão de projetos e conhecimento tecnológico em recursos hídricos.

#### NOSSOS VALORES

Sustentam as Premissas Norteadoras das Nossas Atitudes, Orientam a Nossa Postura e Guiam Todas as Tomadas de Decisão:

##### Transparência e Integridade

Agimos em todas as circunstâncias orientados por uma conduta ética, gerando e disponibilizando informações corretas, claras e confiáveis.

##### Integração e Cooperação

Cultivamos o diálogo, a colaboração e a parceria entre organizações que, juntos, são capazes de gerar resultados duradouros.

##### Comprometimento

Atuamos com responsabilidade, dedicação e empenho para honrar nossos compromissos e ter sucesso no cumprimento de nossos objetivos.

##### Empreendedorismo

Desempenhamos nossas atividades com iniciativa, criatividade e realismo para apresentar soluções inovadoras e executá-las.

##### Excelência em Gestão

Buscamos atingir melhoria contínua em todos os processos de gestão, aliada a práticas que assegurem altos níveis de desempenho.

## Apresentação

Este relatório apresenta os resultados obtidos com a execução do Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 - exercício 2016, assinados entre a Agência Nacional de Águas - ANA e a Fundação Agência das Bacias PCJ.

Além dos resultados obtidos com a execução do Contrato de Gestão apresentamos um resumo das atividades desenvolvidas pela Fundação Agência das Bacias PCJ, bem como pelos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ), ou seja, os Comitês PCJ, no ano de 2016.

## SUMÁRIO

1.	DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE DELEGATÁRIA.....	15
1.1.	NOME COMPLETO.....	15
1.2.	NÚMERO DO CNPJ.....	15
1.3.	NATUREZA JURÍDICA.....	15
1.4.	ENDEREÇO E TELEFONE.....	15
1.5.	ENDEREÇOS ELETRÔNICOS.....	15
1.6.	NORMAS DE CRIAÇÃO E FINALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	15
1.6.1.	NORMA DE CRIAÇÃO - ESTATUTO SOCIAL.....	15
1.6.2.	NORMAS QUE ESTABELECEM A ESTRUTURA ORGÂNICA NO PERÍODO DE GESTÃO.....	16
2.	OBJETIVOS E METAS.....	17
2.1.	IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL (ANA).....	17
2.2.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA.....	17
2.3.	MAPA DAS BACIAS PCJ.....	17
3.	INDICADORES DE DESEMPENHO.....	18
3.1.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA O ANO DE 2016.....	18
3.1.1.	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES - INDICADOR 1.....	18
3.1.2.	PLANEJAMENTO E GESTÃO - INDICADOR 2.....	18
3.1.3.	COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS - INDICADOR 3.....	19
3.1.4.	OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA - INDICADOR 4.....	19
3.1.5.	RECONHECIMENTO SOCIAL - INDICADOR 5.....	19
3.1.6.	CONCLUSÃO.....	19
3.2.	ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS.....	20
3.2.1.	INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	20
3.2.1.1.	INDICADOR 1A - CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DOS COMITÊS PCJ OU DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ.....	21
A)	1A1 - DADOS INSTITUCIONAIS DOS COMITÊS PCJ.....	21
B)	1A2 - DADOS INSTITUCIONAIS DA ENTIDADE DELEGATÁRIA.....	23
C)	1A3 - LEGISLAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.....	24
D)	1A4 - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO.....	28
E)	1A5 - PLANO DE APLICAÇÃO.....	53
F)	1A6 - CADASTRO DE USUÁRIOS.....	54
G)	1A7 - COBRANÇA E ARRECADAÇÃO.....	55
H)	1A8 - CONTRATO DE GESTÃO.....	62
3.2.2.	INDICADOR 2 - PLANEJAMENTO E GESTÃO.....	64
3.2.2.1.	INDICADOR 2A - PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL - PAP.....	66
A)	PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP PCJ.....	66
3.2.2.2.	PARA O EXERCÍCIO 2016 – ELABORAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL 2017-2020.....	67
A)	INDICADOR 2A 1 - PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP 2017-2020.....	67
3.2.2.3.	PARA OS EXERCÍCIOS 2013 A 2020.....	68
A)	INDICADOR 2A 1 – RELATÓRIO ANUAL DE MAPEAMENTO DE FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA APLICAÇÃO NAS BACIAS PCJ.....	68
B)	INDICADOR 2A 1 – AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM ANDAMENTO E DIMENSIONAR OS PRINCIPAIS AVANÇOS E GARGALOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PLANO DE BACIAS.....	69
C)	INDICADOR 2A 2 – RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES EXECUTADAS COM RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO – COBRANÇA PCJ FEDERAL.....	70
3.2.3.	INDICADOR 3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS.....	73
3.2.3.1.	3A - ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%)......	74
3.2.3.2.	3B - ÍNDICE DE DESEMBOLSO ACUMULADO (%).....	76
3.2.4.	INDICADOR 4 - OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA.....	79
3.2.4.1.	INDICADOR 4A - ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA.....	80
3.2.4.2.	INDICADOR 4B - CADASTRO DE USUÁRIOS.....	81

3.2.5.	INDICADOR 5 - RECONHECIMENTO SOCIAL .....	82
3.2.5.1.	INDICADOR 5A - RESULTADOS DA PESQUISA SOBRE O DESEMPENHO DA ENTIDADE DELEGATÁRIA 83	
4.	JUSTIFICATIVAS E MEDIDAS ADOTADAS PARA SANAR DISFUNÇÕES DETECTADAS NO ANO ANTERIOR A DO EXERCÍCIO ATUAL: .....	86
5.	RELATÓRIO CONTRATO DE GESTÃO 2016 .....	88
6.	ANEXOS .....	89
6.1.	ANEXO I: RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ - 2016 .....	89
6.2.	ANEXO II: RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DOS COMITÊS PCJ - 2016 .....	90
6.2.1.	A ATUAÇÃO DOS COMITÊS PCJ EM 2016 .....	90
6.2.2.	AS REUNIÕES DOS COMITÊS PCJ .....	90
6.2.3.	CÂMARAS TÉCNICAS DOS COMITÊS PCJ .....	91
6.2.3.1.	CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO .....	91
A)	GRUPO DE TRABALHO EMPREENDIMENTOS - GT-EMPREENDIMENTOS .....	92
6.2.3.2.	CÂMARA TÉCNICA ÁGUA SUBTERRÂNEA .....	93
6.2.3.3.	CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	94
6.2.3.4.	CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS .....	94
6.2.3.5.	CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA .....	95
6.2.3.6.	CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO .....	96
6.2.3.7.	CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS .....	97
6.2.3.8.	CÂMARA TÉCNICA DE PLANO DE BACIAS .....	98
6.2.3.9.	CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS .....	100
6.2.3.10.	CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL .....	101
6.2.3.11.	CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO .....	102
6.2.3.12.	CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL .....	103
6.2.4.	GRÁFICOS DE PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO POR SEGMENTOS NAS GESTÕES 2013-2015 E 2015- 2017 E QUADROS DOS SEGMENTOS PARA AS GESTÕES 2013-2015 E 2015-2017 .....	106

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentuais referentes às notas atribuídas nas questões objetivas pelos membros Titulares e Suplentes dos COMITÊS PCJ - 2016 .....	85
Gráfico 2 - Membros das Câmaras Técnicas por gênero - Gestão 2015-2017 .....	105
Gráfico 3 - Órgãos do Estado de São Paulo .....	106
Gráfico 4 - Organizações Cívicas.....	108
Gráfico 5 - Usuários de Recursos Hídricos .....	113
Gráfico 6 - Órgãos do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais .....	118
Gráfico 7 - Municípios com direito a voto .....	120

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Banner de acesso para o serviço do SIG PCJ - Sistema de Informações Geográficas das Bacias PCJ.	29
Imagem 2 - Banner de acesso para o canal do TV PCJ.....	31
Imagem 3 - Banner de acesso para o canal do Vídeos ANA. ....	32
Imagem 5 - Banner de acesso para o conteúdo relacionado a Projetos. ....	39
Imagem 6 - Imagem do Mapa de Projetos .....	43
Imagem 7 – Página do Relatório de Empreendimentos .....	46
Imagem 8 - Banner de acesso a Política de Recuperação Conservação e Proteção de Mananciais .....	50
Imagem 4 - Banner de acesso para o conteúdo do Eco Cuencas. ....	52
Imagem 9 - Banner de acesso ao conteúdo relacionado as Cobranças PCJ .....	55
Imagem 10 - Banner de acesso ao Sistema de Medição .....	55
Imagem 11 - Banner da página do Siscob.....	55
Imagem 12 - Banner Declaração de Responsabilidade .....	56
Imagem 13 - Banner de Informe sobre a Cobrança aos Usuários .....	56
Imagem 14 - Banner da Cobrança Paulista PCJ .....	58
Imagem 15 - Banner de acesso ao conteúdo relacionado a divulgação de Fontes de Recursos Financeiros para Projetos. ....	68

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PCJ) - Divisão Política e Dominalidade dos Rios. ....	2
Mapa 2 - Bacias PCJ - Limites das Bacias PCJ e suas Sub-bacias .....	17

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Programa de Trabalho com Indicadores e Critérios de Avaliação.....	18
Quadro 2 - Indicador 1 .....	20
Quadro 3 – Fases de Projetos Nascentes de Holambra.....	51
Quadro 4 – Indicador 2.....	64
Quadro 5 – Indicador 3.....	73
Quadro 6 – Indicador 4.....	79
Quadro 7 – Indicador 5.....	82
Quadro 8 - Reuniões Plenárias dos Comitês PCJ .....	90
Quadro 9 - Reuniões da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) .....	91
Quadro 10 - Reuniões da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) .....	93
Quadro 11 - Reuniões da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) .....	94
Quadro 12 - Reuniões da Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID) .....	95
Quadro 13 - Reuniões da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) .....	95
Quadro 14 - Reuniões da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) .....	96
Quadro 15 - Reuniões da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) .....	98
Quadro 16 - Reuniões da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB).....	99
Quadro 17 - Reuniões da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN).....	100
Quadro 18 - Reuniões da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural).....	101
Quadro 19 - Reuniões da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA).....	102
Quadro 20 - Reuniões da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) .....	103
Quadro 21 - Órgão do Estado de São Paulo - Gestão 2015-2017.....	107
Quadro 22 - Organizações Cíveis - Gestão 2013-2015 .....	109
Quadro 23 - Organizações Cíveis - Gestão 2015-2017 .....	111
Quadro 24 - Usuários de Recursos Hídricos - Gestão 2013-2015.....	114
Quadro 25 - Usuários de Recursos Hídricos - Gestão 2015-2017.....	116
Quadro 26 - Órgão do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais - Gestão 2013-2015.....	119
Quadro 27 - Órgão do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais - Gestão 2015-2017.....	119
Quadro 28 - Municípios com direito a voto - Gestão 2013-2015 .....	121
Quadro 29 - Municípios com direito a voto - Gestão 2015-2017 .....	122

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de Desembolso Anual (%) em 2016: .....	75
Tabela 3 - Índice de Desembolso Acumulado (%) 2016: .....	77
Tabela 5: Relação de Câmaras Técnicas (CTs), entidades participantes e membros: comparativo entre as gestões 2013-2015 e 2015-2017 .....	104
Tabela 6: Quantidade de membros e entidades participantes nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ .....	105

## 1. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE DELEGATÁRIA

### 1.1. Nome Completo

Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ.

### 1.2. Número do CNPJ

11.513.961/0001-16.

### 1.3. Natureza Jurídica

Fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira própria, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de constituição.

### 1.4. Endereço e Telefone

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ:

Rua Alfredo Guedes, nº 1.949 - Higienópolis - Edifício Rac'z Center - Sala 604

Piracicaba (SP) - Brasil - CEP: 13.416-901

Fone: (19) 3437-2100

### 1.5. Endereços Eletrônicos

- Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ - <http://www.agenciapcj.org.br/novo/index.php>
- Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Comitês PCJ - <http://www.comitespcj.org.br/>

## 1.6. NORMAS DE CRIAÇÃO E FINALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

### 1.6.1. NORMA DE CRIAÇÃO - ESTATUTO SOCIAL

A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ), constituída em 05 de novembro de 2009, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira própria, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de constituição. A sede e foro da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ reside na cidade Piracicaba e tem área de atuação nas bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PCJ) e com seu prazo de duração indeterminado.

A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ foi reconhecida pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, em sua Resolução nº 111, de 13 de abril de 2010, como Entidade Delegatária de funções de Agência de Água das bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, e em 2011, com a interveniência dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, firmou o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 com a

Agência Nacional de Águas - ANA, nos termos da Lei Federal nº 10.881, de 06 de junho de 2004, visando o exercício das funções de competência de Agência de Água nas bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.

Ressalta-se que a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ tem como princípio organizacional a manutenção de estruturas técnicas e administrativas de dimensões reduzidas, com prioridade à execução descentralizada de obras e serviços, os quais serão atribuídos a órgãos e entidades, públicos e privados, capacitados para tanto.

A estrutura organizacional é dividida em: Conselho Deliberativo, Diretoria e Conselho Fiscal. O regime jurídico do pessoal é o da legislação trabalhista (CLT) e a contratação de empregados, salvo para as funções de confiança definidas no Regulamento Interno, é precedida de concurso público, nos termos da Constituição Federal.

Tem, ainda, como princípio de atuação o seguimento das diretrizes, orientações e normas estabelecidas por meio de Deliberações dos Comitês PCJ, da mesma forma que a sua gestão apresenta a composição paritária tripartite entre o Estado, os Municípios e a Sociedade Civil, com direito a voz e voto de todos os seus membros.

São funções da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ proporcionar o apoio financeiro aos planos, programas, serviços e obras aprovadas pelos Comitês PCJ, a serem executados nas Bacias PCJ; promover a capacitação de recursos humanos para o planejamento e gerenciamento de recursos hídricos, de acordo com programa aprovado pelos Comitês PCJ; apoiar e incentivar a educação ambiental e o desenvolvimento de tecnologias que possibilitem o uso racional dos recursos hídricos; incentivar, na área de sua atuação, a articulação dos participantes dos Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos com os demais sistemas setoriais, com os municípios, com o setor produtivo e com a sociedade civil; e praticar, no campo dos recursos hídricos, ações que lhe sejam delegadas ou atribuídas pelos detentores do domínio de águas públicas.

A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ não distribui lucros, dividendos ou quaisquer outras vantagens a seus instituidores, mantenedores ou dirigentes e emprega toda a renda auferida no cumprimento das suas finalidades.

Os recursos destinados ao custeio de pessoal e das atividades desenvolvidas pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ são providos anualmente pela ANA, oriundos da Cobrança Federal pelo uso de recursos hídricos dos Rios Atibaia, Camanducaia, Jaguari e Piracicaba, conforme determinado no Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 e, também, até 10% das arrecadações pelo uso de recursos hídricos nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, provenientes da Cobrança PCJ Paulista.

Destacamos que a participação do Estado de São Paulo na AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ foi autorizada pelo artigo nº 1º, da Lei nº 10.020, de 03 de julho de 1998, sendo dispensada qualquer outra formalidade legal para que ele integre a entidade.

#### 1.6.2. NORMAS QUE ESTABELECEM A ESTRUTURA ORGÂNICA NO PERÍODO DE GESTÃO

Estatuto Social: Constituição da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ - 05 de novembro de 2009: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/institucional/estatuto>.

## 2. OBJETIVOS E METAS

### 2.1. Identificação do Programa Governamental (ANA)

- Programa: 1.107 - Pró-bacias.
- Contrato (Contrato de Gestão): nº 003/ANA/2011.

### 2.2. Descrição do Programa

O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, celebrado entre a ANA e a Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ), com a interveniência dos Comitês PCJ em 03 de abril de 2012, tem por objeto o alcance pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, das metas constantes no Programa de Trabalho, Anexo I, do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, no exercício das funções de Agência de Água nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

O Programa de Trabalho contempla o detalhamento dos objetivos estratégicos, metas e resultados a serem alcançados pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, mensurados por meio de indicadores de desempenho.

A área de atuação da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ é os das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Jundiá e Capivari, envolvendo os Estados de São Paulo e de Minas Gerais, numa extensão territorial aproximada de 15.320, 67 km<sup>2</sup>. Seus limites se estendem por 76 municípios total ou parcialmente inseridos nas Bacias PCJ, dos quais 71 são paulistas e os outros cinco mineiros, conforme o Mapa 2, que apresenta a sua divisão política e a dominialidade dos principais rios. Dos municípios mencionados, 70 integram os Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ), dos quais 65 são paulistas e cinco mineiros.

### 2.3. Mapa das Bacias PCJ

Mapa 2 - Bacias PCJ - Limites das Bacias PCJ e suas Sub-bacias



Fonte: Cobrape, Plano de Bacias PCJ 2010 a 2020

### 3. INDICADORES DE DESEMPENHO

#### 3.1. Critérios de Avaliação de Desempenho para o ano de 2016

Quadro 1 - Programa de Trabalho com Indicadores e Critérios de Avaliação.

INDICADORES		CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
1	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	1A - Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica dos Comitês PCJ ou da CONTRATADA
2	PLANEJAMENTO E GESTÃO	2A - Plano de Aplicação Plurianual
		2B - Enquadramento
		2C - Implementação das ações do Plano das Bacias PCJ
3	COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3A - Índice de desembolso anual
		3B - Índice de desembolso acumulado
		3C - Avaliação da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia pelos usuários
4	OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA	4A - Atendimento ao usuário em cobrança
		4B - Manter o Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos
5	RECONHECIMENTO SOCIAL	5A - Avaliação da Entidade Delegatária pelos membros dos Comitês PCJ

##### 3.1.1. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES - INDICADOR 1

Esse indicador tem como objetivo disponibilizar informações atualizadas sobre os Comitês PCJ, a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, sobre Legislação de Recursos Hídricos, Central de Documentação, Plano de Aplicação, Cadastro de Usuários, Cobranças e Arrecadações e sobre o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, bem como do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), nas Bacias PCJ.

##### 3.1.2. PLANEJAMENTO E GESTÃO - INDICADOR 2

Esse indicador tem por finalidade de trabalhar com o Plano de Aplicação Plurianual, sendo este, a partir de 2017, com duas divisões, sendo elas:

a) Para o Exercício 2016:

1) Elaboração do Plano de Aplicação Plurianual 2017-2020, contendo:

- Os programas e subprogramas priorizados no período, com alcance de metas para 2020, contendo os tipos de ações possíveis de serem financiadas;
- A estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada programa/subprograma discriminado por fonte e,
- Os critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos.

b) Para os exercícios de 2013 a 2020:

- 1) Relatório anual de mapeamento de fontes de recursos financeiros disponíveis: identificação dos recursos que podem ser acessados para aplicação na Bacia de forma a se avaliar avanços e gargalos para a concretização do Plano de Recursos Hídricos da Bacias;
- 2) Relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da

cobrança pelo uso de recursos hídricos da Bacia descrevendo por ação quando couber, conforme orientado no termo aditivo do contrato em questão.

### 3.1.3. COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS - INDICADOR 3

O Indicador 3, cobrança pelo uso dos recursos hídricos objetiva desenvolver metas progressivas visando maior eficiência na aplicação do valor repassado pela ANA à AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ e proporcionar o aumento da aplicação de recursos externos (contrapartida) em ações voltadas para a melhoria dos recursos hídricos. Esse indicador visa ainda alocar os recursos financeiros com a finalidade de atingir as metas progressivas, objetivando a eficiência administrativa da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ na execução das ações previstas no Plano de Aplicação.

### 3.1.4. OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA - INDICADOR 4

Com esse indicador visa o fornecimento do serviço de atendimento aos usuários em cobrança pelo uso de recursos hídricos nas Bacias PCJ, com conhecimento técnico suficiente para sanar eventuais dúvidas e orientar os usuários no acesso e preenchimento do Cadastro Nacional de Recursos Hídricos (CNARH), bem como o de fornecer os serviços de atualização dos dados cadastrais de usuário com problemas de endereço. Além do atendimento ao usuário em cobrança este indicador visa manter atualizado cadastro dos usos e usuários de recursos hídricos interestaduais nas Bacias PCJ, e apresentar relatório anual com o estado da arte do cadastro.

### 3.1.5. RECONHECIMENTO SOCIAL - INDICADOR 5

No âmbito desse indicador procura-se avaliar, por meio da opinião dos membros dos Comitês PCJ, as atividades exercidas pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, considerando os aspectos técnicos e administrativos e, ainda, aumentando a inserção do tema “Gestão de Recursos Hídricos” nos órgãos de imprensa ou na mídia das Bacias PCJ, por meio de reportagens e artigos, espaços para divulgação de notícias e elaboração de programas (com ou sem parcerias) sobre temas específicos.

### 3.1.6. CONCLUSÃO

A cada INDICADOR estão associados seus correspondentes subindicadores e metas, conforme apresentaremos a seguir. Aos subindicadores estão associados pesos, estabelecidos como indicação de sua relevância para o indicador correspondente. As metas estão associadas aos subindicadores, de maneira que, em função do desempenho conseguido e pesos atribuídos a cada subindicador, obtém-se uma nota final para o desempenho dos respectivos indicadores. O que permite definir uma nota final para o desempenho da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ em cada indicador.

Essa estrutura está demonstrada nas planilhas que constituem o Anexo I do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, e permite que seja estabelecido um conceito para o desempenho conseguido em cada indicador, dependendo da nota calculada, sendo considerado: ÓTIMO (nota maior ou igual a 9); BOM (nota entre 7 e 8,99); REGULAR (nota entre 5 e 6,99) e INSUFICIENTE (nota menor que 5).

### 3.2. Análise dos Resultados Alcançados

#### 3.2.1. INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Quadro 2 - Indicador 1

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO		DETALHAMENTO
1A	CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DO COMITÊ OU DA CONTRATADA	1) <b>Comitês PCJ:</b> decreto de criação, regimento interno e alterações, composição, deliberações, moções, atas das reuniões.
		2) <b>Entidade Delegatária:</b> resolução de delegação, estatuto e alterações, associados.
		3) <b>Legislação de Recursos Hídricos:</b> leis e decretos relativos a recursos hídricos no âmbito federal e dos estados de SP e MG; portarias dos órgãos gestores estaduais; resoluções da ANA, do CNRH e dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos que tenham pertinência com as atividades definidas no Plano de Recursos Hídricos da bacia, contrato de gestão, cadastro e cobrança.
		4) <b>Centro de Documentação:</b> Estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre a Bacia.
		5) <b>Plano de Aplicação:</b> Relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança.
		6) <b>Cadastro de Usuários:</b> relação dos usuários da bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá em cobrança pela ANA e pelos órgãos gestores estaduais, no exercício corrente, contendo nome, município, UF, finalidade de uso, vazões e valor cobrado.
		7) <b>Cobrança e Arrecadação:</b> valores cobrados, arrecadados e transferidos à Entidade Delegatária e rendimentos financeiros anuais.
		8) <b>Contrato de Gestão:</b> contrato e seus aditivos, Relatórios de Gestão, Relatórios de Avaliação e prestações de contas apresentadas.

AVALIAÇÃO		1A	NOTA FINAL (NF)
		PESO	
		1	
2012	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2013	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2014	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2015	META	8	
	RESULTADO		

AVALIAÇÃO	1A		NOTA FINAL (NF)
	PESO		
	1		
2016	NOTA (NP)		
	META	8	
	RESULTADO		
2017	NOTA (NP)		
	META	8	
	RESULTADO		
2018	NOTA (NP)		
	META	8	
	RESULTADO		
2019	NOTA (NP)		
	META	8	
	RESULTADO		
2020	NOTA (NP)		
	META	8	
	RESULTADO		

#### FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS

Para o Indicador 1A, será atribuído um ponto para cada um dos oito itens descritos no detalhamento.

$$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}$$

$$0 \leq NP \leq 10$$

$$NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$$

3.2.1.1. Indicador 1a - Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica dos COMITÊS PCJ ou da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

a) 1A1 - Dados Institucionais dos Comitês PCJ

Os dados institucionais dos Comitês PCJ, decreto de criação, regimento interno e alterações, composição, deliberações, moções, atas das reuniões, mecanismo de funcionamento das Câmaras Técnicas, características das bacias PCJ e demais informações e materiais, encontram-se disponíveis para consulta no site <http://www.comitespcj.org.br>.

#### I - CBH-PCJ (PAULISTA)

- **Lei de Criação:**

<http://www.comitespcj.org.br/images/Download/Lei7663-91.PDF>

- **Estatuto do CBH-PCJ:**

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=214&itemid=219](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=214&itemid=219)

- **Composição:**

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=256&itemid=354](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=256&itemid=354)

- **Atas:**

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=167&itemid=229](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=167&itemid=229)

- **Moções:**

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=168&itemid=230](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=168&itemid=230)

- **Deliberações Comitês PCJ ( CBH-PCJ, PCJ FEDERAL E CBH-PJ)**

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=181&itemid=223](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=181&itemid=223)

## II - PCJ FEDERAL

- **Decreto de Criação e Resolução:**

<http://www.comitespcj.org.br/images/download/decreto-pcj-federal-20-03-02.pdf>

<http://www.comitesPCJ.org.br/images/Download/Resolucao05-2000.PDF>

- **Regimento PCJ Federal:**

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=31&itemid=111](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=31&itemid=111)

- **Composição:**

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=257&itemid=355](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=257&itemid=355)

- **Atas:**

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=167&itemid=229](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=167&itemid=229)

- **Moções:**

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=168&itemid=230](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=168&itemid=230)

- **Deliberações Comitês PCJ ( CBH-PCJ, PCJ FEDERAL E CBH-PJ)**

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=181&itemid=223](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=181&itemid=223)

### III - CBH-PJ (MINEIRO)

- Decreto de Criação:

<http://www.comitespcj.org.br/images/download/decreto-44433-2007-mg.pdf>

- Regimento do CBH-PJ:

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=242&itemid=220](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=242&itemid=220)

- Composição:

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=258&itemid=356](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=258&itemid=356)

- Atas das Reuniões Plenárias:

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=167&itemid=229](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=167&itemid=229)

- Moções:

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=168&itemid=230](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=168&itemid=230)

- Deliberações Comitês PCJ ( CBH-PCJ, PCJ FEDERAL E CBH-PJ)

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=181&itemid=223](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=181&itemid=223)

#### b) 1A2 - DADOS INSTITUCIONAIS DA ENTIDADE DELEGATÁRIA

Os dados institucionais da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, tais como: resolução de delegação, estatuto e suas alterações, associados, estão disponíveis nos links a seguir:

- O que é a Agência

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/institucional/o-que-e-a-agencia>

- Vídeo Institucional:

- ✓ No site da Agência PCJ - <http://www.agenciapcj.org.br/novo/institucional/o-que-e-a-agencia>
- ✓ No Youtube - [https://www.youtube.com/watch?v=Ypr9v48\\_B34](https://www.youtube.com/watch?v=Ypr9v48_B34)

- Conselho Deliberativo:  
[http://www.agenciapcj.org.br/web\\_app/equipe-pcj/deliberativo.htm](http://www.agenciapcj.org.br/web_app/equipe-pcj/deliberativo.htm)
- Conselho Fiscal:  
[http://www.agenciapcj.org.br/web\\_app/equipe-pcj/fiscal.htm](http://www.agenciapcj.org.br/web_app/equipe-pcj/fiscal.htm)
- Declarações Corporativas  
<http://www.agenciapcj.org.br/novo/institucional/declaracoes-corporativas>
- Diretoria:  
[http://www.agenciapcj.org.br/web\\_app/equipe-pcj/diretoria.htm](http://www.agenciapcj.org.br/web_app/equipe-pcj/diretoria.htm)
- Equipe:  
[http://www.agenciapcj.org.br/web\\_app/equipe-pcj/](http://www.agenciapcj.org.br/web_app/equipe-pcj/)
- Estatuto:  
<http://www.agenciaPCJ.org.br/novo/institucional/estatuto>
- Folder:  
<http://issuu.com/pcjdigital/docs/folderpcj-digital?e=6318376/1151930>
- Histórico da Implantação:  
[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/fabh\\_hist-implantacao.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/fabh_hist-implantacao.pdf)
- Linha do Tempo:  
<http://www.agenciapcj.org.br/docs/outros/linhadotempo-pcj.pdf>
- Resolução de Delegação - CNRH nº 111/2010:  
[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cnrh\\_111\\_2010.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cnrh_111_2010.pdf)

### c) 1A3 - LEGISLAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

É possível encontrar no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, bem como no site dos Comitês PCJ toda a base legal que subsidia a implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União, além das Políticas Estaduais (São Paulo e Minas Gerais), Política Nacional de Recursos Hídricos, Deliberações, Decretos e Resoluções pertinentes aos recursos hídricos, Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, Comitês e Gestão de Recursos Hídricos no Âmbito das Bacias PCJ, assim como as todas os Relatórios sobre a Execução do Contrato de Gestão e o resultado de seus indicadores. No site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, o conteúdo do Contrato de Gestão e da Base Legal em Recursos Hídricos poderá ser localizado nos seguintes links a seguir:

#### • Base Legal de Recursos Hídricos no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

No site da Agência das Bacias PCJ, o conteúdo sobre legislação de recursos hídricos está disponível acessando os links dos itens listados abaixo:

- **Comunicados**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/comunicados>

- **Convênios**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/convenios>

- **Decretos**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/decretos>

- **Deliberações CERH (MG)**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/deliberacoes-cerh-mg>

- **Deliberações Cofehidro**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/deliberacoes-cofehido>

- **Deliberações Comitês PCJ**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/deliberacoes-comites-pcj>

- **Deliberações CRH (SP)**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/deliberacoes-crh-sp>

- **Legislações**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/legislacoes>

- **Moção**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/mocao>

- **Notas**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/notas>

- **Portarias**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/portarias>

- **Resoluções ANA**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/resolucoes-ana>

- **Resoluções CNRH**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/resolucoes-cnrh>

- **Resoluções Conama**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/resolucoes-conama>

- **Resoluções Conjuntas**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/resolucoes-conjuntas>

- **Resoluções Semad**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/resolucoes-semad>

- **Termos**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/base-legal/termos>

- **Base Legal de Recursos Hídricos no site dos Comitês PCJ**

No site dos Comitês PCJ, o conteúdo sobre a Base Legal de Recursos Hídricos poderá ser acessado a partir do link:

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=555&Itemid=240](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=555&Itemid=240)

Além do link acima apresentado, as informações também poderão ser acessadas através dos links a seguir:

- **Decretos**

- Estaduais Mineiros
- Estaduais Paulistas
- Federais

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=555:legislacao-decretos&catid=134:legislacao&Itemid=240](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=555:legislacao-decretos&catid=134:legislacao&Itemid=240)

- **Deliberações**

- Do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH (MG)
- E do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) e Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH (MG)

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=635:legislacao-deliberacoes&catid=134:legislacao&Itemid=240](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=635:legislacao-deliberacoes&catid=134:legislacao&Itemid=240)

- **Leis**

- Estaduais Mineiros
- Estaduais Paulistas
- Federais

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=554:legislacao-leis&catid=134:legislacao&Itemid=240](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=554:legislacao-leis&catid=134:legislacao&Itemid=240)

- **Portarias**

- Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH
- Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE
- Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM
- Ministério da Saúde - MS
- Secretaria de Recursos Hídricos - SRH e Ministério do Meio Ambiente – MMA

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=245:legislacao-portarias](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=245:legislacao-portarias)

[ao-portarias&catid=134:legislacao&Itemid=240](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=556:legislacao-resolucoes&catid=134:legislacao&Itemid=240)

▪ **Resoluções**

- Agência Nacional de Águas – ANA
- Agência Nacional de Águas - ANA e Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE
- Agência Nacional de Águas - ANA e Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM
- Agência Nacional de Águas - ANA, Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM
- Agência Nacional de Águas - ANA, Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM e Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA
- Agência Nacional de Águas - ANA, Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM e Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD
- Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH do Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA do Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento - SERHS (SP) e Secretaria do Meio Ambiente - SMA (SP)
- Secretaria de Estado da Fazenda - SEF (MG), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD (MG) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM (MG)
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD (MG), Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG (MG), Secretaria de Estado da Fazenda - SEF (MG) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM (MG)
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD (MG) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM (MG)
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD (MG)
- Secretaria do Meio Ambiente - SMA (SP)
- Secretaria do Meio Ambiente - SMA (SP), Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento - SERHS (SP) e Secretaria da Saúde - SES (SP)

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=556:legislacao-resolucoes&catid=134:legislacao&Itemid=240](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=556:legislacao-resolucoes&catid=134:legislacao&Itemid=240)

▪ **Deliberações dos Comitês PCJ**

- **Deliberações dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Comitês PCJ (CBH-PCJ - Paulista, PCJ Federal e CBH-PJ - Mineiro)**

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=181&Itemid=223](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=181&Itemid=223)

- **Deliberações Conjuntas (CBH-PCJ, PCJ Federal e CBH-PJ)**

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=180&Itemid=224](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=224)

- **Deliberações Conjuntas (CBH-PCJ e PCJ Federal)**

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=179&Itemid=225](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=179&Itemid=225)

- Deliberações CBH-PCJ

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=178&Itemid=226](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=178&Itemid=226)

- Deliberações PCJ Federal

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=177&Itemid=227](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=177&Itemid=227)

- Deliberações CBH PJ

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=370&Itemid=228](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=370&Itemid=228)

#### d) 1A4 - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Todos os estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre as Bacias PCJ poderão ser acessados no site da Agência das Bacias PCJ, através dos links relacionados abaixo:

- Informações sobre as Bacias PCJ

- Características Climáticas:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/informacoes-das-bacias/caracteristicas-climaticas>

- Características Físicas:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/informacoes-das-bacias/caracteristicas-fisicas>

- Características Geopolíticas:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/informacoes-das-bacias/caracteristicas-geopoliticas>

- Disponibilidade Hídrica:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/informacoes-das-bacias/disponibilidade-hidrica>

- Localização:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/informacoes-das-bacias/localizacao>

- Uso da Água:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/informacoes-das-bacias/uso-da-agua>

- SIG PCJ - Sistema de Informações Geográficas das Bacias PCJ:

Imagem 1 - Banner de acesso para o serviço do SIG PCJ - Sistema de Informações Geográficas das Bacias PCJ.



- Página de Acesso ao SIG PCJ

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/component/content/article/2-cobranca-federal/55-sig-pcj>

- Acessando o Sistema via Web:

<https://sig.agenciapcj.org.br:9083/k2gisapp/map>

- Manual do Usuário:

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/SIG-PCJ\\_Manual\\_do\\_Usuario.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/SIG-PCJ_Manual_do_Usuario.pdf)

- Tutorial do Usuário:

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/SIG-PCJ\\_Tutorial\\_do\\_Usuario.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/SIG-PCJ_Tutorial_do_Usuario.pdf)

- Transparência

- Administração

- Contratos

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia/administracao/contratos>

- Licitações

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia/administracao/licitacoes>

- Recursos Humanos

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia/administracao/recursos-humanos>

- ✓ Cargos e Salários

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia/administracao/recursos-humanos/estrutura/79-rh-cargos-e-salarios>

- ✓ Organograma

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia/administracao/recursos-humanos/estrutura/20-organograma>

- ✓ Quadro de Vagas

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia/administracao/recursos-humanos/estrutura/21-rh-quadro-vagas>

- **Finanças**

- **Demonstração Financeiras**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia/financas/demonstracao-financeira-e-orcamento>

- **Execução Orçamentária**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia/financas/execucao-orcamentaria>

- ✓ Relatório Financeiro Executivo - 1º Trimestre/2016

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/relatorios/relatorio-financ-exec-1t16.pdf>

- **PAP PCJ**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia/financas/pap-pcj>

- ✓ Plano de Aplicação Plurianual – PAP PCJ 2013/2016 – Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/2012

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/transparencia/pap-2013-2016.pdf>

- ✓ Relatórios anuais de acompanhamento das ações executadas com os recursos da Cobrança PCJ Federal – PAP PCJ, referente os anos de 2013 a 2016:

- 2013

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/2A%202%20-%20Plano%20de%20Aplica%C3%A7%C3%A3o%20Plurianual%20Bacias%20PCJ%20-%202014.pdf>

- 2014

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/2A%202%20-%20Plano%20de%20Aplica%C3%A7%C3%A3o%20Plurianual%20Bacias%20PCJ%20-%202014.pdf>

- 2015

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/plano-aplicacao-plurianual-2015.pdf>

- 2016

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/plano-aplicacao-plurianual-2016.pdf>

- ✓ Plano de Aplicação Plurianual – PAP PCJ 2013/2016 – conclusão

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/transparencia/pap-2013-2016-conclusao.pdf>

✓ Plano de Aplicação Plurianual – PAP PCJ 2017/2020

Deliberação dos Comitês PCJ nº 258/16, de 16/12/2016 - Aprova o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o exercício 2017-2020, e dá outras providências, que poderá ser acessado através do link [Plano de aplicação plurianual 2017-2020 - BACIAS PCJ](#)

• Imprensa

▪ Notícias

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/imprensa/noticias>

▪ Perguntas frequentes

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/imprensa/perguntas-frequentes>

▪ TV PCJ

Imagem 2 - Banner de acesso para o canal do TV PCJ.



A TV PCJ é uma iniciativa dos Comitês PCJ e da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ. Com uma proposta de mostrar o território das Bacias PCJ e seus 77 municípios. Com a produção da StandByMedia, o canal será mais um meio de comunicação entre os Comitês PCJ e a sociedade. Os interessados em receber informações a TV PCJ e seus programas poderão entrar em contato através do e-mail [comunicapcj@agenciapcj.org.br](mailto:comunicapcj@agenciapcj.org.br).

Para assistir à programação da TV PCJ acesse pelo link <https://www.youtube.com/user/agenciadasbaciaspcj>. Assinando nosso canal, você é notificado toda vez que um novo programa for ao ar. A TV PCJ, possui dois programas regulares: “O Valor da Água” e o “Saber das Águas”. Além dos programas aqui citados a TV PCJ possui matérias especiais e outras reportagens em sua grade de programação.

○ O Valor da Água

Desde 2013, a TV PCJ já apresentou 36 edições do programa “O Valor da Água”. Todos os programas poderão ser visualizados através do link <https://www.youtube.com/user/agenciadasbaciaspcj>.

- **O Saber das Águas**

Paralelo ao Programa “O Valor da Água” desde 2015 a TV PCJ também vem veiculando o programa “O Saber das Águas”. O programa é uma iniciativa da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) e da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, com participação de entidades públicas e privadas e educadores, e tem como objetivo levar à sociedade dicas e informações sobre educação ambiental, recursos hídricos e funcionamento dos Comitês PCJ. Até o momento foram publicados 12 programas. Abaixo destacamos os vídeos referentes ao ano de 2016:

- ✓ Programa O Saber das Águas nº 09 - publicado em 18 de janeiro de 2016

<https://www.youtube.com/watch?v=3ip1JhJ8fGA>

- ✓ Programa O Saber das Águas nº 10 - publicado em 29 de março de 2016

<https://www.youtube.com/watch?v=eGCDwZ90fUM>

- ✓ Programa O Saber das Águas nº 11 - publicado em 29 de março de 2016

<https://www.youtube.com/watch?v=GMCKMhMI8fg>

- ✓ Programa O Saber das Águas nº 12 - publicado em 29 de março de 2016

<https://www.youtube.com/watch?v=V6u1wU0wQIU>

- ✓ Vídeos ANA

**Imagem 3 - Banner de acesso para o canal do Vídeos ANA.**



No site da Agência das Bacias PCJ também é disponibilizado um link de acesso para canal da ANA através do link <https://www.youtube.com/user/anagovbr>.

Folders, Informativos, Planos e Livros Digitais - Encontram-se na página da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ na seção “Publicações”:

- Apostila “Documentos Básicos sobre Constituição e Funcionamento dos Plenários e Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ”

<http://issuu.com/pcjdigital/docs/livreto2conferir15>

- Apostila “Guia do Ato Declaratório”

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/outros/daee-guia-ato-decl.pdf>

- Folder “Operação Estiagem 2014 – todos pela água, cuide e economize”  
[https://issuu.com/pcjdigital/docs/folder\\_educativo\\_2014](https://issuu.com/pcjdigital/docs/folder_educativo_2014)
- Folder “Agência das Bacias PCJ e os Comitês de Bacias”  
<http://issuu.com/pcjdigital/docs/folderpcj-digital?e=6318376/1151930>
- Folder “Cobrança Paulista PCJ - Exercício 2017”  
<http://www.agenciapcj.org.br/docs/folderes/folder-cobranca-2017.pdf>
- Folder “Cobrança Pelo Uso Dos Recursos Hídricos 2016”  
<http://www.agenciapcj.org.br/docs/folderes/folder-cobranca-recursos-hidricos-2016.pdf>
- Folder “Declarações Corporativas”  
[https://issuu.com/pcjdigital/docs/agencia\\_pcj\\_-\\_folder\\_declara\\_es\\_b47407dd82a596](https://issuu.com/pcjdigital/docs/agencia_pcj_-_folder_declara_es_b47407dd82a596)
- Folder “Uso da Água no Meio Rural”  
<http://www.agenciapcj.org.br/docs/relatorios/relatorio-uso-meio-rural-oper-estiagem-2014.pdf>
- Folder “Os Comitês PCJ e as Competências das Câmaras Técnicas”  
[https://issuu.com/pcjdigital/docs/folder\\_comites\\_-\\_web](https://issuu.com/pcjdigital/docs/folder_comites_-_web)
- Folder Institucional
  - Em Espanhol  
[http://issuu.com/pcjdigital/docs/agencia\\_pcj\\_-\\_folder\\_institucional\\_/1](http://issuu.com/pcjdigital/docs/agencia_pcj_-_folder_institucional_/1)
  - Em Frances  
[http://issuu.com/pcjdigital/docs/agencia\\_pcj\\_-\\_folder\\_institucional\\_093093cd25a051/1](http://issuu.com/pcjdigital/docs/agencia_pcj_-_folder_institucional_093093cd25a051/1)
  - Em Inglês  
[http://issuu.com/pcjdigital/docs/agencia\\_pcj\\_-\\_folder\\_institucional\\_5dec05c9c29309/](http://issuu.com/pcjdigital/docs/agencia_pcj_-_folder_institucional_5dec05c9c29309/)
  - Em Português  
[https://issuu.com/pcjdigital/docs/agencia\\_pcj\\_-\\_folder\\_institucional\\_a8249514f805b7](https://issuu.com/pcjdigital/docs/agencia_pcj_-_folder_institucional_a8249514f805b7)
- Folder “Comitês PCJ – 20 Anos”  
<http://www.agenciapcj.org.br/fotos/folder-20anos.pdf>
- Informativo COMITÊS PCJ nº 41 - janeiro/fevereiro/março de 2016  
[https://issuu.com/pcjdigital/docs/comit\\_s\\_das\\_guas\\_edi\\_o\\_es](https://issuu.com/pcjdigital/docs/comit_s_das_guas_edi_o_es)
- Informativo COMITÊS PCJ nº 42 - abril/maio/junho de 2016  
<http://www.agenciapcj.org.br/docs/informativos/informativo-pcj-06-16.pdf>
- Informativo COMITÊS PCJ nº 43 - julho/agosto/setembro de 2016  
<http://www.agenciapcj.org.br/docs/informativos/informativo-pcj-07-16.pdf>
- Informativo COMITÊS PCJ nº 44 - outubro/novembro/dezembro de 2016  
<http://www.agenciapcj.org.br/docs/informativos/informativo-pcj-12-16.pdf>

- Livro “Implementação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e a Agência de Água das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
- Em Português

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/livros/livro-cobranca-pcj-2007.pdf>

- Livro “O Valor da Água”

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/component/content/article/8-institucional/327-livro-o-valor-da-agua>

- Livro “Produtor de Águas - Pagamentos por Serviços Ambientais”

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/livros/livro-licoos-aprendidas.pdf>

- Livro “Atualização dos Valores dos Preços Unitários Básicos das Cobranças PCJ - Relatório de Fundamentação - 4ª Edição (Complementada após Análises da CT-COB do CRH-SP)”.

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/relatorios/relatorio-fundamentacao-pcj.pdf>

- Livro “Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - 2010/2020”

[http://issuu.com/pcjdigital/docs/pcj\\_readequado\\_2013?e=6318376/1186601](http://issuu.com/pcjdigital/docs/pcj_readequado_2013?e=6318376/1186601)

- Relatório de Atividades da Agência das Bacias PCJ 2016

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/relatorios/relatorio-atividades-2016.pdf>

- Relatório de Gestão de Bacias 2015

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/relatorios/relatorio-gestao-2015.pdf>

- Relatórios da “Pesquisa sobre Gestão de Recursos Hídricos nas Bacias PCJ de setembro a dezembro de 2015

- Usuários Federais

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/pesquisas/pesquisa-usuarios-federais-2015.pdf>

- Usuários Mineiros

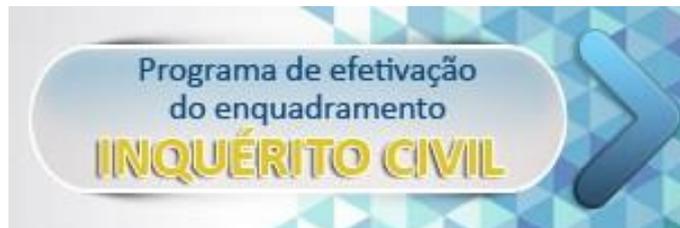
<http://www.agenciapcj.org.br/docs/pesquisas/pesquisa-usuarios-mineiros-2015.pdf>

- Usuários Paulistas

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/pesquisas/pesquisa-usuarios-paulistas-2015.pdf>

- Programa de Efetivação do Enquadramento - Inquérito Civil

**Banner de acesso ao Inquérito Cível**



- Despacho MP SP 29/09/2015

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/outros/despacho-mpsp-29-09-15.pdf>

- Mais informações

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=469:pee-inquerito-civil&catid=37:ct-pb-plano-de-bacias&Itemid=194](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=469:pee-inquerito-civil&catid=37:ct-pb-plano-de-bacias&Itemid=194)

- Ofício 374-14 Agência PCJ

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/outros/agencia-pcj-oficio-374-14.pdf>

- Ofício 750-15 Agência PCJ

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/outros/agencia-pcj-oficio-750-15.pdf>

- Ofício 798-15 Agência PCJ

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/outros/agencia-pcj-oficio-798-15.pdf>

- Portaria Enquadramento 02-2014 - final - AFM

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/outros/portaria-enquadramento-02-2014-final-afm.pdf>

Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/component/content/article/8-institucional/359-programa-de-efetivacao-do-enquadramento-inquerito-civil>

- Enquadramento dos Corpos d'Água

A Política Nacional de Recursos Hídricos define o enquadramento dos corpos de água em classes de usos como importante instrumento de gestão, uma vez que esse enquadramento, efetuado segundo os usos preponderantes das águas em dado trecho de rio, visa assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas e diminuir os custos de combate à poluição, mediante ações preventivas permanentes. Dispõe, também, que as classes de corpos de água serão estabelecidas pela legislação ambiental e delega às Agências de Bacia competência para propor aos respectivos Comitês de Bacia o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso para encaminhamento ao respectivo Conselho Nacional ou Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com a dominialidade. Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/instrumentos-de-gestao/enquadramento-dos-corpos-d-aguas>

## • Renovação da Outorga do Sistema Cantareira

Documentos para consulta e download:

- [Dados de referência acerca da outorga do Sistema Cantareira](#)
- [Dados de pontos de interesse do Sistema Cantareira](#)
- [Dados das vazões mensais de 1930 a 2012](#)
- [Boletins de Monitoramento dos Reservatórios do Sistema Cantareira](#)
- [GTAG Cantareira ANA/DAEE](#)
- [Resolução Restrição de Usos de Captação](#)

Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/component/content/article/8-institucional/219-outorga-2014-renovacao>

## • Outorga e Cadastro

A Constituição de 1988 estabeleceu que os corpos hídricos superficiais são de dominialidade pública, da União, quando banham mais de um estado ou territórios estrangeiros, e dos Estados, em todos os outros casos, dando ainda competência privativa à União para legislar sobre águas. A água subterrânea é definida como de dominialidade estadual.

A Lei federal nº. 9.433, de 1997, veio regulamentar o uso das águas no Brasil. A outorga é definida como um dos instrumentos de gestão com o objetivo de "assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo direito de acesso à água".

São definidos na lei como sujeitos a outorga a derivação ou captação de água superficial, a extração de água de aquífero, o lançamento em água superficial de resíduos líquidos ou gasosos, o aproveitamento dos potenciais hidrelétricos e qualquer outro uso que altere o regime, a quantidade ou a qualidade da água. São isentados da outorga o uso de recursos hídricos por pequenos núcleos populacionais rurais e as derivações, captações, lançamentos e acumulações de volumes de água considerados insignificantes.

A Lei nº. 9.984, de 2000, que criou a Agência Nacional de Águas, autarquia especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, conferiu-lhe, entre outras, a atribuição de outorgar o direito de uso de recursos hídricos em águas da União e de regulamentar a operação de reservatórios, visando ao uso múltiplo dos recursos hídricos, estabelecido nos planos de bacias.

Os órgãos com atribuição de outorgar o direito de uso de recursos hídricos em águas de domínio dos estados que partilham o território nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá são, respectivamente, o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), no Estado de São Paulo, e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), em Minas Gerais.

Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/instrumentos-de-gestao/outorga-e-cadastro>

## • Plano de Bacias

O objetivo geral do planejamento em recursos hídricos é garantir o bem-estar das pessoas em um ambiente ecologicamente sadio, incluindo esperança individual e coletiva de desenvolvimento sustentável.

O objetivo geral de um plano de bacia é a compatibilização entre oferta e demanda de água, em quantidade e qualidade, para todos os pontos da bacia hidrográfica.

As legislações de recursos hídricos, nacional (Lei nº 9.433/97) e estadual (Lei nº 7.663/93), exigem a elaboração de um plano de bacias, cujo conteúdo deve ser composto por:

- Diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos;
- Análise de alternativas de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo;
- Balanço entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificação de conflitos potenciais;
- Metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis;
- Medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, para o atendimento das metas previstas;
- Prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos;
- Diretrizes e critérios para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/instrumentos-de-gestao/plano-de-bacias>

## • Plano de Recursos Hídricos

O Plano de Recursos Hídricos é um dos instrumentos da Política Nacional dos Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97), assim como das legislações dos estados dos quais fazem parte a região PCJ: São Paulo (Lei nº 7.663/91) e Minas Gerais (Lei nº 13.199/99).

Pela legislação federal, os Planos de Recursos Hídricos são planos diretores que visam a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos. São planos de longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos e serão elaborados por bacia hidrográfica, por estado e para o país.

As legislações estaduais fazem distinção entre Plano de Recursos Hídricos (no âmbito estadual) e Plano de Bacia.

Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/instrumentos-de-gestao/plano-de-recursos-hidricos>

## • Relatórios de Situação

Relatórios para consulta e download todos os relatórios da situação das bacias PCJ desde a implantação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e

Jundiaí - CBH-PCJ, em novembro de 1993. Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/instrumentos-de-gestao/relatorios-de-situacoes>

- **Sistemas de Informações**

O instrumento Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos previsto na Lei Nacional das Águas (9.433/97) é um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.

Os dados gerados pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos serão incorporados ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.

Os princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos são:

- Descentralização da obtenção e produção de dados e informações;
- Coordenação unificada do sistema;
- Acesso aos dados e informações garantido à toda a sociedade.
- Os objetivos do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos:
- Reunir, dar consistência e divulgar os dados e informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos no Brasil;
- Atualizar permanentemente as informações sobre disponibilidade e demanda de recursos hídricos em todo o território nacional;
- Fornecer subsídios para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos.

Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/instrumentos-de-gestao/sistema-de-informacoes>.

Abaixo seguem os sistemas de informações disponíveis para consulta:

- **Boletins de Monitoramento dos Reservatórios do Sistema Cantareira**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/instrumentos-de-gestao/sistema-de-informacoes/38-instrumentos-de-gestao/sistema-de-informacoes>

- **Monitoramento das Bacias PCJ**

<http://www.sspcj.org.br/>

- **Monitoramento do Sistema Cantareira (SABESP)**

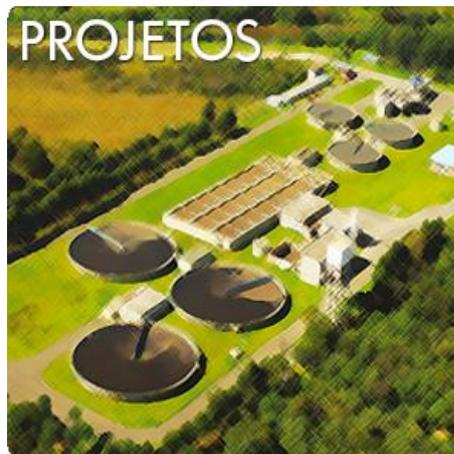
<http://www.sspcj.org.br/>

- **Sistema de Informações Geográficas das Bacias PCJ**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/component/content/article/2-cobranca-federal/55-sig-pcj>

- Projetos

Imagem 4 - Banner de acesso para o conteúdo relacionado a Projetos.



Todas as informações sobre Projetos realizados pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ estão disponíveis através do link <http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos> onde podemos acessar:

- **Captação de Recursos Fehidro e Cobranças PCJ – exercício 2017**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/captacao-de-recursos>

Divulgação de fonte de recurso dos empreendimentos e lista de suplentes.

- ✓ Deliberação: [Deliberação dos Comitês PCJ nº 257/2016](#)
- ✓ Anexos: [Anexo IV da Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 248/2016 – Empreendimentos Suplentes](#)
- ✓ Protocolo:  
[Ficha Protocolo de Pré-Qualificação de Empreendimentos 2017](#)
- ✓ Bancos De Preços/Planilhas De Custos:  
[Custo de Composições Sinapi \(Com Desoneração\) – CEF \(novembro/2014\)](#)  
[Custo de Insumos Sinapi \(Com Desoneração\) – CEF \(novembro/2014\)](#)
- ✓ Manuais:  
**MPO – Manual de Procedimentos Operacionais FEHIDRO**  
[Manual de Procedimentos Operacionais do Fehidro - MPO](#)  
**Manual Orientativo de Seleção e Indicação de Empreendimentos**  
[Manual PCJ. T. MA. 001/2016](#)  
[Anexos MANUAL PCJ.T.MA.001/2016](#)  
[Anexo 8.1.1 - Ficha Resumo Não Estrutural](#)  
[Anexo 8.1.2 - Ficha Resumo Estrutural](#)  
[Anexo 8.1.3 - Relação de Documentos - Municípios e entidades municipais](#)  
[Anexo 8.1.4 - Relação de Documentos - Órgãos estaduais](#)

- Anexo 8.1.5 - Relação de Documentos - Sociedade Civil sem fins lucrativos
- Anexo 8.1.6 - Relação de Documentos - Usuários com fins lucrativos
- Anexo 8.1.7 - Cronograma Físico-financeiro
- Anexo 8.1.8 - Planilha Orçamentária
- Anexo 8.1.9 - Modelo de Declaração - Municípios e entidades municipais e estaduais
- Anexo 8.1.10 - Modelo de Declaração - Entidades Sociedade Civil
- Anexo 8.1.11 - Relatório de Atividades
- Anexo 8.1.12 - Modelo de Declaração - Usuários com fins lucrativos
- Anexo 8.1.13 - Termo Cooperação Técnica e Compromisso de Doação
- Anexo 8.1.14 - Valores Máximos para pagamento mão-de-obra
- Anexo 8.1.15 - Modelo de Placa de Obra
- Anexo 8.1.16 - Relação de Pagamentos
- Anexo 8.1.17 - Declaração de Realização de Gastos em Contrapartida
- Anexo 8.1.18 - Procedimentos para aditamentos contratuais
- Anexo 8.1.19 - Relatório de Deslocamento
- Anexo 8.1.20 - Modelo de Declaração de não existência de obrigações
- Anexo 8.2.1 - Plano de Trabalho
- Anexo 8.2.3 - Quadro de Composição de Investimento - QCI
- Anexo 8.2.4 - Termo de Compromisso de Contrapartida Financeira
- Anexo 8.2.5 - Termo de Compromisso de Contrapartida Física

Manual CEF – Caixa Econômica Federal

Caderno de orientação ao cliente governo OGU, PAC, PCJ e financiamento (2014)

Manual SINAPI

Manual de Metodologias e Conceitos SINAPI (2014)

Planilha Múltipla

- ✓ Resultados Captação de Recursos:

**Pré-Qualificação:**

Resultado da Pré-Qualificação dos Empreendimentos de Demanda Espontânea-  
visando a indicação de financiamento com recursos do FEHIDRO e das  
COBRANÇAS PCJ – 2016

Resultado da Pré-Qualificação dos Empreendimentos de Demanda Espontânea-  
visando a indicação de financiamento com recursos do FEHIDRO e das  
COBRANÇAS PCJ - 2015

Resultado da Pré-Qualificação dos Empreendimentos de Demanda Espontânea-  
visando a indicação de financiamento com recursos do FEHIDRO e das  
COBRANÇAS PCJ - 2014

Resultado da Pré-Qualificação dos Empreendimentos de Demanda Espontânea  
- visando a indicação de financiamento com recursos do FEHIDRO e das  
COBRANÇAS PCJ – 2013

- ✓ Materiais de Referência:

#### **Termos de Referência (Modelos)**

Minuta de Termo de Referência para Plano Diretor de Macrodrenagem

Roteiro para Elaboração de Termo de Referência para Projetos de Recuperação  
Florestal

Roteiro para Elaboração de Termo de Referência de Educação Ambiental

Roteiro para Elaboração de Termo de Referência para Plano Municipal de  
Saneamento Básico

Requisitos Mínimos para Apresentação de Plano Diretor de Combate às Perdas  
de Água

Anexos do Plano Municipal de Saneamento

#### **Oficina Preparatória Cobranças PCJ – Exercício 2015**

Cronograma e Anexos

Deliberação dos Comitês PCJ nº 210/2014

Manual Orientativo para Seleção de Empreendimentos

Fontes de Recursos Financeiros

Os Sites dos Comitês PCJ e da Agência PCJ

Orientações de como agilizar o processo

- ✓ Mecanismo de Abatimento

Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mecanismo-de-abatimento>

#### **Abatimento do Valor DBO - Mecanismo Diferenciado de Pagamento “Abatimento do Valor DBO”**

Os interessados em solicitar pedidos de Abatimento do “Valor DBO”, referente a cobrança pelo uso da água em rios de domínio da União, **terão até o dia 20 de outubro de cada ano** para protocolar, **na sede da Agência das Bacias PCJ**, toda a documentação solicitada conforme relação estabelecida no Anexo I do **Informe Técnico Agência das Bacias PCJ nº 001/2016**.

A Agência das Bacias PCJ realizará uma avaliação técnica dos empreendimentos e encaminhará os pedidos enquadrados para serem apreciados pelos Comitês PCJ.

Os pedidos de investimentos que receberão incentivo para o abatimento do “Valor DBO”, previsto no art. 11 do Anexo I da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 025/2005 de 21 de outubro de 2005, alterada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 027/2005 de 30 de novembro de 2005, podem ser públicos (exceto a fundo perdido) ou privados, e relacionados a implantação de obras sanitárias que contemplam sistemas de afastamento (coletores tronco, estações elevatória, emissários e interceptores) e de tratamento de esgotos sanitários (excluindo-se redes coletoras), conforme [Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 049/2006](#), de 28 de setembro de 2006.

A Agência das Bacias PCJ realizará a análise da documentação apresentada e seu enquadramento no Plano de Bacias PCJ. Será elaborado e encaminhado Parecer Técnico dos empreendimentos cadastrados aos Comitês PCJ, que por sua vez tem até o dia 31 de dezembro de 2016 para se manifestarem sobre o assunto.

Os interessados devem agendar data e horário na sede da Agência das Bacias PCJ, com a **Equipe da Coordenação de Projetos** através do telefone (19) 3437-2100, para o protocolo dos empreendimentos.

[Cronograma Físico-Financeiro](#)

[Declaração](#)

[Ficha Protocolo](#)

[Ficha Resumo do Empreendimento](#)

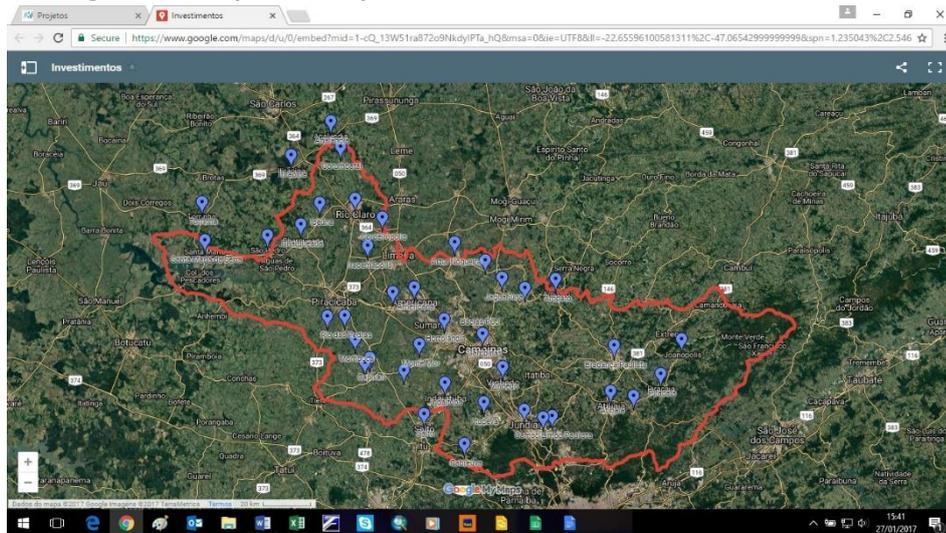
[Planilha Orçamentária](#)

✓ Mapa dos Projetos

Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mecanismo-de-abatimento/58-projetos/mapa-dos-projetos>

Conforme a demanda referente ao Primeiro Termo Aditivo Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 - Indicador 1 - Disponibilização de Informações, iniciamos a disponibilização das informações físicas e financeiras sobre estudos e projetos finalizados e em andamento afim de que a sociedade em geral e, em especial os atores das bacias PCJ, acompanhem a evolução das ações contratadas.

Imagem 5 - Imagem do Mapa de Projetos



Poderão ser visualizados no mapa de projetos os **Empreendimentos de Demanda Espontânea**, deliberados pelos Comitês PCJ, contratados principalmente com recursos financeiros do FEHIDRO, da Cobrança Estadual Paulista e parte com recursos da Cobrança PCJ Federal, bem como as respectivas situações, os mesmo poderão ser visualizados em [Visualizar Projetos em um mapa maior - http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos](http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos)

Para os empreendimentos contratados com recursos financeiros do Plano de Aplicação Plurianual - PAP PCJ, oriundos da Cobrança PCJ Federal, nos quais a Agência das Bacias PCJ é a contratante, bem como as suas respectivas situações, os mesmos poderão ser visualizados em [Relação de Empreendimentos PAP PCJ 2013-2016 - http://www.agenciapcj.org.br/web\\_app/maps-mobile/pap.htm](http://www.agenciapcj.org.br/web_app/maps-mobile/pap.htm)

- **Planos Municipais de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**

Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mecanismo-de-abatimento/84-projetos/pmsb-e-pmgirs>

**a) Contratos:**

Contrato nº 025/2013 – B&B Engenharia (PMSB e PMGIRS)

1º Termo Aditivo - 25/03/2014

2º Termo Aditivo - 16/10/2014

3º Termo Aditivo - 16/04/2015

4º Termo Aditivo - 16/12/2015

Contrato nº 026/2013 – NS Engenharia (PMSB e PMGIRS)

1º Termo Aditivo - 25/03/2014

2º Termo Aditivo - 16/10/2014

3º Termo Aditivo - 16/04/2015

4º Termo Aditivo - 16/12/2015

**b) Termos de Referência:**

Termo de Referência - PMSB e PMGIRS

Anexo I – Termo de Referência – B&B Engenharia (Estudo Gravimétrico)

Anexo I – Termo de Referência – NS Engenharia (Estudo Gravimétrico)

**c) Lotes:**

Lote 1

Lote 2

Lote 3

Lote 4

o **Planos Diretores de Combate à Perdas Hídricas em Sistemas de Abastecimento Público de Água**

Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mecanismo-de-abatimento/89-projetos/planos-diretores-de-combate-a-perdas-hidricas-em-sistemas-de-abastecimento-publico-de-agua>

**a) Contratos:**

[Contrato nº 028/2014 - Novaes Engenharia](#)

[Contrato nº 029/2014 - RHS Controls](#)

**b) Termo de Referência:**

[Anexo I - TR Plano Diretor de Combate às Perdas](#)

**c) Lote 1**

[Analândia](#)

[Ipeúna](#)

[Louveira](#)

[Rafard](#)

[Saltinho](#)

[São Pedro](#)

**d) Lote 2**

[Tuiuti](#)

[Valinhos](#)

[Bom Jesus dos Perdões](#)

**e) Lote 3**

[Camanducaia](#)

[Extrema](#)

[Itapeva](#)

[Sapucaí-Mirim](#)

[Toledo](#)

○ **Planos Diretores de Recursos Hídricos – Municípios Mineiros**

Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mecanismo-de-abatimento/102-projetos/planos-diretores-de-recursos-hidricos-municipios-mineiros>

Camanducaia - MG

Extrema (MG)

Itapeva (MG)

Sapucaí-Mirim (MG)

Toledo (MG)

○ **Projetos Concluídos**

Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mecanismo-de-abatimento/85-projetos/projetos-concluidos>

CT 019/09 - Levantamento e Mapeamento das Nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí Incluídas na Carta Topográfica de Rio Claro - 1:50.000 - IBGE

a) Relatório Final

b) Anexos

c) Mapa

○ **Relatório de Empreendimentos**

Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mecanismo-de-abatimento/70-projetos/relatorio-de-empreendimentos>

No relatório de empreendimentos pode-se verificar o andamento de todos os projetos indicados e financiados com recursos das cobranças PCJ pelos Comitês. Para o acesso se faz necessário apenas digitar a sigla do tomador, como por exemplo, no caso de o tomador ser uma prefeitura basta digitar o nome do município (aparecerá uma informação de que é necessário indicar o período, porém ao dar OK é possível ter acesso ao gráfico da situação de todos os empreendimentos do referido tomador:

## Imagem 6 – Página do Relatório de Empreendimentos



Relatório de Empreendimentos (Gráfico de Gantt)

PERÍODO:  
Mês/Ano de Início [Ex.: 01/2011]:   
Mês/Ano de Término [Ex.: 12/2011]:

SIGLA TOMADOR:

STATUS:  
 Concluído  Em execução  Não iniciado  Em análise

**Atenção!**  
Não serão filtrados empreendimentos cancelados e que não possuam data definida para início e fim da obra.

Este link dá acesso ao Gráfico de Gantt. Neste espaço é possível se ter acesso a mais informações sobre o empreendimento/ tomador, basta clicar no nome do tomador, à esquerda do gráfico. O acesso se faz por este link <http://agenciapcj.org.br/sci/gantt/filtroGantt.php>

- Relatório Anual de Acompanhamento das Ações Executadas com Recursos das Cobranças Federal, Estadual Paulista e Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO 2016

Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/projetos/relatorio-cobrancas-pcj-fehidro-2016.pdf>

- Demanda Espontânea Atualizada Em 2016

Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/projetos/demanda-espontanea-2016.pdf>

### • Centro de Documentação - COMITÊS PCJ

Todos os estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre as Bacias PCJ poderão ser acessados no site dos Comitês PCJ, através dos links relacionados abaixo:

- Cursos disponíveis

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=category&id=121&Itemid=352](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=category&id=121&Itemid=352)

- Destaque

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=featured&Itemid=101](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=featured&Itemid=101)

- Downloads Diversos:

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=172&Itemid=239](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=172&Itemid=239)

- Eco Cuencas

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/component/content/article/8-institucional/505-eco-cuencas>

- EIAs/RIMAS na área de atuação dos COMITÊS PCJ

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=159&Itemid=118](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=159&Itemid=118)

- Eventos Programados

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=category&id=122&Itemid=346](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=category&id=122&Itemid=346)

- GT Estiagem 2015: Agenda

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=610&Itemid=403](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=610&Itemid=403)

- Mapa de enquadramento dos corpos d'água de 1977 – Cetesb

- [http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=709:mapa-enquadramento1977&catid=125:ultimas-noticias&Itemid=351](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=709:mapa-enquadramento1977&catid=125:ultimas-noticias&Itemid=351)

- <http://aguasinteriores.cetesb.sp.gov.br/enquadramento-dos-corpos-hidricos/>

- Plano de Bacias

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=183&Itemid=332](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=183&Itemid=332)

- Produtos elaborados com Recursos do Fehidro e das Cobranças PCJ:

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=61&Itemid=117](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=61&Itemid=117)

- Publicações diversas sobre as Bacias PCJ

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=160&Itemid=376](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=160&Itemid=376)

- Relatórios de Situação PCJ

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=686&Itemid=340](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=686&Itemid=340)

- Renovação da outorga do Sistema Cantareira

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=featured&Itemid=101](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=featured&Itemid=101)

- Sala de Situação PCJ

<http://www.sspcj.org.br/>

- **Sistema Cantareira**

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=204&Itemid=359](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=204&Itemid=359)

- **Telemetria PCJ / Monitoramentos On-line**

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=210:monitoramentos-on-line&catid=110:mapas-diversos&Itemid=338](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=210:monitoramentos-on-line&catid=110:mapas-diversos&Itemid=338)

- **Últimas Atualizações**

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=featured&Itemid=101](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=featured&Itemid=101)

- **Vídeos diversos**

[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=419&Itemid=394](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=419&Itemid=394)

- **Eleições dos Comitês PCJ 2017**



## Eleições Comitês PCJ 2017

As informações sobre o processo eleitoral dos Comitês PCJ, para o ano de 2017, poderão ser acessados, no site da Agência das Bacias PCJ através do link <http://www.agenciapcj.org.br/novo/component/content/article/8-institucional/601-eleicoes-comites-pcj-2017>.

As mesmas informações poderão ser, também, acessadas, no site dos Comitês PCJ (<http://www.comitespcj.org.br/>). O edital poderá ser acessado através do link <http://www.comitespcj.org.br/images/Download/DelibComitesPCJ254-16.pdf>

- **Política de Recuperação Conservação e Proteção de Mananciais**

Os membros dos Comitês PCJ aprovaram em 23 de outubro, durante reunião plenária realizada em Atibaia e por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 238 de 23 de outubro de 2015, a Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ, a qual trata de ações para produção e conservação das águas, recuperação e conservação do solo e da vegetação nativa.

Para isso, a Política reúne alguns programas que subsidiarão as ações, como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), a Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse, o Incentivo a Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais de Interesse e a Proteção da Mata Atlântica.

Os objetivos da Política vêm de encontro com o período de escassez hídrica pelo qual as Bacias PCJ passam desde 2014: promover a conservação dos recursos hídricos e de

mananciais de abastecimento, da regularidade e disponibilidade hídrica em quantidade e qualidade, de maneira a definir critérios para a inclusão e priorização de programas e projetos que envolvam parcerias público-privadas, possibilitando assim a previsão e a utilização de recursos financeiros.

É importante ressaltar que a Política visa também apoiar os programas, projetos e as ações que visem à implantação e à consolidação das políticas municipais de recursos hídricos nas Bacias PCJ, além de fornecer dados para composição de bancos e sistemas de informações dos Comitês PCJ.

A valorização e o reconhecimento dos produtores rurais como parte fundamental de todo o processo de recuperação, proteção e conservação dos mananciais e o incentivo para a participação de entidades representativas do setor rural também estão presentes na Política, que foi desenvolvida pelo Grupo de Trabalho - GT "PSA", formado por membros das Câmaras Técnicas de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN) e de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural).

A coordenação da execução das propostas será da Agência das Bacias PCJ, com acompanhamento do Grupo de Trabalho - GT "Mananciais". De acordo com a Política, "as ações desenvolvidas devem se traduzir em disponibilidade de água em qualidade e quantidade, em proteção das bacias hidrográficas e seus recursos naturais, na perenidade dos mananciais ao longo do ano e na recarga dos aquíferos".

Os interessados em obter recursos deverão encaminhar as propostas à Agência das Bacias PCJ atendendo os procedimentos operacionais apresentados na referida Política. Quando da aprovação, a Agência das Bacias PCJ deverá providenciar o seu desenvolvimento, gerenciar o processo de análise técnica e realizá-la em sua esfera de ação, de forma a possibilitar a alimentação dos bancos de projetos e áreas, a contratação das ações e o acompanhamento e fiscalização da execução física e financeira dos projetos (quando previstos).

As ações serão subsidiadas com recursos do Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ), obtidos por meio da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio federal e, quando possível, por meio de outras fontes de recursos, já que, de acordo com o artigo 12º da Política, caberá aos Comitês PCJ fomentar parcerias entre instituições públicas e privadas para obter apoio e angariar fundos para a execução das propostas.

Acesso o link com a deliberação que aprovou a política nos Comitês PCJ:  
<http://www.comitespcj.org.br/images/Download/DelibComitesPCJ238-15.pdf>

Imagem 7 - Banner de acesso a [Política de Recuperação Conservação e Proteção de Mananciais](#)



Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/recuperacao-conservacao-e-protecao-dos-mananciais>

- **Contatos**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/recuperacao-conservacao-e-protecao-dos-mananciais/112-recuperacao-conservacao-e-protecao-dos-mananciais/contatos>,

- **GT-Mananciais**

Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/recuperacao-conservacao-e-protecao-dos-mananciais/113-recuperacao-conservacao-e-protecao-dos-mananciais/gt-mananciais>

Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais avança com o início dos Trabalhos do GT-Mananciais. A primeira reunião do Grupo de Trabalho “Mananciais” ocorreu no dia 1º de abril, no Instituto de Zootecnia em Nova Odessa. O objetivo do encontro foi o de definir e organizar as responsabilidades e metodologia de trabalho do GT, bem como a periodicidade em que os membros se reunirão.

O GT-Mananciais foi criado para acompanhar o desenvolvimento da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais - aprovada em 23 de outubro pelo plenário dos Comitês PCJ - e é formado por membros das Câmaras Técnicas de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) e Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural), com participação de diretores e funcionários da Fundação Agência das Bacias PCJ.

Como primeiro item de pauta, ficou definido que João Primo Baraldi (CT-Rural) coordenará os trabalhos do Grupo, acompanhado de Henrique Bellinaso (CT-RN), como coordenador adjunto, e de João José Assumpção de Abreu Demarchi (CT-RN), como secretário. As reuniões, a princípio, serão mensais e a próxima ocorrerá em 20 de maio, também em Nova Odessa.

A conversação sobre as atribuições do GT já começou, mas elas só serão definidas em 20 de maio, após a apresentação de uma minuta de manual. A metodologia que será usada para a inscrição de projetos também já foi abordada nesse primeiro encontro com a apresentação de um modelo de sistema de cadastro de projetos e áreas.

“A aprovação da Política foi, sem dúvida, uma grande vitória, e agora temos que colocá-la em prática. Por isso, é muito importante a participação efetiva deste GT, pois será neste ambiente que as informações serão trocadas e os projetos serão analisados. É imprescindível que todos estejam empenhados e atualizados sobre o assunto”, comentou Sérgio Razera, diretor-presidente da Agência PCJ, durante a reunião.

○ **A Política**

A Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais, no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ, foi aprovada pelos plenários dos Comitês PCJ, através da Deliberação Comitês PCJ nº 238/2015 - <http://www.comitespcj.org.br/images/Download/DelibComitesPCJ238-15.pdf>. Trata-se de ações para produção e conservação das águas, recuperação e conservação do solo e da vegetação nativa. Para isso, ela reúne alguns programas que subsidiarão as ações, como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), a Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse, o Incentivo a Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais de Interesse Regional (APRM) e a Proteção da Mata Atlântica.

A política é uma resposta dos Comitês PCJ aos anseios dos segmentos que defendem uma maior aplicação dos recursos das cobranças PCJ na recuperação e proteção dos mananciais, bem como a conservação dos solos, como forma de facilitar a infiltração das águas das chuvas no solo possibilitando ampliar a regularização de vazões nos nossos rios.

○ **Projeto Nascentes de Holambra**

O Projeto Holambra será desenvolvido em 03 Fases distintas descritas abaixo, sendo que a 1ª FASE já está sendo realizada pela CODASP, na qual está em elaboração os diagnósticos individuais (PIP) das propriedades a serem beneficiadas pelo projeto e depois de concluídos inicia-se a 2ª e 3ª FASE.

Lembrando que a 1ª FASE do projeto serão elaborados os Projetos Individuais das Propriedades (PIP), de acordo com normas vigentes e deverão reunir informações, diagnósticos, levantamentos e estudos que permitam a avaliação da degradação ou alteração e a consequente definição de medidas adequadas à recuperação da área, em conformidade com as especificações dos Termos de Referência. Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/recuperacao-conservacao-e-protacao-dos-mananciais/115-recuperacao-conservacao-e-protacao-dos-mananciais/projeto-nascentes-de-holambra>

**Quadro 3 – Fases de Projetos Nascentes de Holambra**

PROJETO	FINANCIADOR	OBJETIVO	METAS
<b>1ª Fase</b> - Recuperação das nascentes e áreas de recarga d'água do município de Holambra (SP) - primeira fase	AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ.	Diagnóstico e elaboração dos projetos individuais de propriedades (PIP), visando a recomposição florestal com essências florestais nativas visando a recuperação das nascentes no município de Holambra (SP)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cadastro Ambiental Rural;</li> <li>• Projeto executivo de recuperação das nascentes e matas ciliares;</li> </ul>
<b>2ª Fase</b> - Recuperação das nascentes e áreas de recarga d'água do município de Holambra (SP) e revegetação das	FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL	Recuperação das nascentes e áreas de recarga d'água do município de Holambra (SP) e revegetação das	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recuperação de 12,0 hectares de vegetação nativa no entorno das 171 nascentes do município;</li> </ul>

PROJETO	FINANCIADOR	OBJETIVO	METAS
matas ciliares da bacia do ribeirão borda da mata		matas ciliares da bacia borda da mata.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recuperação de 4,0 hectares de vegetação nativa de Mata Ciliar na Bacia do Ribeirão Borda da Mata.</li> </ul>
<b>3ª Fase - Projeto Nascentes de Holambra</b>	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	Recuperação das estradas e áreas de degradação do solo nas propriedades rurais, na bacia hidrográfica do Borda da Mata no município de Holambra/SP.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Terraceamento em 150,00 hectares;</li> <li>Execução de Subsolação em 210,00 hectares;</li> <li>Construção de 60 Fossas Biodigestoras;</li> <li>Fornecimento de Filme Plástico para impermeabilização de 12.000 m<sup>2</sup> de tanques escavados para captação de água de chuva.</li> <li>Manutenção em Estradas Rurais e acesso as Propriedades - 43,56 Km.</li> </ul>

- Notícias sobre o projeto de Holambra poderão ser acessadas através dos links abaixo:
  - ✓ Agência das Bacias PCJ participa do lançamento do Projeto Nascentes de Holambra
  - ✓ Reunião com proprietários rurais marca o início da 2ª fase do projeto “Nascentes de Holambra”
  - ✓ Vídeo do Projeto - <https://www.youtube.com/watch?v=kZgGIGwuPjI>
- Eco Cuencas - Bacias de Redistribuição Financeira em Ação

Imagem 8 - Banner de acesso para o conteúdo do Eco Cuencas.



Eco Cuencas é um projeto internacional de três anos iniciado em dezembro de 2014. Reúne nove parceiros latino-americanos e europeus em torno de uma ideia comum: A bacia hidrográfica é um espaço estratégico para lutar contra os efeitos das alterações climáticas. O orçamento do projeto é de 2,5 milhões de euros, financiados em 75% pela Comissão Europeia como parte de seu programa WATERCLIMA-LAC e um autofinanciamento de 25% proveniente das contribuições dos parceiros envolvidos no projeto. Link de acesso: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/component/content/article/8-institucional/505-eco-cuencas>

- Vídeo

[https://www.youtube.com/watch?v=CxZo7wwh\\_J4](https://www.youtube.com/watch?v=CxZo7wwh_J4)

- Ação

[Ação Eco Cuencas](#)

- Seminário Internacional

[Programação do Seminário Internacional sobre Crise Hídrica e Mudanças Climáticas](#)

- Apresentações

[Apresentação Alain Bernard](#)

[Apresentação Ambrizzi](#)

[Apresentação Eduardo Leo](#)

[Apresentação PCJ](#)

[OCDE - Spanish](#)

- Documentos para Discussão

- a) Português

[Documento para Discussão](#)

[Informe Regional Consolidado](#)

- b) Espanhol

[Documento para Discussão](#)

- Informes

- a) Português

[Informe julho a setembro 2016](#)

[Informe abril a junho 2016](#)

[Informe janeiro 2016](#)

- b) Espanhol

[Informe julho a setembro 2016](#)

[Informe abril a junho 2016](#)

[Informe janeiro 2016](#)

## e) 1A5 - PLANO DE APLICAÇÃO

Trata-se de relatório anual de acompanhamentos das ações executadas com os recursos das Cobranças nas Bacias PCJ e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO. No plano de aplicação PCJ consta as seguintes informações:

- Identificação do programa/subprograma em que a ação se enquadra;
- Objeto e valor da ação;

- Modalidade de aplicação: direta, indireta (contrato de transferência) e financiamento, sendo no caso de execução indireta, o tomador dos recursos e, no caso de financiamento, o mutuário;
- Código da ação no caso do Plano de Aplicação Plurianual;
- Prazos previstos x prazos realizados: contratação (assinatura do contrato de repasse), realização de licitação (quando houver), início das atividades e entrega do produto; prazos médios de execução:
- Andamento do cronograma físico-financeiro;
- Identificação dos principais atrasos e justificativas.

O Plano de Aplicação anual de acompanhamentos das ações executadas com os recursos das Cobranças nas Bacias PCJ e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, no ano de 2016, poderá ser acessado nesse Indicador, porém, o mesmo também está disponível, com o mesmo link, em: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/projetos/relatorio-cobrancas-pcj-fehidro-2016.pdf>

#### f) 1A6 - CADASTRO DE USUÁRIOS

Neste item apresentamos, através de relatórios em separados, a relação de usuários das Bacias PCJ em cobrança cadastrados no CNARH em todos os domínios (Federal e Estaduais) e demais órgãos gestores.

Os relatórios apresentam nome/usuário, município, UF, finalidade de uso, vazões e valor cobrado e estão disponíveis no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, conforme segue <http://www.agenciapcj.org.br/novo/instrumentos-de-gestao/outorga-e-cadastro>.

- O Cadastro de Usuários em Cobrança Federal – 2016: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/cobranca/cadastro-cobranca-federal-2016.pdf>
- O Cadastro de Usuários em Cobrança Estadual Paulista – 2016: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/cobranca/cadastro-cobranca-paulista-2016.pdf>
- O Cadastro de Usuários em Cobrança Estadual Mineira – 2016: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/cobranca/cadastro-cobranca-mineira-2016.pdf>

Apresentamos neste item o RELATÓRIO ANUAL COM O ESTADO DA ARTE DOS CADASTRO DE USUÁRIOS, conforme solicitado no indicador 4B do Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011. Esse relatório poderá ser acessado neste Indicador e no Indicador 4B através do link: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/cobranca/cadastro-usuarios-2016.pdf>

g) 1A7 - COBRANÇA E ARRECADAÇÃO

Imagem 9 - Banner de acesso ao conteúdo relacionado as Cobranças PCJ



Informações relacionados à cobrança e à arrecadação, no período de 2016, tais como o que é a cobrança, quais os valores cobrados, quais os valores arrecadados e quais os valores transferidos para a Entidade Delegatária, bem como os rendimentos financeiros auferidos, estão disponíveis no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/instrumentos-de-gestao/cobranca-pelo-uso-da-agua>. Além, das informações expostas, outras informações poderão ser acessas, conforme seguem:

Imagem 10 - Banner de acesso ao Sistema de Medição

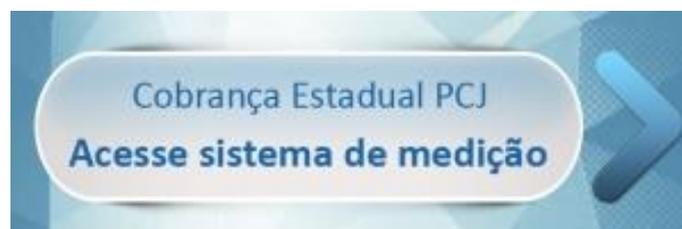
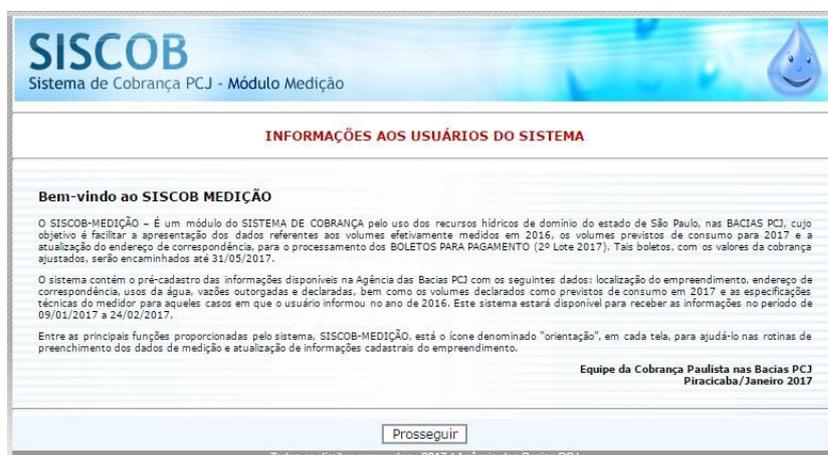
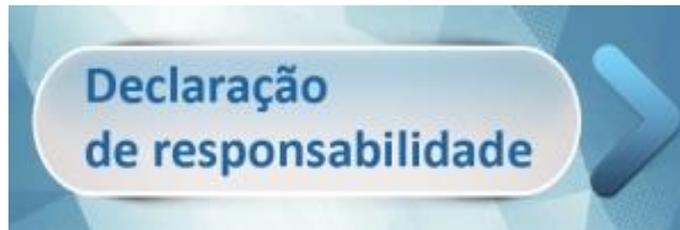


Imagem 11 - Banner da página do Siscob



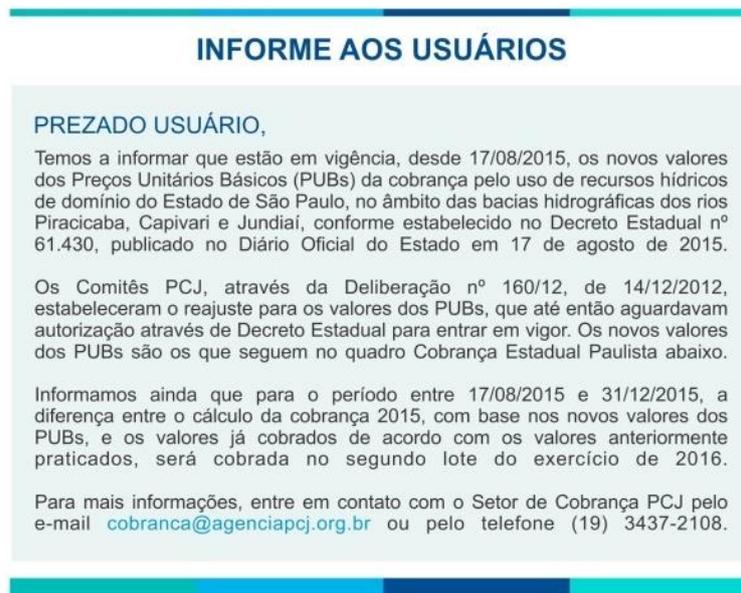
Link de acesso: <http://www.agenciapcj.org.br/siscob2017/>

Imagem 12 - Banner Declaração de Responsabilidade



A Declaração de Responsabilidade é um documento que deve ser preenchido, entregue e protocolado na Agência PCJ juntamente com os laudos de aferição, por aqueles usuários que apresentam dados medidos e previstos para o cálculo da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio estadual.

Imagem 13 - Banner de Informe sobre a Cobrança aos Usuários



o **O que é a Cobrança**

A Cobrança pelo Uso das Águas é um dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos e foi instituída pela Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, e na Política Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo, instituída pela Lei Estadual nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, e regulamentada pela Lei Estadual nº 12.183, de 29 de janeiro de 1999, e pelos Decretos nº 50.667, de 30 de março de 2006 e nº 51.449, de 29 de dezembro de 2006.

A cobrança é um preço público, isto é, uma compensação a ser paga pelos usuários de recursos hídricos visando à garantia dos padrões de quantidade, qualidade e regime estabelecidos para corpos d'água das bacias. Seus objetivos principais são:

- a) Reconhecer a água como bem econômico e dar uma indicação do seu real valor;
- b) Incentivar a racionalização do seu uso;
- c) Obter recursos para o financiamento dos programas e intervenções previstas nos Planos de Bacias.

○ Quais os Valores Cobrados

COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO (COBRANÇA FEDERAL)					
TIPOS DE USOS	UNIDADE	VALORES DOS PREÇOS UNITÁRIOS BÁSICOS (PUBS)			
		2013	2014	2015	2016
Captação, Extração e Derivação	R\$/m <sup>3</sup>	0,0100	0,0108	0,0118	0,0127
Consumo de água bruta	R\$/m <sup>3</sup>	0,0200	0,0217	0,0235	0,0255
Lançamento de carga orgânica (DBO <sub>5,20</sub> )	R\$/Kg	0,100	0,1084	0,1175	0,1274
Transposição de bacia	R\$/m <sup>3</sup>	0,0150	0,0163	0,0176	0,0191

COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO (COBRANÇA FEDERAL)				
TIPOS DE USOS	UNIDADE	VALORES DOS PREÇOS UNITÁRIOS BÁSICOS (PUBS)		
		2015 (até 16/08)	2015 (a partir de 17/08)	2016
Captação, Extração e Derivação	R\$/m <sup>3</sup>	0,01	0,0118	0,0127
Consumo de água bruta	R\$/m <sup>3</sup>	0,02	0,0235	0,0255
Lançamento de carga orgânica (DBO <sub>5,20</sub> )	R\$/Kg	0,10	0,1175	0,1274

COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS DE DOMÍNIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (COBRANÇA ESTADUAL MINEIRA)		
TIPO USO	UNIDADE	VALORES DOS PREÇOS UNITÁRIOS BÁSICOS (PUBS) - (EM VIGÊNCIA)
Captação de água bruta superficial	R\$/m <sup>3</sup>	0,0100
Captação de água bruta subterrânea	R\$/m <sup>3</sup>	0,0115
Consumo de água bruta	R\$/m <sup>3</sup>	0,0200
Lançamento de carga orgânica	R\$/Kg	0,0100
Transposição de bacia	R\$/m <sup>3</sup>	0,0150

Os valores referentes aos PUBs das Cobranças PCJ foram deliberados e aprovados conforme:

[Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/2012](#)

[Deliberação dos Comitês PCJ nº 211/2014](#)

[Resolução CNRH nº 155/2014](#)

- **Quem arrecada e qual o destino dos Recursos Financeiros**

As Agências de Bacias PCJ são os órgãos responsáveis pelo gerenciamento dos recursos arrecadados que são aplicados de acordo com as deliberações dos Comitês de Bacias.

A cobrança aplica-se à captação, ao consumo e ao lançamento dos recursos hídricos.

Sendo que os recursos arrecadados são utilizados para investimentos em melhorias para as bacias. Anualmente são deliberados recursos para projetos relacionados à recuperação da qualidade dos corpos d'água, promoção do uso racional dos recursos hídricos e outras ações pertinentes previstas nos Planos de Bacias vigentes.

- **Simulador**

**Imagem 14 - Banner da Cobrança Paulista PCJ**



Simulador da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos Estaduais (SP)

○ **Simulador da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos Estaduais (SP)** disponível em:  
[http://www.agenciapcj.org.br/web\\_app/simcob/](http://www.agenciapcj.org.br/web_app/simcob/)

- **Base Legal**

**Base Legal Federal da Cobrança:**

[Resolução CNRH nº 155/2007](#), (09/06/2014) - Aprova novos valores para os PUBs da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.

[Resolução CNRH nº 078/2007](#), (10/12/2007) - Aprova a revisão dos mecanismos e ratifica os valores relativos à cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, e aprova a proposta de captações consideradas insignificantes para esta finalidade.

[Resolução CNRH nº 048/2005](#), (21/03/2005) - Estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

[Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/2012](#), (14/12/2012) - Estabelece novos valores para os PUBs das cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí (Cobranças PCJ) e dá outras providências.

[Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 025/2005](#), (21/10/2005) - Estabelece mecanismos e sugere os valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas

dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e dá outras providências.

#### **Base Legal Estadual Paulista da Cobrança:**

[Lei nº 12.183/2005](#), (29/12/2005) - Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, os procedimentos para fixação dos seus limites, condicionantes e valores.

[Decreto nº 61.430/2015](#), (17/08/2015) - Aprova a fixa os valores a serem cobrados pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo na Unidade de gerenciamento de recursos hídricos Piracicaba, Capivari e Jundiá.

[Decreto nº 61.117/2015](#), (06/02/2015) - Acrescenta dispositivos ao regulamento de outorga de direitos de uso dos recursos hídricos, aprovado pelo Decreto nº 41.258, de 1996, e dá providências correlatas.

[Decreto nº 51.449/2006](#), (29/12/2006) - Revogado pelo Decreto nº 61.430/2015 - Aprova e fixa os valores a serem cobrados pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ.

[Decreto nº 50.667/2006](#), (30/03/2006) - Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.183 de 29 de dezembro de 2005, que trata da cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

[Decreto nº 41.258/1996](#), (31/10/1996) - Aprova o Regulamento dos artigos 9º ao 13º da Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991.

[Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 048/2006](#), (28/09/2006) - Aprova a proposta para implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e dá outras providências.

[Deliberação dos Comitês PCJ nº 211/2014](#), (26/09/2014) - Ajusta a redação do Anexo II da Deliberação Comitês PCJ nº 160/2012, referente à proposta dos novos PUBs das Cobrança Paulista PCJ, em atendimento à Deliberação CRH nº 164, de 09 de setembro de 2014.

[Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/2012](#), (12/12/2012) - Estabelece novos valores para os PUBs das cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Cobranças PCJ) e dá outras providências.

[Portaria Agência PCJ nº 001/2013](#), (10/01/2013) - Disciplina o processo de regularização de débitos referentes à cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, nas Bacias PCJ, antes de sua inscrição no Cadastro Informativo dos Créditos não quitadas de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN Estadual.

[Portaria DAEE nº 2.292/2014](#), (14/12/2006) - Fica aprovada a Norma que disciplina os usos que independem de outorga de recursos hídricos superficiais e subterrâneos no Estado de São Paulo, no art. 1º do Decreto Estadual nº 41.258/1996, com redação dada pelo Decreto Estadual nº 50.667/2006.

[Portaria DAEE nº 717/1996](#), (12/12/1996) - Aprova a Norma e os Anexos de I a XVIII que disciplinam o uso dos recursos hídricos.

[Resolução Conjunta SERHS/SMA nº 001/2006](#), (22/12/2006) - Dispõe sobre procedimentos

integrados para expedição de retificações ou ratificações dos atos administrativos, relativos aos usos dos recursos hídricos do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e do licenciamento da CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, ou de novos atos dessas entidades, para atendimento ao artigo 7º do Decreto Estadual nº 50.667, de 30 de março de 2006 e dá outras providências.

#### **Base Estadual Mineira da Cobrança:**

[Lei Estadual Mineira nº 13.199/1999](#), (29/01/1999) - Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências.

[Decreto nº 44.945/2008](#), (13/11/2008) - Altera o Decreto nº 44.046, de 13 de junho de 2005, que regulamenta a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado, e o Decreto nº 41.578, de 08 de março de 2001, que regulamenta a Política Estadual de Recursos Hídricos.

[Decreto nº 44.046/2005](#), (13/06/2005) - Regulamenta a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado.

[Decreto nº 41.578/2001](#), (08/03/2001) - Regulamenta a Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre Política Estadual de Recursos Hídricos.

[Deliberação CERH-MG nº 215/2009](#), (15/12/2009) - Aprova a indicação do Agente Financeiro e do Agente Técnico para a cobrança pelo uso de recursos hídricos do domínio do Estado de Minas Gerais.

[Deliberação CERH-MG nº 216/2009](#), (15/12/2009) - Aprova o Manual Financeiro e o Manual Técnico da cobrança pelo uso de recursos hídricos do domínio do Estado de Minas Gerais.

[Deliberação Normativa CERH-MG nº 027/2008](#), (18/12/2008) - Dispõe sobre os procedimentos para arrecadação das receitas oriundas da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais.

[Deliberação Normativa CERH-MG nº 023/2008](#), (12/09/2008) - Dispõe sobre os contratos de gestão entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM e as Entidades Equiparadas a Agências de Bacias Hidrográficas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais.

[Deliberação Normativa CERH-MG nº 022/2008](#), (25/08/2008) - Dispõe sobre os procedimentos de equiparação e de desequiparação das Entidades Equiparadas da agência de bacia hidrográfica, e dá outras providências.

[Deliberação Normativa CERH-MG nº 019/2006](#), (28/06/2006) - Regulamenta o artigo 19, do Decreto nº 41.578/2001 que dispõe sobre as agências de bacia hidrográfica e entidades a elas equiparadas e dá outras providências.

[Deliberação Normativa CERH-MG nº 009/2004](#), (16/06/2004) - Define os usos insignificantes para as circunscrições hidrográficas no Estado de Minas Gerais.

[Portaria Igam nº 045/2010](#), (20/04/2010) - Aprova a Nota Técnica GECOB nº 01/2010, que estabelece os procedimentos e prazos relativos à Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais.

[Portaria Igam nº 038/2009](#), (21/12/2009) - Institui o valor mínimo anual da cobrança pelo

uso de recursos hídricos para fins de emissão do Documento de Arrecadação Estadual - DAE; dispõe sobre o parcelamento do débito consolidado, e dá outras providências.

[Resolução Conjunta SEF-SEMAD-IGAM nº 4.179/2009](#), (29/12/2009) - Dispõe sobre os procedimentos administrativos relativos à arrecadação decorrente da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais (CRH/MG), e dá outras providências.

[Resolução Conjunta SEMAD-IGAM nº 1.044/2009](#), (30/10/2009) - Estabelece procedimentos e normas para a aquisição e alienação de bens, para a contratação de obras, serviços e seleção de pessoal, bem como estabelece a forma de repasse, utilização e prestação de contas com emprego de recursos públicos oriundos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, no âmbito das Entidades Equiparadas à Agência de Bacia Hidrográfica do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

[Resolução Conjunta ANA-IGAM nº 779/2009](#), (20/10/2009) - Dispõe sobre a integração das bases de dados de uso de recursos hídricos entre a ANA e o IGAM, prioritariamente nas bacias em que a cobrança pelo uso de recursos hídricos estiver implementada.

[Resolução Conjunta SEMAD-SEPLAG-SEF-IGAM nº 1.349/2011](#), (01/08/2011) - Institui a Comissão Técnica de Avaliação e Acompanhamento dos Contratos de Gestão assinados entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas e as Agências de Bacias Hidrográficas ou Entidades a elas equiparadas.

[Nota Técnica GECOB nº 001/2010](#), (31/03/2010) - Procedimentos e prazos relativos à Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais, com algumas especificidades relativas à Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

- o **Folder**

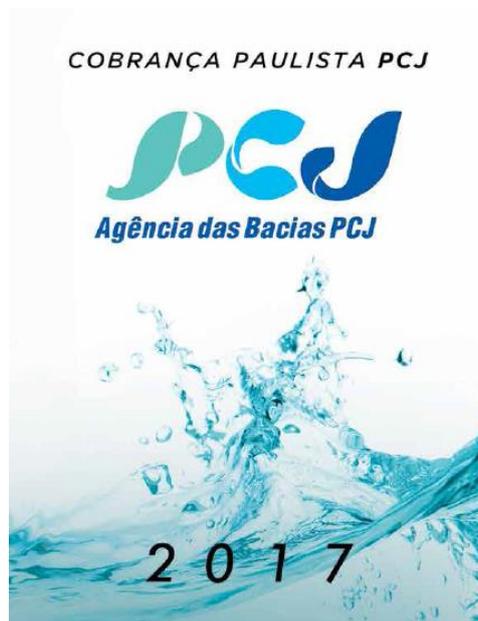
**Capa do folder da Cobrança Paulista PCJ 2016**



O Folder da Cobrança Paulista PCJ, 2016 está disponível em <http://www.agenciapcj.org.br/docs/folderes/folder-cobranca-recursos-hidricos-2016.pdf>

- Folder

Capa do folder da Cobrança Paulista PCJ 2017



O Folder da Cobrança Paulista PCJ está disponível em <http://www.agenciapcj.org.br/docs/folderes/folder-cobranca-2017.pdf>

- **Dúvidas/Contato:**

Pelos telefones (19) 3437-2108 ou (19) 3437-2109 ou pelo e-mail [cobranca@agenciapcj.org.br](mailto:cobranca@agenciapcj.org.br)

Além do site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, tais informações também poderão ser acessadas através do site da Agência Nacional de Águas - ANA, através do Link: [http://www2.ana.gov.br/paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/baciapcj\\_arrecadacaoerepasse.aspx](http://www2.ana.gov.br/paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/baciapcj_arrecadacaoerepasse.aspx)

## h) 1A8 - CONTRATO DE GESTÃO

### ▪ Contratos:

Por tempo determinado, através do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, firmado em 24 de janeiro de 2011, com a Agência Nacional de Águas (ANA), a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ exerce as funções de Agência de Água, previstas nos artigos nº 41 e nº 44 da Lei Federal nº 9.433/1997, prestando apoio técnico, administrativo e financeiro para o bom funcionamento dos COMITÊS PCJ. Todas as informações a respeito dos Contratos de Gestão celebrados entre a ANA e a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ poderão ser visualizados através do link: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/contrato-de-gestao/contrato-de-gestao>.

Em janeiro de 2011 foi assinado o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 e o seu anexo, que poderá ser acessado através dos links:

- Contrato de Gestão:  
<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/contrato-003-2011.pdf>
- Anexo:  
<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/contrato-003-2011-anexos.pdf>.

Em abril de 2012 foi celebrado entre a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ e a Agência Nacional de Águas o Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011. O contrato prevê inicialmente que a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ exerça as funções de Agência de Água como Entidade Delegatária pelo período de dez anos. O documento, assinado em 2012 - Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, poderá ser acessado através do link: [http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/aditivo1\\_2011.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/aditivo1_2011.pdf)

#### • Prestações de Contas

Quanto as prestações de contas apresentadas, estas poderão ser acessadas através dos links abaixo relacionados:

- Ofício nº 428/2011 - Encaminhamento Minuta Termo Aditivo Contrato de Gestão 003/2011 - <http://www.agenciapcj.org.br/docs/oficios/oficio-agencia-pcj-428-11.pdf>
- Ofício nº 013/2016 - Encaminhamento do Relatório do Contrato de Gestão 2015 - <http://www.agenciapcj.org.br/docs/oficios/oficio-agencia-pcj-13-16.pdf>
- Ofício nº 027/2016 - Encaminhamento Prestação de Contas Exercício 2015 - <http://www.agenciapcj.org.br/docs/oficios/oficio-agencia-pcj-27-16.pdf>
- Diário Oficial da União - Demonstrativo de Execução Físico-Financeira (31/03/2016) - <http://www.agenciapcj.org.br/docs/diarios-oficiais/demonstracao-fisico-financeira-2016.pdf>

O arquivo digital do **RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016**, referente ao **PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 003/ANA/2011** celebrado com a **FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ**, poderá ser acessado através do link <http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/relatorio-execucao-2016.pdf>.

### 3.2.2. INDICADOR 2 - PLANEJAMENTO E GESTÃO

Quadro 4 – Indicador 2

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	DETALHAMENTO
<p>2A</p> <p>PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL</p>	<p><b>Para o exercício de 2012:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Elaboração de Proposta de Plano de Aplicação Plurianual 2013-2016, contendo: <ul style="list-style-type: none"> <li>Programas e subprogramas priorizados no período, com alcance de metas para 2016, contendo os tipos de ações possíveis de serem financiadas;</li> <li>Estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada programa/subprograma discriminado por fonte); e</li> <li>Critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos.</li> </ul> </li> </ol> <p><b>Para o exercício de 2016:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração da Proposta de Plano de Aplicação Plurianual 2017-2020, contendo:</li> <li>Programas e subprogramas priorizados no período, com alcance de metas para 2016 (o correto é 2020), contendo os tipos de ações possíveis de serem financiadas;</li> <li>Estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada programa/subprograma discriminado por fonte); e</li> <li>Critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos.</li> </ul> <p><b>Para os exercícios de 2013 a 2020:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Relatório anual de mapeamento de fontes de recursos disponíveis: identificação dos recursos que podem ser acessados para aplicação na Bacia, de forma a se avaliar os investimentos em andamento e dimensionar os principais avanços e gargalos para a concretização do Plano de Recursos Hídricos da bacia.</li> <li>Relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia, descrevendo por ação, quando couber: <ul style="list-style-type: none"> <li>Identificação do programa/subprograma em que a ação se enquadra;</li> <li>Objeto e valor da ação;</li> <li>Modalidade de aplicação: direta, indireta (contrato de transferência) e financiamento;</li> <li>No caso de execução indireta, o tomador dos recursos e, no caso de financiamento, o mutuário;</li> <li>Código da ação no Plano de Aplicação Plurianual;</li> <li>Prazos previstos x prazos realizados: contratação (assinatura do contrato de repasse); realização da licitação (quando houver); início das atividades e entrega do produto;</li> <li>Prazos médios de execução: andamento do cronograma físico-financeiro; e,</li> <li>Identificação dos principais atrasos e justificativas.</li> </ul> </li> </ol>

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		DETALHAMENTO
2B	ENQUADRAMENTO	Para o exercício de 2014: 1. Aprovação pelo CNRH do enquadramento dos corpos d'água interestaduais da bacia nas classes de uso
2C	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DAS BACIAS PCJ	Relatório bianual de avaliação da execução das ações previstas no Plano (com recursos da cobrança pelos usos de recursos hídricos e outras fontes), descrevendo o cumprimento do cronograma de investimentos, contendo principalmente: <ul style="list-style-type: none"> <li>As providências adotadas pela CONTRATADA para a execução das ações previstas no Plano (inclusive articulação com outros entes do SINGREH);</li> <li>Identificação do programa/subprograma executados (descrevendo objeto e valor da ação) e deficiências encontradas;</li> <li>Recomendação de ações com vista à aceleração da implementação do Plano</li> </ul>

AVALIAÇÃO		2A	2B	2C	NOTA FINAL (NF)
		PESO			
		4	2	4	
2012	META	1	0	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2013	META	2	0	1	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2014	META	2	1	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2015	META	2	0	1	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2016	META	3	0	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2017	META	2	0	1	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2018	META	2	0	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2019	META	2	0	1	
	RESULTADO				

AVALIAÇÃO		2A	2B	2C	NOTA FINAL (NF)
		PESO			
		4	2	4	
2020	NOTA (NP)				
	META	2	0	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				

### FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS

Para o Indicador 2A, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual nos exercícios de 2012 e 2016; e 1 (um) ponto para elaboração de cada um dos relatórios nos exercícios de 2013 a 2020, discriminados no detalhamento do indicador. Para o Indicador 2B, será atribuído 1 (um) ponto para a Resolução CNRH publicada. Para o Indicador 2C, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Relatório.

$$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}$$

$$0 \leq NP \leq 10$$

$$NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$$

#### 3.2.2.1. INDICADOR 2A - PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL - PAP

##### a) PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP PCJ

Foi aprovado em 14/12/2012, como uma das metas para 2012 do Contrato de Gestão celebrado entre AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ e a ANA, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/2012, <http://www.comitespcj.org.br/images/Download/DelibComitesPCJ163-12.pdf>, o primeiro Plano de Aplicação Plurianual com os recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos FEDERAL nas Bacias PCJ – PAP-PCJ, para o período 2013 a 2016.

O PAP-PCJ 2013-2016 previu programas e subprogramas do Plano de Bacias 2010-2020, priorizados pelos Comitês PCJ, para o respectivo período, contendo parte das ações possíveis de serem financiadas, a fim de alcançar as metas intermediárias constantes do respectivo plano de bacias, além da estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada um dos programas e considerando tais ações como demandas priorizadas.

Todas as ações priorizadas, no caso do PAP-PCJ 2013-2016 foram e são de responsabilidade da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ para serem realizadas no período em questão e a ela coube ainda:

- Elaborar cronograma anual de contratação das ações propostas no PAP-PCJ 2013-2016, de acordo com prioridades de demandas;
- Contratar e acompanhar a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2013-2016;
- Atualizar, até o dia 31 de março de cada ano, os valores das ações previstas, de acordo com os valores contratados anualmente e propor o remanejamento de saldos não

utilizados para outras ações ainda não contratadas e constantes do PAP-PCJ 2013-2016;

- Propor a inclusão ou exclusão de ações com base em demandas futuras e na efetiva arrecadação de recursos da Cobrança Federal PCJ.

Para o exercício 2016, conforme consta no indicador 2 – Planejamento e Gestão foi elaborado o Plano de Aplicação Plurianual 2017-2020 conforme apresentado neste relatório de prestação de contas referente ao Contrato de Gestão 2016.

### 3.2.2.2. Para o Exercício 2016 – Elaboração do Plano de Aplicação Plurianual 2017-2020

#### a) INDICADOR 2A 1 - PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP 2017-2020

Em 2016, a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, como meta do Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, com a participação direta dos membros dos Comitês PCJ, por meio de suas Câmaras Técnica, elaborou o Plano de Aplicação Plurianual para o período de 2017 a 2020.

Nesse PAP PCJ 2017/2020 contem programas e subprogramas priorizado para o respectivo período, com alcance de metas para até 2020, com os tipos de ações possíveis de serem financiadas, estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada programa/subprograma discriminado por fonte e critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos.

Os Comitês PCJ aprovaram por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 258/2016, em 16/12/2016 o novo Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PAP-PCJ para o exercício 2017/2020.

A respectiva deliberação, com o PAP PCJ 2017-2020, poderá ser acessada no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, através dos links:

- AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ  
<http://www.agenciapcj.org.br/docs/transparencia/pap-2017-2020.pdf>
- COMITÊS PCJ  
<http://www.comitespcj.org.br/images/Download/DelibComitesPCJ258-16.pdf>

Todas as ações priorizadas no PAP-PCJ 2017-2020 são de responsabilidade da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ para serem realizadas no período em questão e a ela caberá:

- Elaborar cronograma anual de contratação das ações propostas no PAP-PCJ 2017-2020, de acordo com prioridades de demandas;
- Contratar e acompanhar a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2017-2020;

- Atualizar, até o dia 31 de março de cada ano, os valores das ações previstas, de acordo com os valores contratados anualmente e propor o remanejamento de saldos não utilizados para outras ações ainda não contratadas e constantes do PAP-PCJ 2017-2020;
- Propor a inclusão ou exclusão de ações com base em demandas futuras e na efetiva arrecadação de recursos da Cobrança Federal PCJ.

### 3.2.2.3. Para os Exercícios 2013 a 2020

Para o exercício 2013 a 2020, os itens 1 e 2, do Indicador 2A 1 – Plano de Aplicação Plurianual, serão apresentados com a seguinte metodologia neste relatório, ou seja, o item 1 será dividido em dois relatórios, sendo o primeiro RELATÓRIO ANUAL DE MAPEAMENTO DE FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA APLICAÇÃO NAS BACIAS PCJ (a) e o segundo AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM ANDAMENTO E DIMENSIONAR OS PRINCIPAIS AVANÇOS E GARGALOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PLANO DE BACIAS (b), conforme seguem abaixo:

- a) INDICADOR 2A 1 – RELATÓRIO ANUAL DE MAPEAMENTO DE FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA APLICAÇÃO NAS BACIAS PCJ

**Imagem 15 - Banner de acesso ao conteúdo relacionado a divulgação de Fontes de Recursos Financeiros para Projetos.**



Desde 2013, a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ realiza pesquisa de fontes de recursos financeiros para captação de recursos, visando verificar a possibilidade de apoio no atendimento as ações e metas previstas no Plano de Bacias PCJ 2010-2020. Tais fontes são divulgadas no site da Agência das Bacias PCJ para que todos possam ter acesso. Além da disponibilidade do site, toda vez que uma nova fonte é disponibilizada, é encaminhado e-mail informando sobre a mesma proporcionando o acesso as informações.

No site da Agência das Bacias PCJ tem um espaço dedicado exclusivamente para isto, conforme apresentado na Imagem 15, nesta constam:

- Editais em vigência;
- Editais permanentes;

- Editais vencidos de 2013 a 2016.

As fontes pesquisadas e disponibilizadas poderão ser acessadas através do banner na página inicial do site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, ou através do link: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/component/content/article/8-institucional/298-fontes-recursos>.

Em 2016, como nos outros anos, a prática não foi diferente. Uma vez por semana é feito um trabalho de busca por diferentes sites relacionados as fontes de recursos financeiros visando a identificação dos mesmos para a divulgação através do site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ e através de e-mails para todos os membros e cadastrados junto à Secretaria Executiva dos COMITÊS PCJ. Portanto, para 2016 o relatório a ser apresentado refere-se aos recursos identificados e divulgados que puderam ser acessados para aplicação nas Bacias PCJ.

O que podemos concluir é que desde 2013, não se via uma baixa tão grande na disponibilização de fundos financeiros para investimentos em projetos.

Quanto a avaliação dos investimentos em andamento e dimensionamento dos principais avanços e gargalos para a concretização do Plano de Recursos Hídricos das Bacias PCJ, estes estão relatados no relatório disponibilizado no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ que poderá ser acessado através do link: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/relatorio-recursos-financeiros-2016.pdf>

b) INDICADOR 2A 1 – AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM ANDAMENTO E DIMENSIONAR OS PRINCIPAIS AVANÇOS E GARGALOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PLANO DE BACIAS

O Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020 é um documento vital para a gestão dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Aprovado no ano de 2010 pelos Comitês PCJ, este documento é acompanhado de propostas de Atualização do Enquadramento dos Corpos d'Água e de Programa para Efetivação do Enquadramento dos Corpos d'Água até o Ano de 2035.

Nele se estudam cenários se delineiam as ações necessárias para recuperação e conservação dos recursos hídricos das bacias, conforme se detalha no referido documento. Há que se registrar, contudo, a necessidade de acompanhamento permanente da condição dos cenários estudados e da execução das ações previstas no âmbito do plano. Dentre as metas estabelecidas no Contrato de Gestão 003/ANA/2011, celebrado entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Agência das Bacias PCJ, figura na meta 2A tarefa que visa “avaliar os investimentos em andamento e dimensionar os principais avanços para concretização do plano”.

O respectivo relatório denominado “Monitoramento e acompanhamento das metas do Plano de Bacias 2010-2020, nas ações relacionadas ao esgotamento sanitário para o período de 2016 - Relatório Final”, poderá ser acessado através do seguinte link:

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/avaliacao-plano-rh-2010-2020.pdf>

c) INDICADOR 2A 2 – RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES EXECUTADAS COM RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO – COBRANÇA PCJ FEDERAL

Desde a sua aprovação do Plano de Aplicação Plurianual PAP PCJ 2013-2016, no ano de 2012, foram realizadas 3 atualizações, sendo: a primeira em 2014, a segunda em 2015 e a terceira em 2016, em função das atividades realizadas e as demandas surgidas.

Em 2016, a Agência PCJ realizou a revisão dos valores apresentados no PAP aprovado em 2012, conforme previsto na Deliberação dos COMITÊS PCJ nº 163/2012. Diante de tal necessidade, foi realizado o remanejamento de valores conforme os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/2012, que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PAP-PCJ para o exercício 2013-2016, e deu outras providências, não ultrapassando os 10% do montante de aplicação previsto no PAP-PCJ 2013-2016. Tal aprovação coube somente pela CT-PB, CT-PL e pelo Plenário dos Comitês PCJ.

Seguem abaixo, os links quem que poderão ser acessadas as atas de concordâncias e aprovações no site dos Comitês PCJ:

2014		
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS CT-PB	CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO CT-PL	REUNIÃO PLENÁRIA DOS COMITÊS PCJ
Ata da 54ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB) – Piracicaba/SP - 26/02/14 <a href="http://www.comitespcj.org.br/images/Download/CT-PB_Atta_54_Ord_26-02-14.pdf">http://www.comitespcj.org.br/images/Download/CT-PB_Atta_54_Ord_26-02-14.pdf</a>	Ata da 57ª Reunião Ordinária da CT-PL – Agência das Bacias PCJ – Piracicaba/SP – 04/07/2014 <a href="http://www.comitespcj.org.br/images/Download/CT-PL_Atta_57_Ord_04-07-14.pdf">http://www.comitespcj.org.br/images/Download/CT-PL_Atta_57_Ord_04-07-14.pdf</a>	Ata da 11ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ – 08/08/2014 <a href="http://www.comitespcj.org.br/images/Download/11-Ext_ComitesPCJ_08-08-14.pdf">http://www.comitespcj.org.br/images/Download/11-Ext_ComitesPCJ_08-08-14.pdf</a>
Ata da 56ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB) – Limeira/SP - 25/06/14 <a href="http://www.comitespcj.org.br/images/Download/CT-PB_Atta_56_Ord_25-06-14.pdf">http://www.comitespcj.org.br/images/Download/CT-PB_Atta_56_Ord_25-06-14.pdf</a>		

2015		
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS CT-PB	CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO CT-PL	REUNIÃO PLENÁRIA DOS COMITÊS PCJ

Ata da 61ª Reunião Ordinária – Centro de Conhecimento da Água (CCA) – Campinas/SP – 29/04/2015

[http://www.comitespcj.org.br/images/Download/CT-PB\\_At\\_61\\_Ord\\_29-04-15.pdf](http://www.comitespcj.org.br/images/Download/CT-PB_At_61_Ord_29-04-15.pdf)

Ata da 61ª Reunião Ordinária da CT-PL - Consórcio PCJ Americana/SP 08/05/2015

[http://www.comitespcj.org.br/images/Download/CT-PL\\_At\\_61\\_Ord\\_08-05-15.pdf](http://www.comitespcj.org.br/images/Download/CT-PL_At_61_Ord_08-05-15.pdf)

De acordo com a Deliberação dos Comitês PCH nº 163/2012, quando as alterações dos valores não forem superiores à 25% do valor global previsto, não haverá a necessidade de encaminhamento de apreciação e aprovação do Plenário dos Comitês PCJ, conforme Art. 3º e 4º da referida deliberação - <http://www.comitespcj.org.br/images/Download/DelibComitesPCJ163-12.pdf>

2016		
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS CT-PB	CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO CT-PL	REUNIÃO PLENÁRIA DOS COMITÊS PCJ

CT-PB: CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS Ata da 66ª Reunião Ordinária da CT-PB - 28/04/2016-09h30min. CIESP JUNDIAÍ – Jundiaí/SP – 28/04/2016

[http://www.comitespcj.org.br/images/Download/CT-PB\\_At\\_66\\_Ord\\_28-04-16.pdf](http://www.comitespcj.org.br/images/Download/CT-PB_At_66_Ord_28-04-16.pdf)

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL) Ata da 64ª Reunião Ordinária da CT-PL Parque da Cidade – Jundiaí/SP – 06/05/2016

[http://www.comitespcj.org.br/images/Download/CT-PL\\_At\\_64\\_Ord\\_06-05-16.pdf](http://www.comitespcj.org.br/images/Download/CT-PL_At_64_Ord_06-05-16.pdf)

18ª REUNIÃO ORDINÁRIA, 16/12/16, TEATRO MUNICIPAL DONA ZENAIDE, JAGUARIÚNA/SP

A ATA dessa reunião, não está disponível no site dos Comitês PCJ, pois a mesma deverá ser aprovada na próxima reunião plenária dos respectivos comitês.

Nessa ATA consta apreciação da atualização de valores do PAP-PCJ 2016, o qual foi aprovado em plenário.

A respectiva ATA será disponibilizada no site da Agência das Bacias PCJ, após 31/03/2017 (próxima reunião Plenária dos Comitês PCJ a ser realizada em 31/03/2017)

Este indicador foi dividido em dois relatórios, sendo o primeiro relatório de acompanhamento dos empreendimentos executados com recursos da Cobrança PCJ

Federal através do Plano de Aplicação Plurianual - PAP PCJ 2013-2016, referenciando o ano de 2016 e o segundo relatório de acompanhamento dos empreendimentos de demanda espontânea deliberados pelos Comitês PCJ, evidenciando o ocorrido em 2016. Os relatórios poderão ser acessados através dos seguintes links:

- **Plano de Aplicação Plurianual - PAP PCJ 2013/2016 - Ano 2016**

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/plano-aplicacao-plurianual-2016.pdf>

- **Demanda Espontânea - Ano 2016**

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/projetos/demanda-espontanea-2016.pdf>

Como resultado final das ações do primeiro PAP das Bacias PCJ, apresenta-se o relatório conclusivo, no qual constam as avaliações das ações executadas, bem como, análises de alguns resultados.

O relatório poderá ser acessado através do link abaixo descrito, em área específica para o PAP PCJ:

- **Plano de Aplicação Plurianual - PAP PCJ 2013/2016 - CONCLUSÃO**

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/transparencia/pap-2013-2016-conclusao.pdf>

O relatório também está disponível em <http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/contrato-de-gestao/metas-e-indicadores> - <http://www.agenciapcj.org.br/docs/transparencia/pap-2013-2016-conclusao.pdf>.

OBSERVAÇÃO: Os indicadores 2B e 2C não foram metas para 2016.

### 3.2.3. INDICADOR 3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Quadro 5 – Indicador 3

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		DETALHAMENTO
3A	ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%)	<p>Proporção (%) entre o valor desembolsado anual neste Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pela ANA, incluindo os rendimentos financeiros.</p> <p>Fórmula de cálculo  <math>ID (%) = (VD / VR) * 100</math></p> <p>Sendo:            ID = Índice de Desembolso Anual, até o limite de 100%            VD = valor desembolsado, em reais por ano;            VR = valor repassado, em reais por ano.</p>
3B	ÍNDICE DE DESEMBOLSO ACUMULADO (%)	<p>Proporção (%) entre o valor desembolsado acumulado neste Contrato (desde o primeiro repasse até o mês de apuração), e o valor acumulado repassado pela ANA, incluindo os rendimentos financeiros.</p> <p>Fórmula de cálculo  <math>IDA (%) = (VDa / VRa) * 100</math></p> <p>Sendo:            IDA = Índice de Desembolso Acumulado;            VDa = valor desembolsado acumulado, em reais;            VRa = valor repassado acumulado, em reais.</p>
3C	AVALIAÇÃO DA COBRANÇA PELOS USUÁRIOS	<p>Aplicação de pesquisa sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, a ser feita junto aos usuários em cobrança, e apresentação de relatório de avaliação dos resultados.</p>

AVALIAÇÃO		3A	3B	3C	NOTA FINAL (NF)
		PESO			
		4	4	2	
2012	META	10	30	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2013	META	20	30	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2014	META	35	35	1	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2015	META	50	35	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2016	META	55	40	0	

AVALIAÇÃO		3A	3B	3C	NOTA FINAL (NF)
		PESO			
		4	4	2	
2017	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
	META	60	45	0	
2018	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
	META	65	50	1	
2019	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
	META	70	55	0	
2020	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
	META	75	60	0	

#### FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS

Para o Indicador 3A o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Anual - ID, conforme detalhamento do indicador. Para o Indicador 3B o resultado será equivalente ao Índice de desembolso Acumulado - IDA, conforme detalhamento do indicador. Para o Indicador 3C, será atribuído 1 ponto para a aplicação da pesquisa, conforme estabelecido no detalhamento do indicador.

$$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}$$

$$0 \leq NP \leq 10$$

$$NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$$

#### 3.2.3.1. 3A - ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%)

Conforme consta no Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão celebrado com a Agência Nacional de Águas, Contrato nº 003/ANA/2011, trata-se da proporção (%) entre o valor desembolsado desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração, e o valor anual repassado pela ANA, incluindo os rendimentos financeiros.

Fórmula de Cálculo:  $ID (\%) = (VD / VR) * 100$

Sendo: ID = Índice de Desembolso Anual, até o limite de 100%;

VD = valor desembolsado, em reais por ano;

VR = valor repassado, em reais por ano.

Em 2016, o índice de desembolso anual, para a Agência das Bacias PCJ, foi de **130,37%** em relação ao total repassado pela Agência Nacional de Águas – ANA, [valor repassado (exercício 2016) + rendimentos], conforme apresentado na **Tabela 1**.

**Tabela 1 – Índice de Desembolso Anual (%) em 2016:**

REPASSES, RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA E DESEMBOLSO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ 2016							
*INDICADOR 3 COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	(3A) Índice de Desembolso Anual	Período	Repasso	Rendimento	Repasso + Rendimento	Desembolso	Índice de Desembolso
		jan/16	R\$ 0,00	R\$ 452.064,77	R\$ 452.064,77	R\$ 590.600,92	130,65%
		fev/16	R\$ 2.318.595,78	R\$ 485.910,40	R\$ 2.804.506,18	R\$ 867.801,09	30,94%
		mar/16	R\$ 0,00	R\$ 435.237,39	R\$ 435.237,39	R\$ 2.456.166,96	564,33%
		abr/16	R\$ 2.285.765,34	R\$ 516.819,63	R\$ 2.802.584,97	R\$ 1.089.908,21	38,89%
		mai/16	R\$ 0,00	R\$ 452.410,28	R\$ 452.410,28	R\$ 1.299.387,24	287,21%
		jun/16	R\$ 2.244.529,58	R\$ 490.306,43	R\$ 2.734.836,01	R\$ 2.968.786,53	108,55%
		jul/16	R\$ 0,00	R\$ 467.151,87	R\$ 467.151,87	R\$ 2.498.375,96	534,81%
		ago/16	R\$ 1.482.821,60	R\$ 472.741,62	R\$ 1.955.563,22	R\$ 2.486.768,49	127,16%
		set/16	R\$ 1.541.003,99	R\$ 514.442,20	R\$ 2.055.446,19	R\$ 1.224.039,62	59,55%
		out/16	R\$ 0,00	R\$ 430.747,94	R\$ 430.747,94	R\$ 3.593.880,69	834,33%
		nov/16	R\$ 781.202,01	R\$ 451.062,82	R\$ 1.232.264,83	R\$ 1.367.204,68	110,95%
		dez/16	R\$ 1.548.368,17	R\$ 442.466,58	R\$ 1.990.834,75	R\$ 2.780.772,35	139,68%
		<b>TOTAL</b>	R\$ 12.202.286,47	R\$ 5.611.361,93	R\$ 17.813.648,40	R\$ 23.223.692,74	<b>130,37%</b>

A **Tabela 2**, segue com os percentuais referente ao desempenho da Agência das Bacias PCJ, nos anos de 2006 a 2016, porém ressalta-se que para os anos de 2006 a 2011 não existiam o indicador de desembolso anual.

**Tabela 2 – Desempenho da Agência das Bacias PCJ em relação a meta contratual (%):**

QUADRO DE DESEMPENHO DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ EM REALIZAÇÃO A META CONTRATUAL (%) 2006 a 2016			
Períodos	Metas do Contrato	Índices de Desembolsos Anuais	Desempenhos Anuais
2006	0%	14,82%	-
2007	0%	22,27%	-
2008	0%	25,20%	-

QUADRO DE DESEMPENHO DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ EM REALIZAÇÃO A META CONTRATUAL (%) 2006 a 2016			
2009	0%	39,06%	-
2010	0%	54,32%	-
2011	0%	57,37%	-
2012	10%	109,81%	1098%
2013	20%	93,70%	469%
2014	35%	74,77%	214%
2015	50%	104,84%	210%
<b>2016</b>	<b>55%</b>	<b>130,37%</b>	<b>237%</b>

As informações apresentadas no Indicador 3A estão disponíveis no site da Agência PCJ através do link <http://www.agenciapcj.org.br/docs/cobranca/indice-desembolso-2016.pdf> e também poderão ser acessada, através deste mesmos link em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/contrato-de-gestao/metas-e-indicadores> - <http://www.agenciapcj.org.br/docs/cobranca/indice-desembolso-2016.pdf>

### 3.2.3.2. 3B - ÍNDICE DE DESEMBOLSO ACUMULADO (%)

Conforme consta no Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão celebrado com a Agência Nacional de Águas, Contrato nº 003/ANA/2011, este documento trata da proporção (%) entre o valor desembolsado acumulado no referido contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor repassado pela ANA, incluindo os rendimentos financeiros.

**Fórmula de Cálculo: ID (%) = (VDa / VRa)\*100**

**Sendo: ID = Índice de Desembolso Anual, até o limite de 100%;**

**VDa = valor desembolsado, em reais por ano;**

**VRa = valor repassado, em reais por ano.**

O índice de desembolso acumulado foi de **70%** em relação ao total repassado pela Agência Nacional de Águas - ANA (valor repassado + rendimentos), conforme **Tabela 3**.

Tabela 2 - Índice de Desembolso Acumulado (%) 2016:

REPASSES, RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA E DESEMBOLSO AGENCIA DAS BACIAS PCJ 2006 A 2016								
*INDICADOR 3 COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	(3B) Índice de Desembolso Acumulado	Períodos (Ano)	Repases	Rendimentos	Repases + Rendimentos	Desembolsos	Índices de Desembolsos Acumulados	
		2006	R\$ 10.366.779,37	R\$ 405.414,95	R\$ 10.772.194,32	R\$ 1.596.813,88	15%	
		2007	R\$ 13.599.321,85	R\$ 1.322.359,22	R\$ 14.921.681,07	R\$ 3.323.304,94	19%	
		2008	R\$ 17.038.837,82	R\$ 2.585.485,71	R\$ 19.624.323,53	R\$ 4.944.355,14	22%	
		2009	R\$ 16.955.757,89	R\$ 3.063.268,68	R\$ 20.019.026,57	R\$ 7.818.897,93	27%	
		2010	R\$ 17.608.136,90	R\$ 4.024.991,40	R\$ 21.633.128,30	R\$ 11.750.662,60	34%	
		2011	R\$ 16.525.414,95	R\$ 4.069.349,03	R\$ 20.594.763,98	R\$ 11.814.946,86	38%	
		2012	R\$ 18.116.075,82	R\$ 4.147.634,17	R\$ 22.263.709,99	R\$ 24.448.572,39	51%	
		2013	R\$ 17.376.022,21	R\$ 3.916.945,79	R\$ 21.292.968,00	R\$ 19.951.264,96	57%	
		2014	R\$ 18.499.312,64	R\$ 4.485.629,10	R\$ 22.984.941,74	R\$ 17.251.220,58	59%	
		2015	R\$ 15.248.046,40	R\$ 5.309.903,96	R\$ 20.557.950,36	R\$ 21.552.810,81	64%	
		2016	R\$ 12.202.286,47	R\$ 5.611.361,93	R\$ 17.813.648,40	R\$ 23.223.692,74	70%	
		TOTAL	R\$ 173.535.992,32	R\$ 38.942.343,94	R\$ 212.478.336,26	R\$ 147.676.542,83	<b>70%</b>	
		Saldo	R\$ 64.801.793,43					

Na Tabela 4, segue com os percentuais referente aos desempenhos da Agência das Bacias PCJ nos anos de 2006 a 2016. Ressalta-se que para os anos de 2006 a 2007 não existiam o Índice de desembolso acumulado e sim o valor contratado sobre o valor repassado.

Tabela 4 – Desempenho da Agência das Bacias PCJ em relação a meta contratual (%):

QUADRO DE DESEMPENHO DA AGÊNCIA EM RELAÇÃO A META CONTRATUAL (%) 2006 a 2016			
PERÍODO (ano)	Meta do Contrato	Índice de Desembolso Acumulado	Desempenho Acumulado
2006	0%	15%	-
2007	0%	19%	-
2008	18%	22%	121%
2009	23%	27%	118%
2010	45%	34%	75%
2011	40%	38%	96%

QUADRO DE DESEMPENHO DA AGÊNCIA EM RELAÇÃO A META CONTRATUAL (%) 2006 a 2016			
PERÍODO (ano)	Meta do Contrato	Índice de Desembolso Acumulado	Desempenho Acumulado
2012	30%	51%	169%
2013	30%	57%	189%
2014	35%	59%	169%
2015	35%	64%	183%
<b>2016</b>	<b>40%</b>	<b>70%</b>	<b>174%</b>

As informações apresentadas no Indicador 3B estão disponíveis no site da Agência PCJ através do link <http://www.agenciapcj.org.br/docs/cobranca/indice-acumulado-2016.pdf> e também poderão ser acessada, através deste mesmos link em: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/contrato-de-gestao/metas-e-indicadores> - <http://www.agenciapcj.org.br/docs/cobranca/indice-acumulado-2016.pdf>

### 3.2.4. INDICADOR 4 - OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA

Quadro 6 – Indicador 4

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		DETALHAMENTO
4A	ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA	Fornecimento do serviço de atendimentos aos usuários em cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia, com conhecimento técnico suficiente para sanar eventuais dúvidas, e orientar os usuários no acesso e preenchimento do CNARH, no período de segunda à sexta-feira (exceto feriados). Deverá ser fornecido também serviço de atualização dos dados cadastrais de usuários com problemas de endereço.
4B	CADASTRO DE USUÁRIOS	Manter atualizado o cadastro dos usos e usuários de recursos hídricos de corpos de água interestaduais na bacia, e apresentar Relatório Anual com o estado da arte do cadastro

AVALIAÇÃO		4A	4B	NOTA FINAL (NF)
		PESO		
		5	5	
2012	META	12	0	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2013	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2014	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2015	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2016	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2017	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2018	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2019	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2020	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS	
Para o Indicador 4A será atribuído 1 ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário.	
Para o Indicador 4B, será atribuído 1 ponto para a apresentação do Relatório.	
$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}$ $0 \leq NP \leq 10$	
$NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$	

### 3.2.4.1. INDICADOR 4A - ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA

A Fundação Agência das Bacias PCJ, em 2016, realizou atendimentos aos usuários das Cobranças Federal e Estadual Paulista. Quanto aos atendimentos aos usuários da Cobrança Estadual Mineira, esses não são realizados pela Fundação Agência das Bacias PCJ, pois tais atendimentos são realizados diretamente pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM que é o órgão arrecadador da Cobrança Estadual Mineira e também pelo fato desta Fundação não ser a entidade equiparada das funções de Agência de Bacias.

A Central de Atendimento aos Usuários das Cobranças PCJ está estruturada e em funcionamento desde o segundo semestre de 2011. Os atendimentos iniciaram-se primeiramente aos usuários da Cobrança Estadual Paulista e em janeiro de 2012, aos usuários da Cobrança Federal. Os atendimentos são realizados de segundas-feiras a sextas-feiras, exceto feriados e finais de semanas, nos horários das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30. Os atendimentos são realizados por telefone, via mensagem eletrônica, correspondências e atendimento pessoal. De 2012 a 2015, os atendimentos aos usuários em cobrança foram registrados em planilhas do editor Microsoft Excel, conforme processo metodológico desenvolvido internamente.

A partir de 2016, tais planilhas foram substituídas por sistema ERP (Enterprise Resource Planning), no qual é possível computar os atendimentos realizados por dia, por semana, mês e ano, bem como, registrar o nome do atendente, a forma pela qual o usuário entrou em contato com a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, assim como os dados para a identificação do usuário forma automática através do registro digital. Desta forma é possível gerar automaticamente as planilhas e os gráficos com os dados dos atendimentos realizados.

Finalizando segue o assunto e o encaminhamento dado a solicitação feita pelo usuário em cobrança. Destacamos que, todos os atendimentos realizados foram devidamente solucionados. Cabe ressaltar que o baixo número de atendimentos aos usuários federais deve-se ao fato de que os contatos telefônicos se concentram junto a ANA. Apresentamos os resumos dos atendimentos, realizados em 2016, aos usuários das Cobranças Federal e Estadual Paulista

O relatório com os registros de atendimentos realizados aos Usuários das Cobranças Federal e Estadual Paulista, em 2016, poderão ser acessado através do link: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/cadastrodeusuarios/relatorio-atendimento-cobranca-2016.pdf>, na área pertinente ao cadastro de usuários, bem como na área pertinente ao Contrato de Gestão em questão: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/contrato-de-gestao/metas-e-indicadores>, através deste mesmo link <http://www.agenciapcj.org.br/docs/cadastrodeusuarios/relatorio-atendimento-cobranca-2016.pdf>

### 3.2.4.2. INDICADOR 4B - CADASTRO DE USUÁRIOS

Para 2016, como meta deste Indicador 4B, a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ apresenta o **RELATÓRIO ANUAL COM O ESTADO DA ARTE DOS CADASTROS DE USUÁRIOS** cadastrados junto as Cobranças PCJ Federal e Estaduais Paulista e Mineira, das Bacias PCJ.

O relatório referente o Indicador 4B está disponível no site da Agência das Bacias PCJ em OUTORGA E CADASTRO através do link <http://www.agenciapcj.org.br/docs/cobranca/cadastro-usuarios-2016.pdf>. O mesmo relatório poderá ser acessado também em <http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/contrato-de-gestao/metas-e-indicadores> através do mesmo link <http://www.agenciapcj.org.br/docs/cobranca/cadastro-usuarios-2016.pdf>.

### 3.2.5. INDICADOR 5 - RECONHECIMENTO SOCIAL

Quadro 7 – Indicador 5

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO		DETALHAMENTO
5A	RECONHECIMENTO SOCIAL	<p>Aplicação de pesquisa anual sobre o desempenho da Entidade Delegatária no exercício de suas atribuições, aplicada junto aos COMITÊS PCJ, conforme metodologia a ser definida pela ANA em conjunto com os órgãos gestores estaduais, tendo por foco:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cumprimento do contrato de gestão;</li> <li>• Ações tomadas com vista à implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia</li> <li>• Atuação como secretaria-executiva dos COMITÊS PCJ.</li> </ul>

AVALIAÇÃO		5ª	NOTA FINAL (NF)
		PESO	
		1	
2012	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2013	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2014	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2015	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2016	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2017	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2018	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2019	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2020	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		

### FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS

Para o Indicador 5A o resultado será equivalente à média aritmética das avaliações respondidas pelos membros dos COMITÊS PCJ, podendo a nota de cada avaliação variar de 0 (zero) a 10 (dez).

Média maior ou igual a 9 é considerada 10  
Média maior ou igual a 8 é considerada 9  
Média maior ou igual a 7 é considerada 8  
Média maior ou igual a 6 é considerada 7  
Média inferior a 6 - valor apurado será igual à média calculada

$$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}$$
$$0 \leq NP \leq 10$$

$$NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$$

#### 3.2.5.1. INDICADOR 5A - RESULTADOS DA PESQUISA SOBRE O DESEMPENHO DA ENTIDADE DELEGATÁRIA

De acordo com o Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 é necessário avaliar as atividades exercidas pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ durante o período de 2016.

Para tal, utilizamos a mesma metodologia adota em 2014, de acordo com as instruções repassadas pela Agência Nacional de Águas - ANA, através do Informe nº 007, de 26 de setembro de 2014, com objetivo de verificar a satisfação ao Sistema de Gestão realizado pela Agência das Bacias PCJ, conforme exposto no link: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/metodologia-pesquisa-reconhecimento-social-2016.pdf>.

Segue abaixo, e-mail encaminhado em 2016 pela Agência das Bacias PCJ consultando sobre a metodologia e aplicabilidade do respectivo Indicador, para o qual fomos informados que deveríamos utilizar a mesma metodologia e questionário utilizado em 2015, ou seja, conforme o Informe nº 007/2014, já citado.

**De:** Osman Fernandes da Silva [<mailto:Osman.Silva@ana.gov.br>]

**Enviada em:** terça-feira, 21 de junho de 2016 10:47

**Para:** Fabio Coca <[fabio@agenciapcj.org.br](mailto:fabio@agenciapcj.org.br)>; Mariana Rodrigues Lirio <[mariana.lirio@ana.gov.br](mailto:mariana.lirio@ana.gov.br)>

**Cc:** Nelson Neto de Freitas <[nelson.freitas@ana.gov.br](mailto:nelson.freitas@ana.gov.br)>

**Assunto:** RES: Sobre o Indicador 5A

Prezado Fabio,

Embora a CACG tenha a intenção de reformular esse questionário, inclusive quanto a sua forma de aplicação, a curto prazo isso não será possível.

Nesse sentido, quando da aplicação do questionário junto ao comitê, vocês podem manter a metodologia e o questionário adotado em 2015.

Saudações,

Osman

**De:** Fabio Coca [<mailto:fabio@agenciapcj.org.br>]

**Enviada em:** segunda-feira, 20 de junho de 2016 14:40

**Para:** Osman Fernandes da Silva <[Osman.Silva@ana.gov.br](mailto:Osman.Silva@ana.gov.br)>; Mariana Rodrigues Lirio <[mariana.lirio@ana.gov.br](mailto:mariana.lirio@ana.gov.br)>

**Assunto:** Sobre o Indicador 5A

Prezados.

Em função do cumprimento das metas do contrato de gestão entre a ANA e a Agência das Bacias PCJ, solicitamos: para o cumprimento do Indicador 5-A, podemos utilizar a metodologia e o questionário adotados para o ano de 2015 ou devemos ainda aguardar novas instruções para o cumprimento da meta em 2016.

Atenciosamente.

Fabio Coca  
Auxiliar Técnico  
Coordenação de Gestão  
[fabio@agenciapcj.org.br](mailto:fabio@agenciapcj.org.br)  
Tel: (19) 3437-2100  
Piracicaba – SP



Diante do exposto, ou seja, conforme orientado pelo ANA, o questionário para realização de pesquisa, foi distribuído em 16 de dezembro de 2016, durante a 18ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (Reunião Plenária dos CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ), no Município de Jaguariúna (SP), para a avaliação das atividades da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, com a participação dos membros titulares e suplentes dos Plenários dos Comitês PCJ.

O questionário poderá ser acessado através do link: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/questionario-comites-pcj-2016.pdf>

Para efeito de cumprimento das metas do Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, foram considerados os questionários preenchidos por 45 membros Titulares em Plenário e 24 membros Suplentes em Plenários dos COMITÊS PCJ, totalizando 69 (sessenta e nove) questionários respondidos.

Para o tratamento dos dados, foi utilizado o editor de planilhas Microsoft Excel 2016, no qual foram internalizados e processados os dados referentes à pesquisa em questão.

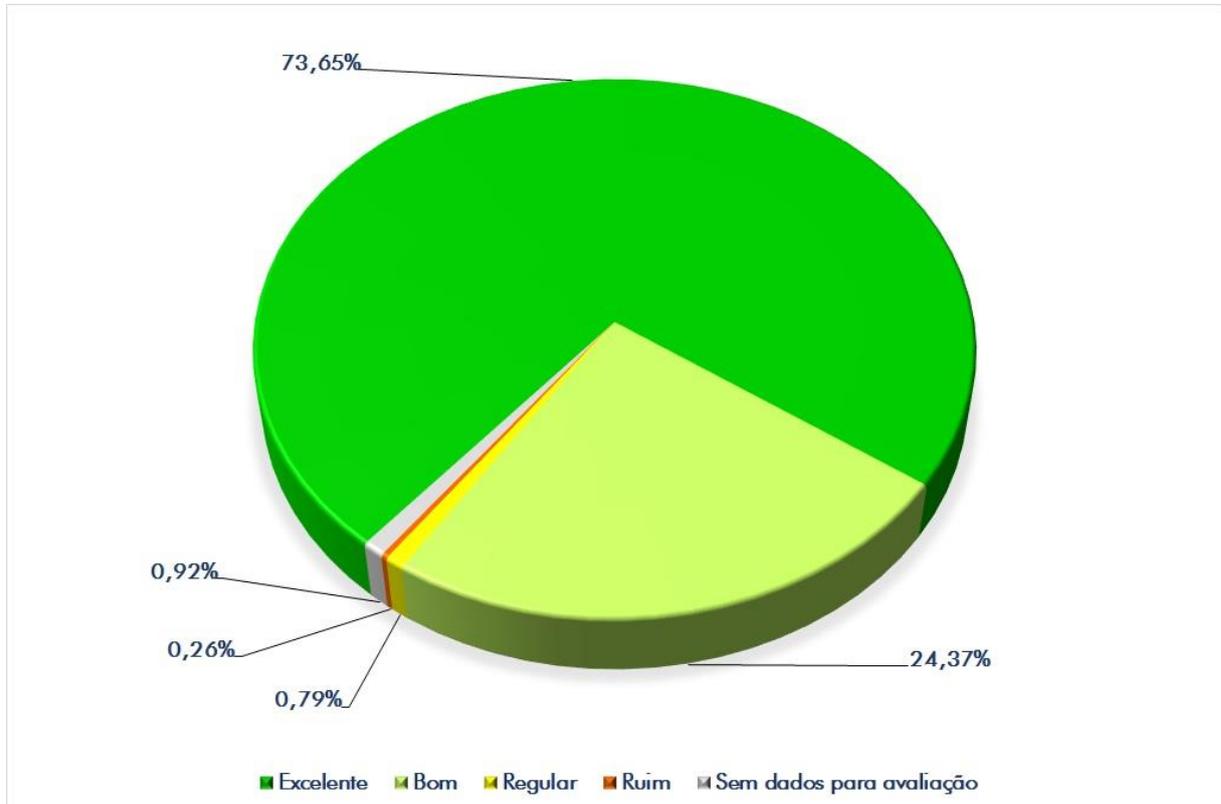
Dos dados extraídos da pesquisa realizada, o desempenho da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ como ENTIDADE DELEGATÁRIA foi possível obter o seguinte resultado:

Desempenho Agência das Bacias PCJ 2016			
Excelente	Boa	Regular	Ruim
73,65%	24,37%	0,79%	0,26%

Das respostas colhidas, **0,92%** estavam em **branco**, portanto não apresentaram dados para avaliação. Não houveram notas atribuídas a Categoria **Péssimo** (Notas que variam

de 0,00 a 2,00).

Gráfico 1 - Percentuais referentes às notas atribuídas nas questões objetivas pelos membros Titulares e Suplentes dos COMITÊS PCJ - 2016



A nota final atribuída para a **Fundação Agências das Bacias PCJ, como Entidade Delegatária**, com relação às questões objetivas a Entidade Delegatária (Questões do Grupo 2 do questionário), foi de **9,20**.

Segundo o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, página 21, do Indicador nº 5, indica que quando a média for maior ou igual a 9 será a nota final será considerada como 10.

A compilação dos dados, bem como o resultado final poderão ser visualizados através do link:

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/resultado-pesquisa-2016.pdf>

#### 4. JUSTIFICATIVAS E MEDIDAS ADOTADAS PARA SANAR DISFUNÇÕES DETECTADAS NO ANO ANTERIOR A DO EXERCÍCIO ATUAL:

Quando no ano anterior, os casos de não atendimento das metas, estas são sempre descritas e justificadas neste item do Relatório de Prestação de Contas do Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011.

Para o exercício 2015, não foram realizados apontamentos que fossem pertinentes a apresentação de tais justificativas. Porém, comentários foram apresentados, conforme seguem:

##### 4.1. INDICADOR 3 – COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

###### Critério de Avaliação 3A – Índice de desembolso anual (%).

###### Análise da Comissão

- **COMENTÁRIO 1:** a meta estabelecida para este critério de avaliação foi de 50% de desembolso anual (referente ao Exercício 2015). O valor de desembolso alcançado foi de 104,8%, ultrapassando assim significativamente tanto a meta projetada para 2015 como aquela projetada para o horizonte final do contrato de gestão (2020) que é de 75%.
- **COMENTÁRIO 2:** com o advento do PAP e da consequente elevação da taxa de desembolso verificada nas últimas avaliações (Exercícios 2012 a 2015) é altamente desejável, quando da formulação das metas do próximo contrato de gestão, que sejam levadas em consideração as atividades, projetos ou programas a serem desenvolvidos durante o período do contrato e, especificamente, os previstos no PAP, uma vez que obras, aquisição de equipamentos ou contratação de serviços de consultoria (apenas para citar alguns exemplos) têm diferentes magnitudes de despesas e ciclos de execução financeira. Nos exercícios onde há previsão de realização de obras, que costumam corresponder a um maior volume de despesas, as metas de desembolso anual podem ser maiores do que em exercícios sem investimentos em infraestrutura. A associação entre o planejamento previsto no PAP e os indicadores de desembolso (anual e acumulado) pode fortalecer tanto o planejamento quanto o contrato de gestão. No caso dos indicadores de desembolso, o verdadeiro desafio não é desembolsar o máximo o mais rápido possível, mas sim que os desembolsos sejam compatíveis com o planejamento das ações a serem realizadas na bacia, e que esse planejamento seja compatível com o fluxo e o estoque de recursos disponíveis provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

###### Critério de Avaliação 3B – Índice de desembolso acumulado (%).

###### Análise da Comissão

- **COMENTÁRIO 1:** a meta estabelecida para este critério de avaliação foi de 35% de desembolso acumulado (referente a todo o período em que a cobrança se encontra em

vigor). O valor alcançado foi de 63,9%, valor este que ultrapassa significativamente a meta estabelecida e praticamente alcança a meta referente ao horizonte final do contrato de gestão (2020) que é de 60%.

- **COMENTÁRIO 2:** com o advento do PAP e da consequente elevação da taxa de desembolso verificada nas últimas avaliações (Exercícios 2012 e 2013) é altamente desejável, quando da formulação das metas do próximo contrato de gestão, que sejam levadas em consideração as atividades, projetos ou programas a serem desenvolvidos durante o período do contrato e, especificamente, os previstos no PAP, uma vez que obras, aquisição de equipamentos ou contratação de serviços de consultoria (apenas para citar alguns exemplos) têm diferentes magnitudes de despesas e ciclos de execução financeira. Nos exercícios onde há previsão de realização de obras, que costumam corresponder a um maior volume de despesas, as metas de desembolso anual podem ser maiores do que em exercícios sem investimentos em infraestrutura. A associação entre o planejamento previsto no PAP e os indicadores de desembolso (anual e acumulado) pode fortalecer tanto o planejamento quanto o contrato de gestão. No caso dos indicadores de desembolso, o verdadeiro desafio não é desembolsar o máximo o mais rápido possível, mas sim que os desembolsos sejam compatíveis com o planejamento das ações a serem realizadas na bacia, e que esse planejamento seja compatível com o fluxo e o estoque de recursos disponíveis provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

#### Critério de Avaliação 3C – Avaliação da cobrança pelos usuários.

##### Análise da Comissão

- **COMENTÁRIO:** Conforme orientação da Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão CACG/ANA, esta meta foi transferida do Exercício 2014 para o Exercício 2015 em virtude de problemas operacionais para a contratação de empresas especializadas em pesquisa de opinião (Informe CACG Nº 05, de 16 de junho de 2014).

#### 4.2. INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL Critério de Avaliação 5A – Reconhecimento Social

##### Análise da Comissão

- A ENTIDADE DELEGATÁRIA alcançou a meta estabelecida.
- **COMENTÁRIO 1:** a meta estabelecida foi 10 e o valor apurado pela Entidade Delegatária a partir da aplicação da média da pontuação de todos os questionários foi de 9,02. Portanto, aplicando-se o critério previsto no Contrato de Gestão (“média maior ou igual a 9 é considerada 10”) resultou na nota 10.

## 5. RELATÓRIO CONTRATO DE GESTÃO 2016

Os demonstrativos e documentos que comprovam o alcance das metas e objetivos estão disponíveis no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, através do link:

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/relatorio-execucao-2016.pdf>

Piracicaba, janeiro de 2017

### AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

Entidade Delegatária de funções de Agência de Água nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, conforme previsto na Política Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, Lei nº 9.433, de 1997.

## 6. ANEXOS

### 6.1. ANEXO I: Relatório das Atividades da Agência das Bacias PCJ - 2016

O relatório das atividades da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ - 2016, poderá ser acessado através do link: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/relatorios/relatorio-atividades-2016.pdf>

## 6.2. ANEXO II: Relatório das Atividades dos Comitês PCJ - 2016

### 6.2.1. A ATUAÇÃO DOS COMITÊS PCJ EM 2016

Os Comitês PCJ vêm trabalhando na gestão dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, aperfeiçoando, a cada ano, o conjunto de procedimentos que fornece as diretrizes gerais, subsidiando assim as tomadas de decisões e gerenciando os conflitos dentro de sua unidade hidrográfica.

### 6.2.2. AS REUNIÕES DOS COMITÊS PCJ

São realizadas, em média, três reuniões anuais da instância máxima nas Bacias PCJ, que são as chamadas plenárias dos Comitês PCJ. Estas, se configuram como as principais orientadoras para a implantação de um processo decisório participativo a fim de assegurar benefícios para toda a coletividade. Nesses encontros, são deliberadas todas as ações, regras e compromissos que as Câmaras Técnicas, tomadores de recursos, prefeituras, serviços de saneamento, empresas, ONGs e diversos membros da sociedade civil organizada deverão cumprir frente à preservação e conservação dos recursos hídricos da nossa região.

Confira, abaixo, o quadro com as datas e locais de realização das duas Reuniões Ordinárias dos Comitês PCJ, realizadas em 2016.

#### Quadro 8 - Reuniões Plenárias dos Comitês PCJ

Data	Município
24 de junho	Extrema (MG)
16 de dezembro	Jaguariúna (SP)

Essas reuniões marcaram a análise, aprovação e ratificação de pontos importantes discutidos no âmbito dos Comitês PCJ, que foram:

Apresentação do Relatório Anual da Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2016 - ano base 2015;

Definição do cronograma e regras para seleção de empreendimentos de demanda espontânea (projetos municipais sem relação com iniciativas dos Comitês PCJ) visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos do Fehidro e das Cobranças PCJ (Federal, Paulista e Mineira) pelo uso dos recursos hídricos, referentes ao orçamento de 2017;

Aprovação do Plano de Trabalho e Previsão Orçamentária da Fundação Agência das Bacias PCJ para o exercício 2017;

Referenda do Parecer Técnico do GT-Empreendimentos sobre o empreendimento "Modernização da Refinaria de Paulínia - Replan/Petrobras", referente aos termos da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 058/2006, de 12 de dezembro de 2006;

Discussão e manifestação dos Comitês PCJ sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira, em 2016;

Apreciação da proposta de alteração da classe de qualidade do Rio Jundiáí, em determinados trechos, de Classe 4 para Classe 3;

Alterações na Mesa Diretora, com eleições para substituição do secretário executivo adjunto do CBH-PCJ e do 3º vice-presidente do PCJ FEDERAL.

### 6.2.3. CÂMARAS TÉCNICAS DOS COMITÊS PCJ

As Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ foram criadas por meio de deliberações específicas dos plenários dos Comitês PCJ para um determinado fim, e são regidas por normas gerais instituídas pelos plenários e por seus respectivos regimentos internos. Atualmente, os Comitês PCJ contam com 12 Câmaras Técnicas, formadas por equipes colegiadas, de caráter consultivo, podendo ser permanentes ou transitórias, compostas por membros representantes de órgãos ou entidades com ou sem participação nos plenários dos Comitês PCJ formalmente indicados.

Contam, ainda, com grupos de trabalho ou grupos de acompanhamento que discutem, analisam, acompanham e consolidam diversos projetos e atividades específicas.

#### 6.2.3.1. CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO

No âmbito dos Comitês PCJ, foi constituída a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) que deve acompanhar a realização e o desenvolvimento de estudos e atividades por solicitação dos plenários, e manifestar-se sobre questões de caráter institucional, atuando como instância preliminar dos Comitês PCJ. Também tem o objetivo de promover a integração e articulação das ações das demais Câmaras Técnicas, bem como a de consolidar propostas a serem submetidas aos plenários dos Comitês PCJ, oriundas dessas Câmaras Técnicas.

No ano de 2016, a CT-PL realizou duas reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária, em municípios das Bacias PCJ, conforme abaixo:

#### Quadro 9 - Reuniões da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)

Data	Reunião	Município
04 de março	63ª Reunião Ordinária	Atibaia (SP)
06 de maio	64ª Reunião Ordinária	Jundiáí (SP)
11 de novembro	48ª Reunião Extraordinária	Campinas (SP)

Entres os temas de maior relevância discutidas na CT-PL, estiveram:

- Apreciação de resultados da pré-qualificação dos empreendimentos de demanda espontânea (Fehidro e Cobranças PCJ 2016) e análise de recursos sobre o processo do mesmo;
- Apreciação do Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 008/2015 de 09 de dezembro de 2015, reti-ratificada em 19 de fevereiro de 2016, sobre o empreendimento: "Modernização da Refinaria de Paulínia - Replan/Petrobras", referente aos termos da Deliberação Conjunta dos

Comitês PCJ nº 058/2006, de 12 de dezembro de 2006;

- Análise do pedido da CT-Rural dos Comitês PCJ sobre revisão da **Portaria nº 761/2014**;
- Análise sobre o reenquadramento de trechos do Rio Jundiá, da classe 4 para a classe 3, em atendimento a solicitação da CETESB e de acordo com o Plano de Bacias 2010-2020;
- Recomposição da Comissão Editorial da TV PCJ;
- Apreciação da minuta de deliberação de indicação do representante titular no Conselho Estadual de Saneamento (Conesan) - Biênio 2016/2018;
- Apreciação da atualização de valores do PAP-PCJ 2016;
- Substituição do Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ;
- Apreciação da criação da Comissão Eleitoral para renovação dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari - mandato 2017-2021”;
- Definição de calendário, Edital, procedimentos eleitorais e constituição da Comissão Eleitoral para as eleições do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, para o mandato 2017/2019;
- Substituição e eleição do 3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, para o mandato 2016/2017;
- Apreciação das adequações de Regimentos Interno do CBH-PJ às disposições da Deliberação Normativa CERH nº 052/2016, de 30 de junho de 2016;
- Definição de cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Espontânea, com recursos das Cobranças PCJ e do Fehidro, orçamento de 2017;
- Aprovação do Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PAP-PCJ para o exercício 2017-2020;
- Apreciação sobre Pagamento pelo Uso dos Recursos Hídricos da SABESP, referente ao período de estiagem;
- Apreciação do plano de trabalho e proposta orçamentária anual da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - exercício 2017;
- Aprovação do “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2016 - ano base 2015”, “Plano de Ação” e o “Programa de Investimentos para o Quadriênio 2016-2019”;
- Análise da proposta de alteração da classe de qualidade do Rio Jundiá, em determinados trechos, de Classe 4 para Classe 3.

#### a) GRUPO DE TRABALHO EMPREENDIMENTOS - GT-EMPREENDIMENTOS

No âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) foi formado o GT-Empreendimentos, que se reúne mensalmente para coordenar e consolidar a análise dos empreendimentos que são encaminhados aos Comitês PCJ, nos termos da Resolução SMA nº 054, de 30 de julho de 2008, da Deliberação CRH nº 087/2008, de 28 de outubro de 2008 do estado de São Paulo, e da Deliberação Normativa CERH nº 031/2009, de 26 de agosto de 2009, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do estado de Minas Gerais.

O GT-Empreendimentos é formado pelos coordenadores e coordenadores adjuntos das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, pelo secretário executivo e secretários executivos adjunto

dos Comitês PCJ e por convidados, que são: secretarias das Câmaras Técnicas e técnicos da CETESB, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e IGAM (MG), quando se faz necessário.

Os empreendimentos encaminhados para os Comitês PCJ e analisados em 2016 foram:

Implantação de extração de granito Fazenda Santa Esperança, em Itatiba;

Corredor de ônibus Intermunicipal Noroeste de Campinas - Lote 02 (Sumaré e Campinas);

Extração de areia Terraplanagem Paraíso;

Ampliação da extração de granito EMBU, em Itupeva;

O Grupo também realizou análise das complementações dos estudos do EIA/RIMA do empreendimento “Residencial Quinta das Águas”, “Loteamento Residencial Haras Patente 2”, “Residencial Lago Azul”, “Loteamento Residencial Kaloré”, “Residencial Santo Ângelo” e “Implantação das Barragens Pedreira e Duas Pontes”. Além de analisar o encerramento do atendimento das condicionantes da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 058/2006, de 12 dezembro de 2006, referente a “Modernização da Refinaria de Paulínia - Replan/Petrobras”.

#### 6.2.3.2. CÂMARA TÉCNICA ÁGUA SUBTERRÂNEA

A Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) foi instituída para promover a coleta, sistematização, armazenamento e divulgação de informações sobre estudos, pesquisas, desenvolvimento tecnológico e trabalhos nas áreas de recursos hídricos subterrâneos, de interesse da região dos Comitês PCJ e a implantação de forma integrada e consensual entre seus membros, de ações emergenciais que visem garantir condições mínimas para a utilização racional das águas subterrâneas, em sua área de atuação.

A CT-AS propõe procedimentos específicos referentes à outorga, à integração de ações de cadastro e fiscalização entre órgãos estaduais, federais, municipais e iniciativa privada e também propõe aos Comitês PCJ ações a serem incluídas no Plano das Bacias PCJ referente às águas subterrâneas. Em 2016, a CT-AS realizou quatro reuniões, sendo:

#### Quadro 10 - Reuniões da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS)

Data	Reunião	Município
21 de janeiro	43ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
07 de abril	44ª Reunião Ordinária	Jaguariúna (SP)
30 de junho	45ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
27 de outubro	46ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)

Entre os temas discutidos pela CT-AS estiveram a identificação de Áreas de Restrição e Controle quanto à Captação e Uso de Águas Subterrâneas (ARCs) nas Bacias PCJ; discussão quanto a elaboração de estudos hidrogeológicos para delimitação de áreas de restrição e controle nas bacias do PCJ; como também a construção do Termo de Referência para a contratação do

Plano de Monitoramento Qualiquantitativo das Águas Subterrâneas das Bacias PCJ.

#### 6.2.3.3. CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) foi constituída para a proposição, divulgação, assistência na consolidação e implementação de uma Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, bem como para a divulgação das ações decorrentes de sua aplicação nos diversos segmentos da sociedade.

A CT-EA, também, subsidia os Comitês PCJ para a tomada de decisões e na elaboração do Plano de Bacias e do Relatório de Situação dos Comitês PCJ com relação à temática.

No ano de 2016, a CT-EA realizou seis reuniões, sendo:

#### Quadro 11 - Reuniões da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA)

Data	Reunião	Município
16 de fevereiro	75ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)
19 de abril	76ª Reunião Ordinária	Sumaré (SP)
21 de junho	77ª Reunião Ordinária	Bragança Paulista (SP)
16 de agosto	78ª Reunião Ordinária	Itatiba (SP)
18 de outubro	79ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
13 de dezembro	80ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)

Os principais temas discutidos no âmbito da CT-EA foram a realização do projeto Gota d'água em parceria com o Consórcio PCJ; a criação de uma comissão para acompanhamento do processo de edição final do livro "A história contada por nós mesmos"; a análise do Programa de Educação do empreendimento "Loteamento Quinta das Águas"; como o planejamento para realização do Caderno de Educação Ambiental, dentro do Processo de Revisão do Plano de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

A Câmara técnica de Educação Ambiental também realizou eventos denominados "Encontro sobre recursos hídricos" em parceria com o Consórcio PCJ, e fomentou discussões sobre a proposta de alterações na Lei 9.433/97 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e sobre a revisão da Política Estadual de RH.

#### 6.2.3.4. CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS

A Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID) integra projetos a ações tecnológicas e científicas desenvolvidas no âmbito das diversas entidades, com o objetivo de implantar mecanismos de consulta e acompanhamento de atividades realizadas pela comunidade científica e pelo poder público, assessorando os Comitês PCJ nas questões

relativas à tecnologia, aperfeiçoamento de recursos humanos, divulgação e comunicação social. Em 2016, a CT-ID realizou cinco reuniões, sendo:

**Quadro 12 - Reuniões da Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID)**

Data	Reunião	Município
16 de março	70ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
20 de abril	71ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
20 de julho	72ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
17 de agosto	73ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)

Nessas reuniões, foram discutidos temas no contexto de trabalho da CT-ID, acompanhamento das atividades relacionadas ao projeto Ecocuenças, além do planejamento para o II Seminário “Inovações Tecnológicas e Pesquisas Aplicadas à Gestão de Bacias Hidrográficas”.

#### 6.2.3.5. CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

A Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) foi criada para auxiliar na consolidação, avaliação e acompanhamento da implementação da política para o uso consciente dos recursos hídricos no âmbito industrial.

A CT-Indústria auxilia na divulgação dessa política e nas ações decorrentes de sua aplicação nos diversos segmentos da sociedade, além de estudar e promover discussões sobre o uso sustentável dos recursos hídricos na indústria. Propõe diretrizes e ações conjuntas para promover a integração entre indústrias e outras Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, a fim de otimizar a criação de projetos e a tomada de decisão na elaboração dos Planos de Bacias e dos Relatórios de Situação dos Comitês PCJ.

No ano de 2016, a CT- Indústria realizou seis reuniões e uma conjunta, como demonstrado a seguir:

**Quadro 13 - Reuniões da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria)**

Data	Reunião	Município
20 de janeiro	52ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
16 de março	53ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
03 de maio	Reunião Conjunta CT-OL, CT-IND, CT-PB e CT-SA	Jundiaí (SP)
18 de maio	54ª Reunião Ordinária	Atibaia (SP)

Data	Reunião	Município
20 de julho	55ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
21 de setembro	56ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
23 de novembro	57ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)

As reuniões da CT-Indústria, no ano de 2016, tiveram foco em ações como o acompanhamento sobre o processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira; discussão sobre o reuso de água considerando o balanço hídrico da bacia; redefinição das atribuições da Câmara Técnica; elaboração de Plano de Trabalho para o biênio 2015-2017; discussão sobre estudo de viabilidade para a captação de águas subterrâneas; além de desenvolvimento de seminário sobre o PTA nº 001 (projeto de implantação de medidas para adequação de ETEs Industriais).

Visando orientar os usuários de recursos hídricos das Bacias PCJ no período de estiagem, a CT-Indústria, juntamente ao CIESP Campinas organizaram a Oficina “Pegada Hídrica”, que aconteceu em 11 de setembro, na sede do CIESP - Regional Campinas.

#### 6.2.3.6. CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO

A Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) tem como fundamentos a coleta e análise de dados referentes à quantidade e qualidade das águas, depósitos hidrométricos existentes ou que venham a se instalar nas Bacias PCJ, acompanhando estudos, obras e ações relacionadas com a ampliação, modernização e integração da rede de monitoramento hidrológico na área de atuação dos Comitês PCJ.

Uma de suas atribuições é a discussão e proposição de ações aos seus membros visando definir regras operativas, adequações técnicas, execução de obras e implementação de medidas preventivas e corretivas para a operação e manutenção de reservatórios, captação de água e efluentes líquidos, e fornecimento de subsídios com dados de quantidade, qualidade de água e operação de obras hidráulicas, que servirão como base para projetos dos Comitês PCJ. Em 2016, foram realizadas 12 reuniões pela CT-MH, como segue:

#### Quadro 14 - Reuniões da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH)

Data	Reunião	Município
29 de janeiro	153ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
29 de fevereiro	154ª Reunião Ordinária	Piracaia (SP)
30 de março	155ª Reunião Ordinária	Jaguariúna (SP)
29 de abril	156ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
31 de maio	157ª Reunião Ordinária	Atibaia (SP)
30 de junho	158ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)

Data	Reunião	Município
01 de agosto	159ª Reunião Ordinária	Paulínia (SP)
31 de agosto	160ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
30 de setembro	161ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
31 de outubro	162ª Reunião Ordinária	Paulínia (SP)
30 de novembro	163ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)
29 de dezembro	164ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)

Vale ressaltar que, em virtude dos comunicados conjuntos ANA/DAEE que dispuseram sobre as vazões limites dos reservatórios do Sistema Cantareira, os encontros do GT-Cantareira ocorreram conjuntamente com as reuniões da CT-MH.

As reuniões da CT-MH foram pautadas pela situação dos mananciais do Sistema Cantareira, informações dos usuários e pelas condições hidrometeorológicas conferidas mediante verificações mensais da rede telemétrica, das condições climáticas, perspectivas e tendências.

A CT-MH discutiu projetos e criou grupos específicos para seu acompanhamento nos seguintes assuntos: indução de chuvas nas Bacias PCJ a jusante do Sistema Cantareira; desassoreamento do Rio Cachoeira, em Piracaia; e o sistema adutor.

Além disso, a câmara técnica criou o GT-Plano de Bacias, para acompanhamento e debate sobre a atualização do Plano de Bacias PCJ; apresentou boletins bimestrais de monitoramento da CETESB nos corpos hídricos das Bacias PCJ; criou o GT-Qualidade para buscar a implantação de uma rede de pontos telemétricos de qualidade da água e elencar os parâmetros a serem monitorados; abriu espaço para apresentação de iniciativas em projetos; acompanhou as discussões do GT-Renovação da CT-PL, e realizou apresentação sobre tempos de trânsito nas Bacias PCJ.

#### 6.2.3.7. CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

A Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) foi instituída para manifestar sobre propostas ou questões específicas nos seguintes assuntos: reenquadramento de corpos d'água; regulamentação de Áreas de Proteção Ambiental - APAs; questões de uso do solo e planejamento regional; aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos; e conflitos de uso de recursos hídricos.

A CT-OL deve efetuar diagnósticos, análises e proposição de critérios e procedimentos no que se refere a outorgas e licenças, com o objetivo de racionalizar os procedimentos para a emissão, pelos órgãos competentes, de outorga para o uso da água e licenciamento ambiental, integrar os procedimentos dos órgãos competentes na emissão de outorgas e licenças visando agilizar os processos e benefícios aos usuários de recursos hídricos e definir critérios técnicos para constar do Plano das Bacias PCJ.

Na CT-OL, realizaram-se sete reuniões ao longo do ano de 2016:

#### Quadro 15 - Reuniões da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL)

Data	Reunião	Município
15 de janeiro	59ª Reunião Ordinária	Vargem (SP)
18 de março	60ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
03 de maio	8ª Reunião Extraordinária	Jundiaí (SP)
20 de maio	61ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)
22 de julho	62ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
16 de setembro	63ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
18 de novembro	64ª Reunião Ordinária	Americana (SP)

A atuação da CT-OL destacou-se na apreciação e discussão do reenquadramento de trechos no Rio Jundiaí, de classe 4 para classe 3. Dentro desse tema, a câmara realizou a 8ª Reunião Extraordinária com CT-SA, CT-Indústria e CT-PB para apresentação das propostas, criou grupo específico para relatoria do Rio Jundiaí, além de dialogar posteriormente com as câmaras técnicas mencionadas, para finalização do documento.

Em seu âmbito, a CT-OL acompanhou os trabalhos e resultados dos grupos técnicos de Enquadramento, de Usos Insignificantes e de Mudanças Climáticas.

A CT-OL também discutiu os seguintes temas: Portaria DAEE 761/2015, que estabelece as condições e os procedimentos a serem adotados pelos usuários de recursos hídricos superficiais; Portaria DAEE 2292, que dispõe sobre usos de recursos hídricos isentos de outorga e cobrança pelo uso da água;

Além disso, a câmara técnica abriu espaço para apresentações como: iniciativa para redução de água pela agricultura irrigada no estado de São Paulo; informações sobre desbarrancamento do Rio Jundiaí; recursos financeiros do Plano de Aplicação Plurianual - PAP-PCJ/2017-2020, visando à efetivação do enquadramento dos corpos d'água e o cadastro e as outorgas no meio rural; tipos de medidores de vazão, em atendimento à Portaria DAEE 2292; experiência no curso de manejo e projeto de irrigação.

#### 6.2.3.8. CÂMARA TÉCNICA DE PLANO DE BACIAS

A Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) foi criada para acompanhar a implementação dos programas e ações de investimentos previstos no Plano de Bacias. Entre seu arcabouço de atividades, encontram-se a discussão de fomento de investimentos voltados ao controle do uso e da ocupação do solo; proposição de critérios para priorização de investimentos; busca de incentivo para os programas de comunicação e sensibilização da importância do Plano de Bacias; e o estabelecimento de instrumentos de integração dos municípios, visando o cumprimento das metas.

A CT-PB ainda é responsável por avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano, analisar e propor a readequação de prioridades e revisão periódica do Plano de Bacias;

incentivar a criação de modelo unificado de informações; acompanhar e avaliar a elaboração de Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ; estudar, discutir e promover discussões, avaliar e propor diretrizes, critérios e valores para a revisão e aplicação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos; e propor diretrizes e fomentar ações conjuntas para a integração e otimização de procedimentos entre as instituições vinculadas à gestão dos recursos hídricos e à cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Na CT-PB, foram realizadas cinco reuniões ordinárias e uma conjunta ao longo do ano de 2016:

**Quadro 16 - Reuniões da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB)**

<b>Data</b>	<b>Reunião</b>	<b>Município</b>
<b>24 de fevereiro</b>	65ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
<b>27 de abril</b>	66ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)
<b>03 de maio</b>	Reunião Conjunta CT-OL, CT-IND, CT-PB e CT-SA	Jundiaí (SP)
<b>08 de setembro</b>	67ª Reunião Ordinária	Indaiatuba (SP)
<b>26 de outubro</b>	68ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)
<b>14 de dezembro</b>	69ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)

Nesse período, pautaram-se os seguintes assuntos: esclarecimentos sobre a parceria entre a Agência das Bacias PCJ e o Office International de l'Eau, para desenvolvimento da ação EcoCuencas; apresentação do Atlas Despoluição, pelo Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas; aprovação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP-PCJ 2013-2016 e atualização de valores; acompanhamento das reuniões do GT Rede de Qualidade da CT-MH; apreciação do Relatório de Situação 2016.

Sobre os trabalhos da câmara técnica ressalta-se a Revisão do Plano de Bacias, qual é acompanhado no GT-Acompanhamento e foi discutido um plano de trabalho sobre a revisão, dentro da CT-PB.

A CT-PB ainda gerencia as ações de seus Grupos de Trabalho, que são: GT-Acompanhamento; GT- Articulação Institucional e GT- Cobrança, que realizaram duas reuniões no ano de 2016. No âmbito dos trabalhos dos GTs especificados, foram discutidas: Cobrança no Meio Rural; Plano de Trabalho da Revisão do Plano de Bacia; acompanhamento do Projeto de Desenvolvimento do Sistema de Cobrança das Bacias PCJ; discussão da Revisão das Políticas Estadual e Federal de Recursos Hídricos sobre a cobrança dos recursos hídricos; acompanhamento do desenvolvimento dos Estudos das Políticas Municipais de Recursos Hídricos; Poluição Difusa; Lodo de ETAs e ETEs; Rede de monitoramento; e acompanhamento do Plano de Trabalho da Agência PCJ.

### 6.2.3.9. CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

A Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) tem como atribuições as análises e manifestações sobre propostas ou questões específicas que interfiram nos seguintes assuntos: conservação e proteção do solo, desenvolvimento florestal, incluindo matas ciliares, conservação e proteção dos recursos hídricos quanto aos efeitos nocivos da erosão do solo rural e poluição agrícola e proteção de mananciais de abastecimento público. As seis reuniões realizadas pela CT-RN, em 2016, foram:

**Quadro 17 - Reuniões da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN)**

Data	Reunião	Município
13 de janeiro	67ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)
09 de março	68ª Reunião Ordinária	Nova Odessa (SP)
11 de maio	69ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
13 de julho	70ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
14 de setembro	71ª Reunião Ordinária	Jaguariúna (SP)
09 de novembro	72ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)

Nas reuniões da CT-RN, foram discutidos, entre outros assuntos, a participação e apresentação das discussões da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo (RBCV); apreciação dos trabalhos realizados pelo GT-Áreas Protegidas; barragens e bacias de contenção, como a restauração ecológica de áreas degradadas; formalização da criação do GT-Mananciais conjuntamente com a CT-Rural; apresentação do Programa Nascentes da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA); destaque de iniciativas em projetos de recuperação de mananciais; aprovação das "Ações de incentivo e capacitação à conservação e proteção dos corpos d'água", desenvolvida em parceria Consórcio PCJ com a Replan/Petrobras, vinculadas a outorga da empresa; respostas referentes ao Inquérito Civil nº 14.0187.000211/2014, de Gaema-PCJ, sobre as causas da poluição na Represa de Salto Grande.

Além disso ocorreram as seguintes apresentações: "Inquérito civil para determinação das causas da poluição do Rio Capivari"; "Balanço final do Cadastro Ambiental Rural - CAR"; "Levantamento em andamento da Rede de Áreas Protegidas das Bacias PCJ"; "Resolução SMA nº 032/2016, de 28 de março de 2016 - Restauração Ecológica"; "Ictiofauna"; "Uso de macroinvertebrados aquáticos no monitoramento de qualidade da água"; "Planos de pesquisas e resultados preliminares sobre alguns aspectos qualitativos dos recursos hídricos na bacia do Rio Jaguari"; "Demonstração dos bentônicos"; "Monitoramento fluviométrico e identificação da fauna aquática da área de proteção (APA) de Campinas"; "A sustentabilidade na história da pesca do Rio Piracicaba"; "A influência das barreiras ecológicas sobre a ictiofauna da Bacia do Rio Corumbataí".

### 6.2.3.10. CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

A Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) foi criada para propor uma política para uso e conservação da água no meio rural para os Comitês PCJ e auxiliar na consolidação, avaliação, acompanhamento e divulgação da implementação dessa Política.

A CT-Rural deve, também, estudar e promover discussões sobre o uso sustentável dos recursos hídricos no meio rural; propor diretrizes e ações conjuntas e promover a integração e a otimização de procedimentos, entre as instituições que atuam no meio rural, visando à preservação, conservação e uso sustentável dos recursos hídricos; interagir com as outras Câmaras Técnicas, a fim de subsidiar os Comitês PCJ para a tomada de decisões nas Bacias PCJ.

No ano de 2016 a CT-Rural realizou onze reuniões, sendo:

**Quadro 18 - Reuniões da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural)**

Data	Reunião	Município
12 de fevereiro	103ª Reunião Ordinária	Itu (SP)
11 de março	104ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
08 de abril	105ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)
13 de maio	106ª Reunião Ordinária	São Pedro (SP)
10 de junho	107ª Reunião Ordinária	Indaiatuba (SP)
21 de julho	108ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
19 de agosto	109ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
09 de setembro	110ª Reunião Ordinária	Nova Odessa (SP)
14 de outubro	111ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
25 de novembro	112ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
14 de dezembro	113ª Reunião Ordinária	Bragança Paulista (SP)

A Câmara Técnica realizou atividades em 2016, tais como a formalização da criação do GT-Mananciais em conjunto com a CT-RN; apresentação de experiências sobre sistemas de tratamento de águas residuárias; discussão sobre o tema “Mídias Sociais e os Objetivos da Comunicação”; apreciação de iniciativas para a elaboração de projeto executivo para recuperação de microbacias, assim como de reflorestamento ciliar e de nascentes em sub-bacias; apresentação e debate sobre a Portaria DAEE 2.292, qual foi reti-ratificada em 19 de abril de 2016; .

No âmbito da CT-Rural, houve também a realização de apresentações sobre os seguintes temas: “Conjuntura da Irrigação no Cenário atual”; “Organização no Campo: diferença entre

Cooperativas e Associações”; “Diálogos sobre novo código florestal e restauração ecológica”; “Programa Nascentes”; “Programa de Modernização da Irrigação”; “Informações sobre o Decreto nº 62.021/2016, de 14 de junho de 2016”; “Uso eficiente da água na agricultura irrigada”; “Plano ABC Paulista”; “Seguro Agrícola”; “A experiência da Unicamp em parceria com o Comitê PCJ no tratamento de esgotos em comunidades rurais”.

#### 6.2.3.11. CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO

A Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) tem como objetivo apoiar os Comitês PCJ nas ações pertinentes às Políticas Estaduais e Federal de Saneamento, em especial, discutir e propor Planos Regionais de Saneamento Ambiental para integrar o Plano de Saneamento e suas atualizações. Também objetiva promover estudos, divulgação e debates a respeito de programas prioritários de ações, serviços e obras a serem realizadas no interesse da coletividade. Pela CT-SA, foram realizadas cinco reuniões ordinárias, duas extraordinárias e uma reunião conjunta, conforme segue:

**Quadro 19 - Reuniões da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA)**

Data	Reunião	Município
14 de janeiro	71ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
18 de fevereiro	12ª Reunião Extraordinária	Piracicaba (SP)
03 de maio	Reunião Conjunta CT-OL, CT-IND, CT-PB e CT-SA	Jundiaí (SP)
12 de maio	72ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)
18 de agosto	73ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
22 de setembro	74ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
06 de outubro	13ª Reunião Extraordinária	Limeira (SP)
24 de novembro	75ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)

A atuação da CT-SA destaca-se com a realização de 52 análises de pré-qualificação dos empreendimentos de demanda espontânea - inscritos para obtenção de financiamento com recursos de 2016, das Cobranças PCJ e Fehidro. Além disso, a Câmara Técnica discutiu a elaboração de indicador de padronização de perdas de água para o sistema de abastecimento público de água nas Bacias PCJ, analisando dados do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento sobre a região.

No âmbito da CT-SA, também foram realizadas as seguintes atividades: apresentação da proposta de reenquadramento de trechos do Rio Jundiaí; discussão sobre a apresentação “Mídias Sociais e os Objetivos da Comunicação”; apresentação sobre a evolução do tratamento de esgotos e do tratamento de água; discussão para a criação do “Semáforo de Priorização das Ações da CT-SA”; análise do empreendimento “Loteamento Haras Patente” e de suas complementações; acompanhamento dos trabalhos do GT-Água; apresentação sobre

planejamento de saneamento rural; análise das complementações do empreendimento “Extração de granito ornamental”, sob responsabilidade da empresa Fazenda Santa Esperança; discussão sobre o Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) 2017-2020; e abertura para relato dos membros da CT-SA que participaram do Curso sobre Cargas Perigosas, realizado nos dias 09 e 10 de novembro de 2016.

A Câmara Técnica também divulgou em suas reuniões a página da Agência das Bacias PCJ sobre editais para tomada de recursos financeiros para projetos, e a realização de eventos sobre a área de saneamento.

#### 6.2.3.12. CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

A Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) foi instituída para colaborar e fomentar a implementação de ações de melhoria e recuperação dos corpos d'água e da água tratada, visando melhorar a saúde ambiental e humana; implementar programas e projetos na área dos Comitês PCJ, em parceria com instituições de ensino e pesquisa; desenvolvimento de novas metodologias e processos aplicados aos estudos dos mananciais e de tratamento de água; e identificar riscos referentes a doenças transmitidas através da água contaminada, entre outros temas relacionados.

Também auxilia na implementação de novas legislações e revisões e na implementação de laboratórios e centros de referências para controle e vigilância da qualidade da água. Ainda nesse contexto, acompanha ações de monitoramento microbiológico nos corpos hídricos na área de atuação dos Comitês PCJ e atua como fórum de discussões para questões globais, subsidiando os Comitês PCJ na tomada de decisões. Em 2016, a CT-SAM promoveu as seguintes reuniões:

**Quadro 20 - Reuniões da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM)**

Data	Reunião	Município
16 de fevereiro	62ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
05 de abril	63ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
07 de junho	64ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)
17 de agosto	65ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
04 de outubro	66ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
06 de dezembro	67ª Reunião Ordinária	Americana (SP)

A Câmara Técnica de Saúde Ambiental realizou a divisão de grupos técnicos para fomentar discussões sobre os termos da futura Política de Saúde Ambiental para as Bacias PCJ, sendo os temas focados em: “Avaliação em Saúde Ambiental voltada aos Recursos hídricos e Índice de Salubridade Ambiental”; “Melhoria nas condições das ETAS, laboratórios, Treinamentos e capacitações para Técnicos das ETAs, ETEs, Secretarias Municipais de Meio ambiente e Saúde, e Etc.”; e “Condições de Tratabilidade da água - Projeto PCJ./ Condições dos efluentes de ETE/

Lodo de ETA, Plano de Segurança da Água”. Além disso, a CT-SAM também discutiu a Proposta Monitoramento por trechos de rios na Bacia PCJ, e analisou as complementações dos EIAs/RIMAs das Barragens de Pedreira e Duas Pontes, e do Loteamento “ Entre Verdes”.

Em suas reuniões, a CT-SAM realizou apresentações também, quais foram: “Análise do Índice de Qualidade de Água (IQA) e os fatores impactantes negativos e positivos dos Rios Jaguari e Atibaia no município de Paulínia-SP”; “A Caracterização da Bacia do Rio Capivari - Nota Técnica sobre o estudo da poluição da calha do Rio Capivari”; “Protocolo de recomendações sobre pontos importantes a serem inseridos no licenciamento ambiental especialmente de empreendimentos habitacionais (Monitoramento do carrapato estrela)”; “Gestão da Qualidade em Recursos Hídricos”; “Projeto de avaliação das condições físicas, químicas, microbiológicas e toxicológicas de recursos hídricos diretamente envolvidos com a formação do Rio Piracicaba e Levantamento dos parâmetros preponderantes que afetam seus IQAs”; “Plano de Segurança da Água”; “Qualidade da Água na Barragem de Salto Grande - Providências do Ministério Público em andamento”; “Plano de Segurança da Água - Parceria entre CT-SAM e FUNASA e apoio da UNESP”, “PAP - Plano de Aplicação Plurianual - 2017-2020” e “Produtos da Reunião do Grupo Técnico de Trabalho - GT-Índice de Saúde Ambiental”.

**Tabela 3: Relação de Câmaras Técnicas (CTs), entidades participantes e membros: comparativo entre as gestões 2013-2015 e 2015-2017**

Câmaras Técnicas	Entidades	Membros	Entidades	Membros
	2013-2015		2015-2017*	
CT-AS	31	68	29	62
CT-EA	57	141	40	103
CT-ID	17	29	17	33
CT-INDÚSTRIA	17	35	26	56
CT-MH	32	80	32	86
CT-OL	31	74	34	102
CT-PB	33	74	29	67
CT-RN	42	92	38	90
CT-RURAL	42	83	45	92
CT-SA	35	75	25	64
CT-SAM	29	63	23	51

\*Atualizado com dados de final de 2016.

Tabela 4: Quantidade de membros e entidades participantes nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ

Gestão 2013-2015		Gestão 2015-2017*	
Entidades	Membros	Entidades	Membros
163	614	165	614

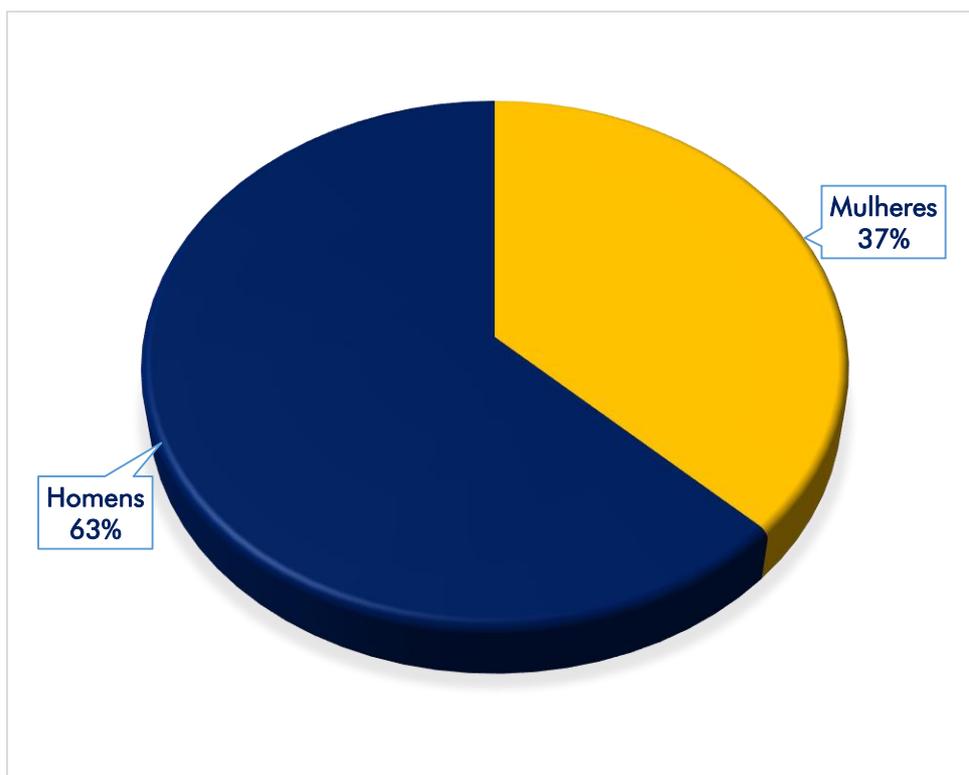
\*Atualizado com dados de final de 2016.

A Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), cuja função principal é integrar e articular as ações das demais Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, é formada por entidades e membros eleitos e participantes do Plenário dos Comitês PCJ, sendo que os números de participações na CT-PL não foram incluídos nas Tabelas 6 e 7.

Ressaltamos que a expressiva participação de entidades, em 2016, ocorreu em função do trabalho desenvolvido pelos Comitês PCJ ao longo de 20 anos de atividades realizadas com credibilidade e respeito. Os Comitês PCJ têm mantido um relacionamento sério com as entidades parceiras, fato que alavancou novas entidades a participarem de seu plenário.

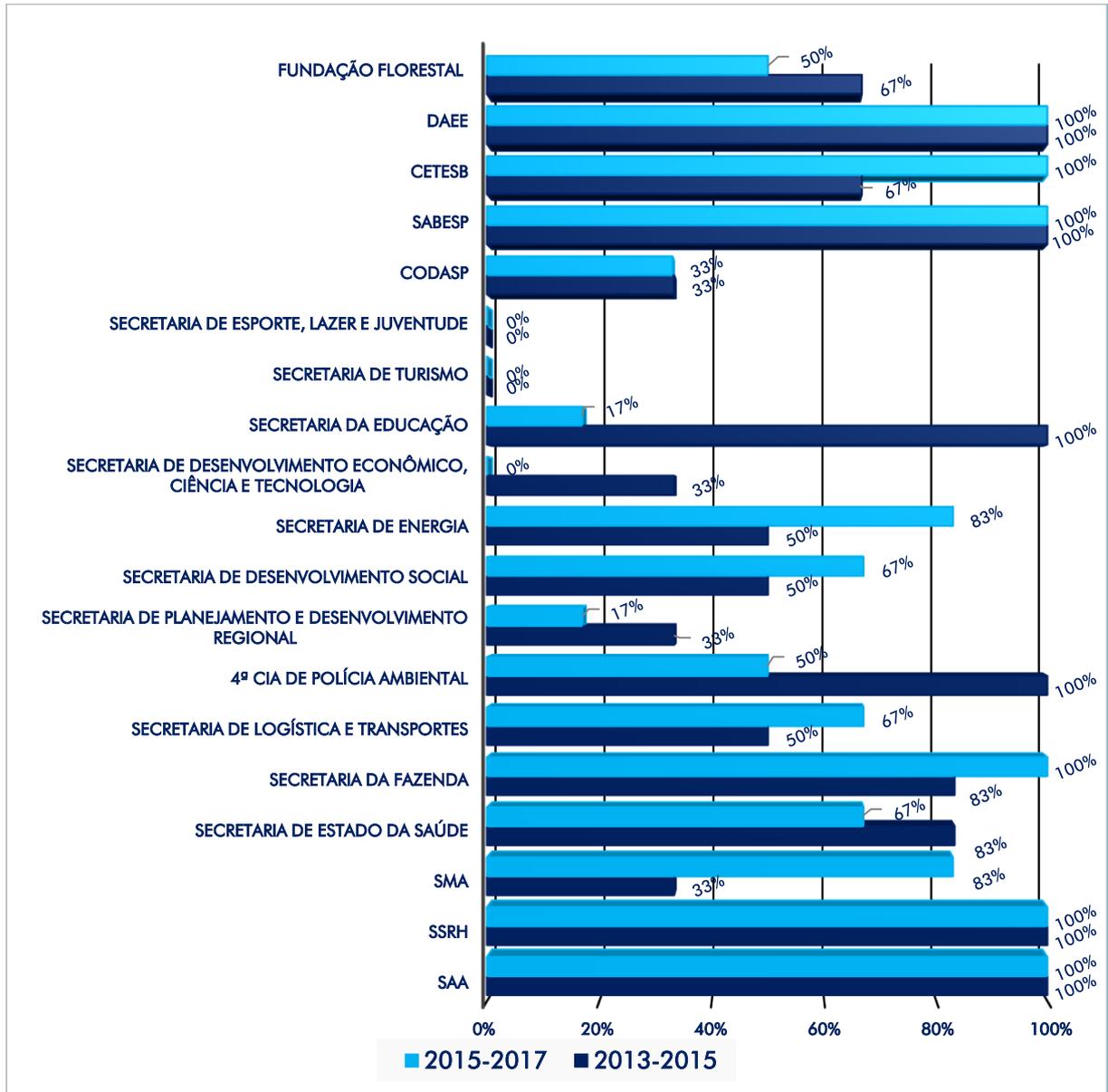
Atentamos, para o fato de que as participações de entidades e membros do CBH PJ estão contabilizadas nos biênios informados, porém, devido a legislação mineira, os mandatos se renovam a cada quatro anos.

Gráfico 2 - Membros das Câmaras Técnicas por gênero - Gestão 2015-2017



6.2.4. GRÁFICOS DE PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO POR SEGMENTOS NAS GESTÕES 2013-2015 E 2015-2017 E QUADROS DOS SEGMENTOS PARA AS GESTÕES 2013-2015 E 2015-2017.

Gráfico 3 - Órgãos do Estado de São Paulo



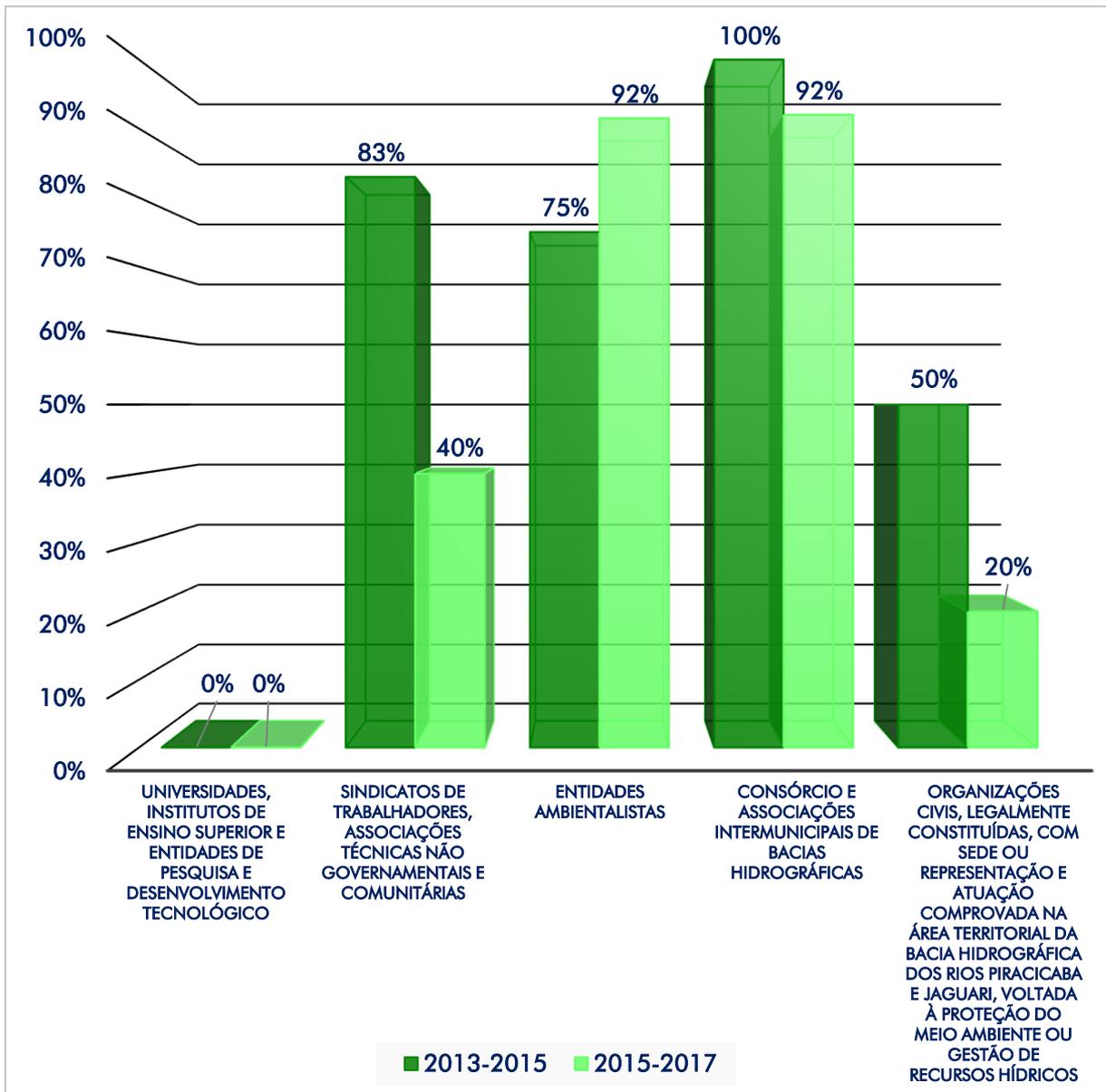
Nota 1

*Comparativo de participações nos plenários dos Comitês PCJ nos mandatos 2013-2015 e 2015-2017 pelo segmento órgãos de governo paulista. No mandato de 2015-2017 podemos observar um acréscimo na participação de algumas secretarias.*

Quadro 21 - Órgão do Estado de São Paulo - Gestão 2015-2017

Vaga	Membro Titular	Membro Suplente
01	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
02	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
03	Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
04	Secretaria de Estado da Saúde	Secretaria de Estado da Saúde
05	Secretaria de Estado da Fazenda	Secretaria de Estado da Fazenda
06	Secretaria de Logística e Transportes	Secretaria de Logística e Transportes
07	Secretaria de Estado da Segurança Pública - 4ª Companhia de Polícia Ambiental	Secretaria de Estado da Segurança Pública - 4ª Companhia de Polícia Ambiental
08	Secretaria de Planejamento e Gestão	Secretaria de Planejamento e Gestão
09	Secretaria de Desenvolvimento Social	Secretaria de Desenvolvimento Social
10	Secretaria de Estado de Energia	Secretaria de Estado de Energia
11	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	Secretaria de Estado da Educação
12	Secretaria de Estado do Turismo	Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude
13	Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - Codasp	Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - Codasp
14	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp
15	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Cetesb	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Cetesb
16	Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE
17	Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo	Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo

Gráfico 4 - Organizações Civis



## Nota 2

*Comparativo de participações nos plenários dos Comitês PCJ referentes aos mandatos 2013-2015 e 2015-2017 pelo segmento organização civil (paulistas e mineiros) nota-se um leve decréscimo na participação do mandato 2015-2017. Porém, verifica-se a ausência do setor universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de caráter público. Ressaltamos que houve uma alteração na denominação deste setor para o de segmentos de órgãos de governo e a ausência de indicação dos mesmos nos Plenários dos Comitês PCJ. Destacamos também que no segmento entidades ambientalistas houve apenas a indicação para duas vagas. Dessa forma as vagas destinadas aos mesmos foram preenchidas nos termos do Anexo I da Deliberação Comitês PCJ nº 205/2014, 08 de agosto de 2014.*

## Quadro 22 - Organizações Civas - Gestão 2013-2015

### I - Universidades, Institutos de Ensino Superior e Entidades de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Privados

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep	Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep	SP	X	X

### II - Sindicatos de Trabalhadores, Associações Técnicas Não-Governamentais e Comunitárias

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Associação do Rotary Club - Rotary Internacional - D4590	Fórum das Américas	SP	X	X
2	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Abes	Associação dos Engenheiros de Jundiaí	SP	X	X
3	Associação de Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos da Região de Amparo	Associação de Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos de Artur Nogueira - AAEEAN	SP	X	X

### III - Entidades Ambientalistas

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Associação de Recuperação Florestal da Bacia do Rio Piracicaba e Região - Florespi	Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí - IPSA	SP	X	X
2	Fórum Permanente das Entidades que exercem Atividades Ambientais nas Bacias dos Rios PCJ	Elo Ambiental	SP	X	X
3	Elo Ambiental	Associação de Recuperação Florestal da Bacia do Rio Piracicaba e Região - Florespi	SP	X	X
4	Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí - IPSA	Fórum Permanente das Entidades que exercem Atividades Ambientais nas Bacias dos Rios PCJ	SP	X	X

#### IV - Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Consórcio PCJ	Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Consórcio PCJ	SP	X	X

#### V - Organizações Civas Voltadas à Proteção do Meio Ambiente ou Gestão de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
1	Associação dos Atrativos do Salto	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Abes	MG	X	X
2	Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana - BioSS	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais - Sindagua	MG	X	
3	Associação Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais - Brasil	Associação Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais - Brasil	MG	X	

## Quadro 23 - Organizações Civas - Gestão 2015-2017

### I - Sindicatos de Trabalhadores, Associações Técnicas Não-Governamentais e Comunitárias

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Associação dos Engenheiros da SABESP - Aesabesp	Associação do Rotary Club - Rotary Internacional - D4590	SP	X	X
2	Associação do Rotary Club - Rotary Internacional - D4590	Associação dos Engenheiros da SABESP - Aesabesp	SP	X	X
3	Associação do Rotary Club - Rotary Internacional - D4590	Fórum das Américas	SP	X	X
4	Associação dos Engenheiros de Jundiaí - AEJ	Associação dos Engenheiros da SABESP - Aesabesp	SP	X	X
5	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Abes	Associação de Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos de Artur Nogueira - AEAN	SP	X	X
6	Fórum das Américas	Associação de Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos da Região de Amparo - AAEEA	SP	X	X

### II - Entidades Ambientalistas

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí - IPSA	Instituto Estudos Vale do Tietê Inevat	SP	X	X
2	Instituto Estudos Vale do Tietê Inevat	Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí - IPSA	SP	X	X

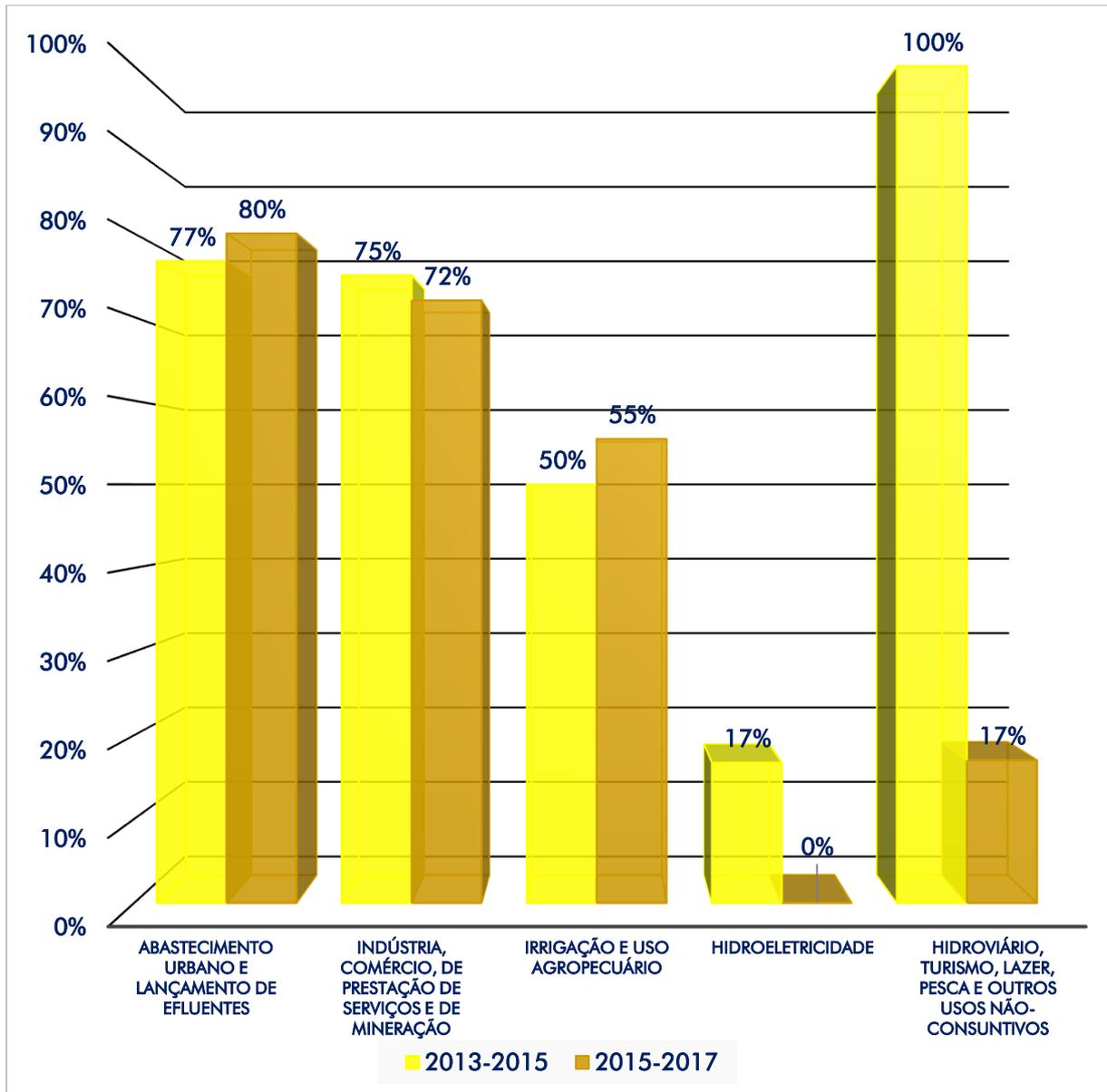
### III - Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - Consórcio PCJ	Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai - Consórcio Pirai	SP	X	X

**IV - Organizações Civas Voltadas à Proteção do Meio Ambiente ou Gestão de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari**

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
1	Associação dos Atrativos do Salto	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Abes	MG	X	X
2	Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana - Bioss	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais - Sindagua	MG	X	
3	Associação Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais - Brasil	Associação Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais - Brasil	MG	X	

Gráfico 5 - Usuários de Recursos Hídricos



### Nota 3

Neste gráfico é apresentada a participação do segmento usuários de recursos hídricos (paulistas e mineiros) nos plenários dos Comitês PCJ, nos mandatos 2013-2015 e 2015-2017. Verifica-se uma participação do referido segmento na gestão 2015-2017 que ocorreu de forma contínua, ou seja, sem alterações significativas, nos plenários dos Comitês PCJ. Porém, verifica-se a ausência do setor hidroviário, turismo, lazer, pesca e outros usos não consuntivos no mandato 2013-2015, e do setor hidroeletricidade no biênio 2015-2017. Ressaltamos que as vagas destinadas aos mesmos foram preenchidas nos termos do Anexo I da Deliberação Comitês PCJ nº 205/2014, 08 de agosto de 2014.

## Quadro 24 - Usuários de Recursos Hídricos - Gestão 2013-2015

### I - Abastecimento de Água e Lançamento de Efluentes Urbanos

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	SP		X
2	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	SP		X
3	Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa - Coden	Departamento de Água e Esgoto de Americana - DAE	SP		X
4	Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto - Abcon	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemae	SP		X
5	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemae	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemae	SP	X	X
6	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemae	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemae	SP	X	X
7	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemae	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemae	SP	X	X

### II - Indústrias, Comércio, Prestadores de Serviços e Mineração

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo - Única	Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	SP	X	X
2	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Limeira	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Americana	SP	X	X
3	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Jundiaí	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Indaiatuba	SP		X
4	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Campinas	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Bragança Paulista	SP		X
5	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Piracicaba	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Rio Claro	SP		X
6	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Santa Bárbara d'Oeste	Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico, Eletrônico, Siderúrgicas, Fundições e Similares de Piracicaba e Região - Simespi	SP		X

### III - Irrigação e Uso Agropecuário

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Sindicato Rural de Campinas	Sindicato Rural de Limeira	SP	X	X
2	Sindicato Rural de Rio Claro	Sindicato Rural de Indaiatuba	SP	X	X
3	Sindicato Rural de Amparo	Sindicato Rural de Bragança Paulista	SP		X

### IV - Hidroeletricidade

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Sindicato da Indústria de Energia do Estado de São Paulo - SindiEnergia	Sindicato da Indústria de Energia do Estado de São Paulo - SindiEnergia	SP	X	X

### V - Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
1	Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa	COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais	MG	X	X
2	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG	MG	X	X
3	Sindicato de Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva - Sinmec	Sindicato dos Produtores Rurais de Extrema	MG	X	X

## Quadro 25 - Usuários de Recursos Hídricos - Gestão 2015-2017

### I - Abastecimento de Água e Lançamento de Efluentes Urbanos

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	SP		X
2	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	SP		X
3	Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa - Coden	Departamento de Água e Esgoto de Americana - DAE	SP		X
4	Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto - Abcon	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemae	SP		X
5	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemae	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemae	SP	X	X
6	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemae	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemae	SP	X	X

### II - Indústrias, Comércio, Prestadores de Serviços e Mineração

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Santa Bárbara d'Oeste	SP	X	X
2	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Limeira	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Americana	SP	X	X
3	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Jundiaí	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Indaiatuba	SP		X
4	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Campinas	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Bragança Paulista	SP		X
5	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Piracicaba	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Rio Claro	SP		X
6	União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo - Única	Sindicato das Indústrias de Extração de Areia do Estado de São Paulo - Sindareia	SP		X

### III - Irrigação e Uso Agropecuário

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Sindicato Rural de Campinas	Sindicato Rural de Limeira	SP	X	X
2	Sindicato Rural de Rio Claro	Sindicato Rural de Indaiatuba	SP	X	X
3	Sindicato Rural de Monte Mor	Sindicato Rural de Salto	SP		X

### IV - Hidroviário, Turismo, Lazer, Pesca e Outros Usos não Consuntivos

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Grupo de Defesa Ecológica da Bacia do Rio Piracicaba - Grude	Grupo de Defesa Ecológica da Bacia do Rio Piracicaba - Grude	SP	X	X

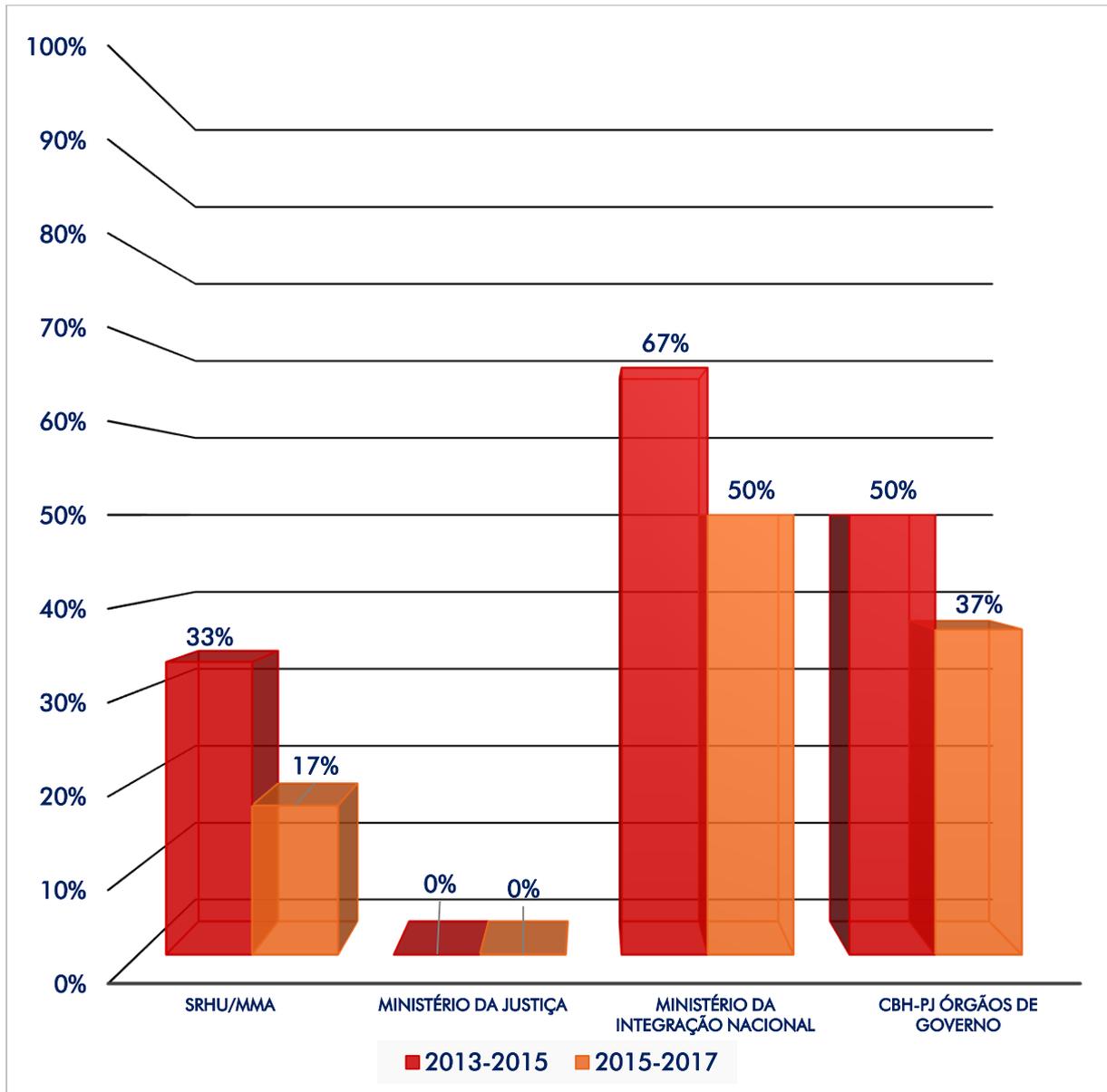
### V - Vaga Preenchida nos Termos do Artigo nº 33 do Anexo II da Deliberação dos Comitês PCJ nº 205/2014, de 08 de agosto de 2014

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemae	Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba - Afocapi	SP	X	X

### V - Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
1	Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa	Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa	MG	X	X
2	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg	MG	X	X
3	Sindicato de Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva - Sinmec	Sindicato dos Produtores Rurais de Extrema	MG	X	X

Gráfico 6 - Órgãos do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais



**Nota 4**

*O gráfico apresenta a participação do segmento órgãos de governo federal e estadual mineiro nos plenários dos Comitês PCJ, nos mandatos 2013-2015 e 2015-2017, sendo que ocorreu um leve decréscimo na participação dos respectivos órgãos.*

**Quadro 26 - Órgão do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais - Gestão 2013-2015**

**I - Órgãos e Entidades da União**

Titular	Suplente
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente
Ministério da Justiça	Ministério da Justiça
Ministério da Integração Nacional	Ministério da Integração Nacional

**II - Órgãos e Entidades do Governo do Estado de Minas Gerais**

Titular	Suplente
Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam
Instituto Estadual de Florestas - IEF	Polícia Civil de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa	Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

**Quadro 27 - Órgão do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais - Gestão 2015-2017**

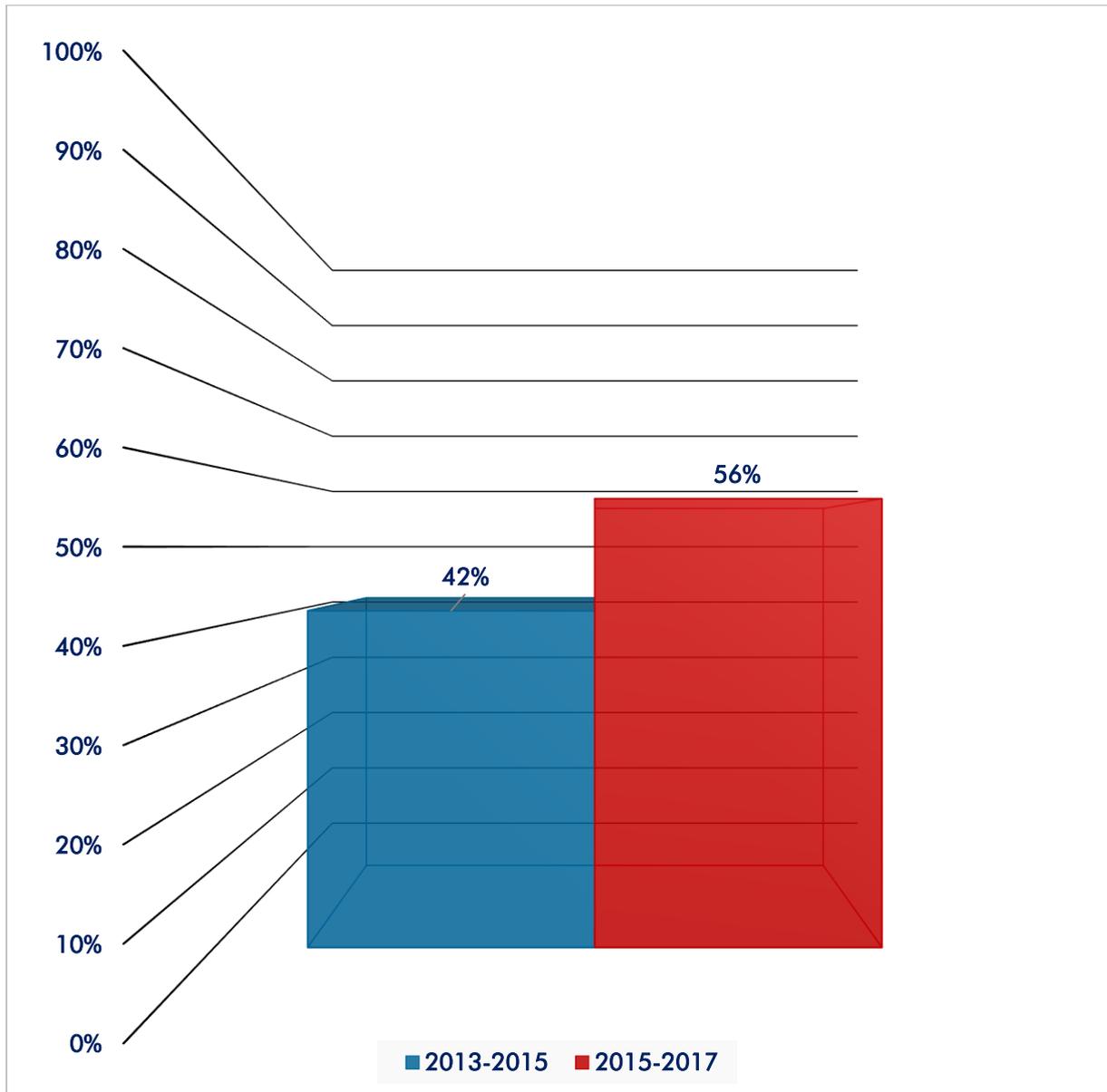
**I - Órgãos e Entidades da União**

Titular	Suplente
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente
Ministério da Justiça	Ministério da Justiça
Ministério da Integração Nacional	Ministério da Integração Nacional

**II - Órgãos e Entidades do Governo do Estado de Minas Gerais**

Titular	Suplente
Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam
Instituto Estadual de Florestas - IEF	Polícia Civil de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa	Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

Gráfico 7 - Municípios com direito a voto



#### Nota 5

*Este gráfico ilustra a participação do segmento municípios com direito a voto (paulistas e mineiros), nos plenários dos Comitês PCJ nos mandatos 2013-2015 e 2015-2017, apresentando um acréscimo da participação deste segmento em relação ao mandato anterior.*

*Ressaltamos que todos os municípios das Bacias PCJ são membros natos, porém, para se manter a proporcionalidade de votos, previsto nas legislações de recursos hídricos vigentes, apenas os apresentados nos Quadros 27 e 28 possuem direito a voto, nas gestões 2013-2015 e 2015-2017, após processo eleitoral.*

**Quadro 28 - Municípios com direito a voto - Gestão 2013-2015**

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL
1	Prefeitura Municipal de Amparo	Prefeitura Municipal de Piracicaba
2	Prefeitura Municipal de Campinas	Prefeitura Municipal de Jarinu
3	Prefeitura Municipal de Indaiatuba	Prefeitura Municipal de Tuiuti
4	Prefeitura Municipal de Elias Fausto	Prefeitura Municipal de Ipeúna
5	Prefeitura Municipal de Iracemópolis	Prefeitura Municipal de Cosmópolis
6	Prefeitura Municipal de Salto	Prefeitura Municipal de Hortolândia
7	Prefeitura Municipal de Pedreira	Prefeitura Municipal de Valinhos
8	Prefeitura Municipal de Cordeirópolis	Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse
Vaga	Titular no Plenário do CBH-PCJ	Suplente no Plenário do CBH-PCJ
9	Prefeitura Municipal de Cabreúva	Prefeitura Municipal de Itatiba
10	Prefeitura Municipal de Corumbataí	Prefeitura Municipal de Jaguariúna
11	Prefeitura Municipal de Holambra	Prefeitura Municipal de Rio das Pedras
12	Prefeitura Municipal de São Pedro	Prefeitura Municipal de Nova Odessa
13	Prefeitura Municipal de Jundiá	Prefeitura Municipal de Limeira
14	Prefeitura Municipal de Morungaba	Prefeitura Municipal de Socorro
15	Prefeitura Municipal de Rio Claro	Prefeitura Municipal de Capivari
16	Prefeitura Municipal de Vargem	Prefeitura Municipal de Bragança Paulista
17	Prefeitura Municipal de Rafard	Prefeitura Municipal de Americana

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL
1	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim
2	Prefeitura Municipal de Camanducaia	Prefeitura Municipal de Extrema
Vaga	Titular no Plenário do CBH-PJ	Suplente no Plenário do CBH-PJ
3	Prefeitura Municipal de Itapeva	Prefeitura Municipal de Toledo

**Quadro 29 - Municípios com direito a voto - Gestão 2015-2017**

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL
1	Prefeitura Municipal de Piracicaba	Prefeitura Municipal de Piracicaba
2	Prefeitura Municipal de Holambra	Prefeitura Municipal de Jaguariúna
3	Prefeitura Municipal de Atibaia	Prefeitura Municipal de Vargem
4	Prefeitura Municipal de Capivari	Prefeitura Municipal de Americana
5	Prefeitura Municipal de Valinhos	Prefeitura Municipal de Indaiatuba
6	Prefeitura Municipal de São Pedro	Prefeitura Municipal de Dois Córregos
7	Prefeitura Municipal de Pedreira	Prefeitura Municipal de Cordeirópolis
8	Prefeitura Municipal de Jundiá	Prefeitura Municipal de Várzea Paulista
Vaga	Titular no Plenário do CBH-PCJ	Suplente no Plenário do CBH-PCJ
9	Prefeitura Municipal de Rafard	Prefeitura Municipal de Nazaré Paulista
10	Prefeitura Municipal de Campinas	Prefeitura Municipal de Campinas
11	Prefeitura Municipal de Saltinho	Prefeitura Municipal de Cosmópolis
12	Prefeitura Municipal de Salto	Prefeitura Municipal de Elias Fausto
13	Prefeitura Municipal de Itu	Prefeitura Municipal de Cabreúva
14	Prefeitura Municipal de Morungaba	Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse
15	Prefeitura Municipal de Rio Claro	Prefeitura Municipal de Analândia
16	Prefeitura Municipal de Louveira	Prefeitura Municipal de Piracaia
17	Prefeitura Municipal de Limeira	Prefeitura Municipal de Mogi Mirim

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL
1	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim
2	Prefeitura Municipal de Camanducaia	Prefeitura Municipal de Extrema
Vaga	Titular no Plenário do CBH-PJ	Suplente no Plenário do CBH-PJ
3	Prefeitura Municipal de Itapeva	Prefeitura Municipal de Toledo